

EDUCAÇÃO

INTEGRAL



Reflexões sobre educação na
perspectiva da integralidade humana

Apoio:

PUBLIQUE SEU ARTIGO NA NOSSA REVISTA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Mais informações:

☎ (11) 95031-7539



INEQ
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FAEP
FACULDADE DE
EDUCAÇÃO
PAULISTANA

CARTA AO LEITOR – REVISTA JUNHO /2023

Nesta edição da “Educação Integral: reflexões sobre educação na perspectiva da integralidade humana”, o Conselho Editorial e os seus colaboradores pretendem possibilitar a reflexão sobre políticas públicas para a educação, considerando a ampliação da responsabilidade do Estado com a sociedade civil para outras políticas sociais encarregadas da emancipação de toda a população brasileira. Retomam a necessidade de pensar a educação integral como um processo que envolve a ação coletiva, em que ninguém deve ser excluído das possibilidades de construção da personalidade e desenvolvimento das potencialidades, ambos voltados para a humanização. Consideram que as preocupações do Estado com a saúde, o combate à fome e às desigualdades sociais, bem como a utilização da ciência e da tecnologia para a resolução de problemas da sociedade, dialogam com a educação de qualidade social, portanto devem receber recursos conjugados a ela. Esta perspectiva está nas discussões essenciais sobre a integralidade humana.

Na edição de setembro do ano de 2020, os organizadores da revista registraram uma manifestação na Carta ao Leitor, defendendo a continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de forma permanente e igualitária para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, conjuntamente com a definição do Custo Aluno Qualidade (CAQ). Na edição atual, considerando a aprovação desse fundo para a educação, apontamos para a necessidade do financiamento justo para a Educação Básica, mas também para a Educação Superior e para todos os setores responsáveis pelas necessidades essenciais da população do país, como medida equitativa e democrática, que explicita a responsabilidade do Estado Brasileiro pela defesa da vida e dos direitos sociais.

Desta forma, a manifestação em prol da retomada dos direitos sociais, que possam romper com as desigualdades, corrobora com a nossa luta pela Educação Integral.

Neste sentido, defendemos a união de forças dos setores educacionais e de outros domínios sociais para a construção de políticas públicas que favoreçam a intersetorialidade, colaborando com a possibilidade de uma interação permanente entre a comunidade local, a escola e todos os equipamentos e instituições que objetivam a humanização por meio da colaboração mútua, incluindo as esferas constitutivas do Estado democrático de direito.

Essas medidas consideram os diferentes aspectos que são imprescindíveis para que todos se apropriem do patrimônio histórico da humanidade e usufruam da totalidade de recursos que possibilitam a igualdade de oportunidades para a educação e para uma vida digna, rompendo com uma concepção de sociedade meritocrática e injusta.

Assim, nesta segunda edição do ano de 2023, o Conselho Editorial da revista e os integrantes da FAEP assumem a responsabilidade de participarem da construção de políticas públicas, porque estão comprometidos com a emancipação dos estudantes, da comunidade local e de toda a sociedade.



Educação Integral:
Reflexões sobre educação na
perspectiva da integralidade humana

INEQ / FAEP
VOLUME 1 - NÚMERO 25 – (JUNHO DE
2023)

Periodicidade: Trimestral
Os conceitos contidos nesta revista são
de inteira responsabilidade dos autores.
É proibida a reprodução total ou parcial
desta obra sem prévia autorização dos
autores.

CONSELHO EDITORIAL
Profa Dr. Claudinei Aparecido da Costa
Profa Dr. Clemente Ramos dos Santos
Profa Dra. Vania Aparecida da Costa
Profa Ms. Ana Maria Gentil

EDITOR CHEFE
Profa Dr. Claudinei Aparecido da Costa
REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTOS
Mariana Mascarenhas

CAPA E PROJETO GRÁFICO Vanice
Aparecida da Costa

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO e
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – INEQ
Rua Santa Ângela, 252, Vila Palmeiras,
Freguesia do Ó, São Paulo – SP - Cep:
02727-000

Tel.: (11) 3564 1256

e-mail: educacaointegral@ineq.com.br

ISSN 2525-4294

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
INEQ Instituto Nacional de Educação e Qualificação Profissional /
FAEP Faculdade de Educação Paulistana

Educação Integral

Revista do Instituto Nacional de Educação e Qualificação
Profissional

Faculdade de Educação Paulistana n. 25 (Junho, 2023) São
Paulo: INEQ/FAEP

Trimestral

Endereço eletrônico: <https://ineq.com.br/revista/>

ISSN 2525-4294

Wilma Aparecida Cavazini – Bibliotecária CRB 8 2665

APRESENTAÇÃO

REVISTA EDUCAÇÃO INTEGRAL – JUNHO DE 2023

O Conselho Editorial e todos os integrantes da construção da revista **“EDUCAÇÃO INTEGRAL: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INTEGRALIDADE HUMANA”** pretendem, em todas as edições, possibilitar a reflexão sobre temas significativos que provoquem diferentes pensares e transformações possíveis no universo educacional, bem como em todos os espaços que integram a vida das crianças pequenas e bem pequenininhas, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos. Consideram que, as pessoas são seres complexos e, portanto, constituem -se permanentemente pela integração dos diferentes aspectos que as compõem. Neste sentido, os textos publicados nesta edição indicam a necessidade de considerar todos esses aspectos da constituição humana, apoiando a proposta expressa na carta ao leitor, na qual a intersectorialidade, envolvendo educação, saúde e assistência social, precisa ser apoiada e reivindicada para integrar as políticas públicas prioritárias.

Desta forma, os textos da revista indicam formas diferenciadas de pensar a integralidade humana, possibilitando que toda a sociedade civil reconheça o seu papel de mobilizadora de frentes de luta em defesa dos direitos sociais. O primeiro texto a ser apresentado colabora, de forma significativa, com essas reflexões, pois considera de forma objetiva e, ao mesmo tempo, com amorosidade para a pequena infância. O autor de **CRANÇA, IDENTIDADE E CULTURAS INFANTIS** explicita questões históricas, sociais e políticas que subjazem as concepções, muitas vezes equivocadas, sobre a infância e, desta forma auxilia os leitores na reflexão sobre suas visões sobre os seres humanos nas primeiras etapas da vida. Ao percorrer o caminho das concepções que fundamentaram as ações educacionais e políticas

em cada período histórico, o texto revela a evolução de estudos e pesquisas que culminaram com políticas públicas em defesa dos direitos fundamentais da infância e com as transformações educacionais que consideram as crianças como produtoras de cultura. Embora as concepções atreladas às pesquisas mais atuais ainda coexistam com a ideia de disciplinarização, de educação preparatória para o vir-a-ser de que o brincar se constitui em apenas momentos de lazer e não atividade essencial para o desenvolvimento infantil, as legislações, com o apoio dos estudos científicos, aproximam-se, cada vez mais, da proteção e formação integral da infância e do protagonismo das crianças. Ao pensar na coexistência de fatos da história da infância e as constatações de situações do mundo atual que envolvem as crianças, os leitores poderão compreender a importância do texto que auxilia na reflexão sobre a existência permanente de ideias e conceitos em relação a primeira fase da vida, como por exemplo a exploração da mão-de obra infantil, que, embora em menor escala do que anteriormente, ainda é observada em alguns espaços brasileiros.

Desta forma, considerar a criança um sujeito de direitos, que interage de forma permanente com outras crianças e com os adultos, apropriando-se da cultura e construindo sínteses na perspectiva da constituição da **“cultura infantil”**, deve ser o foco de estudo e reflexão da educação integral, no sentido da inteireza do humano e de sua incompletude, que impõe a interação permanente das pessoas com os outros para se constituir e que determina a existência de diferentes infâncias, em contextos diversos de formação.

Ao lado do texto anteriormente citado, destaca-se o artigo **“INOVAÇÃO NA ESCOLA: CONCEI-**

TO E IDEIAS", que de forma brilhante e elucidativa, com uma linguagem que facilita a interlocução com o leitor, aponta a necessidade da construção coletiva de transformações na escola, que possibilitem o envolvimento de toda a comunidade educativa/ escolar na inserção de novas propostas pedagógicas. O autor destaca a importância da inovação na escola, que deve explicitar a complexidade e a dinamicidade dos seres humanos e de suas ações, na perspectiva da permanente construção cultural. Neste sentido, as novas tecnologias podem ocupar um papel importante na formação dos estudantes e se constituírem em avanços significativos no processo pedagógico, entretanto, não são os únicos elementos que determinam as inovações educacionais, como muitos acreditam. O autor traz uma reflexão importante sobre a inovação como ruptura, como enfrentamento da ideia de repetir indefinidamente as mesmas formas de compreender a realidade, de estudar, de ensinar e de aprender. Defende a ideia de inovação como forma de facilitar ações que, realizadas sempre da mesma forma, demonstram desconhecimento da dinamicidade da realidade e dos sujeitos que interagem com ela. A leitura deste artigo poderá contribuir com os leitores, porque explicita o conceito de inovação, redimensiona a ideia de grandes investimentos para planejar mudanças e propõe uma reflexão essencial para problematizarmos o papel da escola atualmente.

Ao considerar a Inovação ancorada em princípios da complexidade, uma das formas de romper com modelos arcaicos que ignoravam as novas tecnologias digitais da informação e da comunicação é integrá-las no processo educacional, de tal forma que possibilitem aprendizagens significativas, considerando que as ferramentas tecnológicas podem ajudar a organizar de diferentes formas o trabalho pedagógico. O artigo **"O ENSINO NA NOVA REALIDADE VIRTUAL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL"** apresenta um estudo importante sobre este tema, destacando a necessidade da formação docente para possibilitar a constituição de profissionais da educação criativos, inovadores, críticos e analíticos, em um mundo

em permanente transformação. Essa formação deve garantir a compreensão de que existem diferentes estilos de aprendizagem e que os recursos das novas tecnologias podem auxiliar na trajetória da apropriação do patrimônio cultural pelos estudantes. A autora do artigo destaca a Realidade Virtual como um desses recursos para que o professor se constitua como mediador dos saberes e os educandos como protagonistas cada vez mais autônomos no processo de aprendizagem, possibilitando experiências interdisciplinares diversas, inclusive aquelas que seriam mais difíceis de serem vivenciadas no mundo real.

O artigo **"A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O FUTURO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO"** amplia as reflexões sobre as novas tecnologias, abordando um tema que tem pautado muitas discussões nas mídias sociais e desencadeado muitos encontros de empresários, educadores e sociedade em geral: a Inteligência Artificial, que pode ser considerada um recurso poderoso para agilizar mais ainda os processos administrativos, auxiliar o ensino e a aprendizagem nas demandas educacionais e colaborar na dinâmica social. Entretanto, existem inúmeros fatores que devem ser problematizados, para que sua inserção plena nos diferentes espaços seja realizada de forma planejada, analítica, responsável, segura e ética, uma vez que ela não possui as características próprias do humano e não pode ser comparada com a sua atuação criativa, crítica e transformadora. O autor e a autora do texto destacam a utilização do Chatgpt, que apresenta a capacidade de organizar muitos dados e gerar textos, compreendendo questões e organizando respostas em forma de diálogo com seus usuários. Pela sua rapidez e segurança na automatização e personalização dos processos colabora de forma significativa em diferentes áreas sociais. Assim, tornam-se necessária orientações e formações adequadas de todos os trabalhadores, educadores e usuários das tecnologias de tal forma que consigam utilizar a Inteligência Artificial para potencializar suas ações no mundo, sejam elas profissionais ou

não, sempre lembrando que os dados fornecidos pelo mundo virtual devem ser analisados de forma crítica e reflexiva, para que se constituam em uma fonte desencadeadora de perguntas, investigações, processos autônomos e cada vez mais criativos.

Outra reflexão importante que se destaca e interage com os textos citados anteriormente é a do artigo **“NEUROCIÊNCIA, SUPORTE INDIVIDUAL E INSTRUÇÃO DIFERENCIADA NA ESCOLA BÁSICA”**, que traz o estudo da neurociência como colaboradora na organização de um trabalho pedagógico diferenciado, utilizando como referência uma escola de Educação Básica em São Paulo. O autor aponta a necessidade da inclusão, considerando a constituição das subjetividades e das identidades de cada educando e a possibilidade de construção de um ambiente “heterogêneo e desafiador”. Trata-se do relato sobre uma instituição educativa que constituiu um departamento de suporte individual (ISP) para subsidiar o trabalho dos professores com educandos que apresentam dificuldades e distúrbios de aprendizagem, bem como com aqueles considerados público-alvo da Educação Especial. Os profissionais que compõem esse departamento fundamentam-se em estudos relacionados às ciências da educação, especificamente aos avanços e descobertas da Neurociência, sendo que suas investigações sobre cada caso e as indicações para estratégias a serem utilizadas no trabalho pedagógico colaboram com os professores na organização de ações envolvendo a prática pedagógica, no que se refere aos saberes e às relações sociais. Além do apoio aos alunos que apresentam questões relacionadas à aprendizagem em geral, sendo uma escola internacional, apresenta um trabalho com a apropriação da Língua Inglesa como segunda língua. O autor do artigo analisou documentos que explicitam as concepções que subjazem o trabalho da escola no que refere à inclusão de todos, são eles: a política de inclusão, formulários que devem ser preenchidos para identificar caso preocupantes, análise dos casos e proposições para solucionar o problema, plano de apoio, plano educacional individualizado e

resumo geral dos casos.

Ao pensar sobre a inclusão de todos na escola regular, destaca-se o texto **“OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL”**, que problematiza o olhar de toda sociedade e, principalmente, das escolas para a pessoa com deficiência, no caso deste artigo, para os surdos. Aponta a trajetória histórica das concepções que fundamentaram os procedimentos sociais, especificamente, a educação das pessoas surdas. Destaca as conquistas da comunidade surda e de seus apoiadores para alcançarem os objetivos da inclusão na educação, possibilitando o planejamento de práticas pedagógicas para atender as especificidades de cada educando. Desta forma, a legislação já avançou, porém, os Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas necessitam de muitas transformações para proporcionar uma educação de qualidade para este grupo, que é público-alvo da Educação Especial. Portanto, a pessoa surda e suas produções ainda não são consideradas como deveriam, provocando, muitas vezes, a negação do Bilinguismo, em que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é considerada a primeira língua dos surdos, antes da Língua Portuguesa. A autora do texto denuncia esta situação e propõe a escuta atenta da comunidade surda, que deverá delinear de forma democrática a educação inclusiva nas escolas brasileiras.

Ao considerar a intersetorialidade no processo de formação integral de crianças e adolescentes, torna-se necessário explorar ideias concorrentes e complementares sobre as estruturas mais profundas das organizações. Nas instituições educacionais, a finalidade é a formação humana, portanto os meios devem ser coerentes com este fim. Nas empresas em geral, principalmente aquelas que apresentam fins explicitamente lucrativos, geralmente, os objetivos são diferentes: a expansão do patrimônio, a redução de impostos, a visibilidade perante o mercado. Para organizar meios adequados para atingir um fim determinado, essas instituições e empresas buscam recursos para aperfeiçoar os seus procedimentos

administrativos. Neste sentido, os autores do texto **“PROCESSOS BUROCRÁTICOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS SOB A ÓTICA DE MAX WEBER NA ATUALIDADE”** pretendem colaborar com os leitores desta revista, aprofundando um referencial teórico relevante para tratar do tema polêmico: a burocracia. O texto explicita o caráter racional dos procedimentos que a envolvem, trazendo os elementos que caracterizam as administrações burocráticas e elencando os seus princípios. Aponta as diferenças entre as regulamentações, a estrutura hierárquica, tramitações dos processos e solicitações, bem como as tratativas, nas empresas públicas e privadas, sendo que ambas objetivam modificar seus processos burocráticos para atenderem as demandas internas e externas. Segundo o autor e a autora do artigo, a possibilidade da conquista de maior agilidade nesses procedimentos, atualmente, deve-se aos avanços das tecnologias da informação e da comunicação e à competitividade entre as empresas, considerando que existe a interrelação transformadora entre as mudanças da sociedade e a rapidez das descobertas tecnológicas. Ao ler o artigo, os leitores poderão compreender que para atender a essas mudanças, o Estado deve realizar reformas nos processos burocráticos, beneficiando, principalmente por meio da utilização das novas tecnologias, as empresas públicas e privadas.

No sentido de refletir também sobre os processos administrativos que integram a gestão das empresas, destaca-se a relevância do estudo e pesquisa expostos no artigo **“GESTÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE CRISE - UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS AÇÕES ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19”**. Os autores do texto, preocupados com as consequências da pandemia para empresas que contribuem com a riqueza do país e geram empregos, destacam as dificuldades com a gestão financeira e com a aquisição de crédito. Desta forma, investigam como os governos locais e as empresas privadas organizaram ações que possibilitassem a continuidade dos empreendimentos, principalmente dos micros e pequenos empresários. O Governo Fe-

deral também atuou neste sentido, porém as questões burocráticas dificultaram a total eficiência das ações. Tanto o governo como as empresas privadas forneceram suporte para as MPEs (Micro e Pequenas Empresas) com desoneração de obrigações fiscais e linhas de crédito, bem como, apoio às despesas trabalhistas. Ao trazer um panorama sobre o período de enfrentamento da COVID-19 no Brasil, o texto contextualiza a situação destes empreendimentos durante e depois do isolamento social imposto pela pandemia, apontando as dificuldades das empresas em planejar e gerir os recursos financeiros, provocando a interrupção do funcionamento e a falência de algumas delas. Indicaram a necessidade de técnicas ousadas de gestão financeira para alavancar os níveis de investimento e crescimento dessas empresas. As ferramentas digitais auxiliaram o desenvolvimento das ações “salvadoras”, sendo que estas foram mobilizadas por diferentes organizações que, além da assessoria com especialistas e da criação de projetos, possibilitaram a continuidade da visibilidade e da oferta de produtos das MPEs, utilizando as tecnologias. Por fim os autores propuseram a continuidade da pesquisa sobre o tema, com o aprofundamento e a ampliação das investigações.

Desta forma, os artigos desta edição possibilitam ao leitor percorrer um caminho diversificado de estudos sobre: a infância, as inovações, a realidade virtual, a neurociência e a inclusão, os processos burocráticos das organizações e as ameaças à sobrevivência das micro e pequenas empresas na pandemia. Estes textos produzidos por autores e autoras de diferentes áreas do conhecimento objetivam provocar os leitores para aceitarem o desafio de escreverem seus próprios textos para dialogarem com eles, pensando sempre nas propostas de construção de novas teorias e novas práticas de Educação Integral.

SUMÁRIO

10



CRIANÇA, IDENTIDADE E CULTURAS INFANTIS

- Edson Fernandes

20



INOVAÇÃO NA ESCOLA – CONCEITOS E IDEIAS

- Marcos Alves da Silva

26



A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O FUTURO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

- Evandro de Almeida - Katia Cristina Marcolino

32



NEUROCIÊNCIA, SUPORTE INDIVIDUAL E INSTRUÇÃO DIFERENCIADA NA ESCOLA BÁSICA

- Alvaro José Caselli

42



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

- Maria Simone Lameira Lima

49



PROCESSOS BUROCRÁTICOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS SOB A ÓTICA DE MAX WEBER NA ATUALIDADE

- Evandro de Almeida - Katia Cristina Marcolino

55



GESTÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE CRISE - UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS AÇÕES ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

- CASTRO, Hudson Augusto Silva de - MACIEL, Jonathan Araújo - FREITAS, Winstan Junior Machado de - SCHIMITH, Cristiano Descovi

70



O ENSINO NA NOVA REALIDADE VIRTUAL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- Simone Aparecida Fernandes Rosa



CRIANÇA, IDENTIDADE E CULTURAS INFANTIS

Edson Fernandes¹

Resumo

A infância se configura em uma trajetória histórica, estudada inicialmente por Philippe Ariès, posteriormente outros pesquisadores se envolveram na temática da infância. A obra de Ariès pontua as fases históricas da infância, primeiramente por volta do século XII, como sendo a 1ª identidade da criança, tornou-se conhecida como a infância negada durante o período medieval; posteriormente a 2ª identidade, construída entre os séculos XVI a XVIII – a era do iluminismo –, momento em que a infância passa a ser institucionalizada pelo Estado, sendo este responsável pelo comportamento disciplinar e a implantação da rígida moralidade social infantil; finalmente, na 3ª identidade da infância, surgindo na metade do século XX, a criança é vista como um sujeito de direitos, ou infância de direitos, sendo ela constituída por uma série de legislações, que visam proteger e cuidar das crianças e adolescentes. E por último, a criança como produtora de cultura, deixando para trás a concessão de que o infante é uma tábula rasa. Desse modo, a criança irá criar e estabelecer uma cultura própria da infância, marcando sua importância e identidade na sociedade, percebida como um ente que está em profunda transformação.

Palavras-chave: Infância, Criança, Cultura, Educação Infantil.

Abstract:

Infancy is configured in a historical trajectory, initially studied by Philippe Ariès, later other researchers became involved in the theme of childhood. Ariès' work, punctuates the historical phases of childhood, firstly around the twelfth century, as the child's 1st identity, became known as the denied childhood during the medieval period; later, the 2nd identity built between the 16th and 18th centuries – the age of enlightenment –, when childhood becomes institutionalized by the State, which is responsible for disciplinary behavior and the implementation of rigid child social morality; finally, the 3rd identity of childhood, emerging in the mid-twentieth century, the child is seen as a subject of rights, or childhood of rights, being constituted by a series of laws, which aim to protect and care for children and adolescents. And finally, the child as a producer of culture, leaving behind the conception that the infant is a tabula rasa. In this way, children will create and establish their own childhood culture, marking their importance and identity in society, perceived as an entity undergoing profound transformation.

Keywords: Infancy, Child, Culture, Child Education

1 - Doutor em Comunicação, Mestre em Educação, Psicopedagogo, Psicanalista e Professor da FAEP.

Introdução

Na sociologia da infância, a criança aparece como um ator social, um sujeito que cria e assimila culturas, que interage com outras crianças e com o mundo adulto, que participa de culturas diferentes, e acaba passando por inúmeras experiências na sociedade.

Nesse sentido, encontramos a visão de que a criança deve ser preparada para o futuro, formada para ser um adulto com plena cidadania e consciente de suas ações, um sujeito que irá trabalhar e produzir socialmente e construir a sociedade em que vive. Existe também a visão de que a criança está na sociedade para brincar, se divertir, usar de sua força lúdica, imaginária, e aprender a se socializar. Há outras visões que também são defendidas por diferentes pesquisadores e autores, como as crianças pequenas sendo produtoras de cultura, ou que estaríamos vivendo um momento da decadência da infância na sociedade contemporânea. Porém, independentemente da concepção, a criança está inserida em um processo social, histórico, cultural e político no meio em que ela vive.

Veremos neste artigo a historicidade infantil, que, partindo da Idade Média, atravessará o século XVI, chegando aos séculos XX e XXI, indicando mudanças de concepções e conceitos em períodos diferentes da história a respeito do que se considera e não se considera infância, como também do papel da criança no cerne da sociedade, percurso este que será abordado por aspectos políticos, culturais e sociais em uma complexa travessia histórica da infância. Essa questão possibilitou a criação de novos conceitos e de novas áreas do conhecimento, consideradas fundamentais para a criança passar a ser um sujeito visto pela ciência e compreendido em todas as suas dimensões sócio-psico-cultural.

Como o conceito de infância foi sendo alterado durante os séculos, ao desenvolver concepções diferenciadas da criança, e as teorias que seriam levantadas sobre o tema, a sociedade foi impulsionada à criação de valores da infância para cada momento dentro da história, considerando que a ideia de infância é uma necessidade, uma percepção urgente a ser acolhida e tratada, principalmente para o sistema educacional, que irá atuar com ferramentas sobre e com as crianças, ampliando os seus conhecimentos a respeito delas, e a elas instrumentalizando conhecimentos diferentes.

Assim, sob as perspectivas sociológicas, históricas e culturais veremos a infância em seus diferentes momentos, seus aspectos de valorização das crianças, o entendimento das fases infantis e do desenvolvimento da criança; a compreensão da socialização, assimilação, interação e criação cultural, bem como as mudanças substanciais para aquilo que, hoje, entendemos e estudamos como infância, inclusive protegido por uma série de legislações específicas para a criança e adolescente. Observaremos pelo olhar da pedagogia formas diferentes de se trabalhar com a criança na escola, praticando didáticas, métodos, conteúdos e propostas que se adequam à necessidade para uma infância que cuida, promove o desenvolvimento, cria proteção e inclusão da criança e estabelece a interação entre crianças e adultos com respeito.

1. Estudos Históricos da Infância: conceitos e definições

A infância refere-se a um conjunto de fatores que instituiu determinadas posições ao incluir família, escola, as figuras de pai e mãe, figuras como avô e avó, ou mesmo tio e tia, irmão e irmã e ainda figuras com características paternas e maternas envolvidas mediante os cuidados e as responsabilidades sobre a crian-

ça. A infância também inclui formas de pensar, sentir e viver que se caracterizaram como próprias, dentro de uma determinada faixa etária e com comportamentos humanos compreendidos pelas ciências para as áreas da psicologia, medicina, sociologia, pedagogia, direito, filosofia, dentre outras.

A infância hoje apresenta uma série de legislações de proteção e direitos da criança e do adolescente, como, por exemplo, ECA, LBD, DCNs etc. A ideia de inclusão social no universo infantil em todas as suas dimensões, a formação com responsabilidade cidadã e a consciência para a preservação de um planeta sustentável estão previstas em leis para todas as escolas do território nacional no Brasil e são prioridades em muitos países.

Enfatizamos que os métodos, didáticas e estudos sobre o currículo são prioridades na pedagogia, e o entendimento das fases do desenvolvimento cognitivo e das habilidades da criança, realizando um contorno a respeito do que a criança irá desenvolver e como ela fará isso, se fazem presentes em todo o sistema de ensino, compreendidos nas políticas públicas de governo e no palco das discussões sociais e acadêmicas.

Todavia, a realidade da infância como a conhecemos atualmente nem sempre existiu ou foi tratada da forma como nos habituamos a ver. O sentimento a respeito da infância e a compreensão do universo da criança foram vividos de maneiras diferentes em determinadas épocas da história.

Durante o percurso histórico, as sociedades possuíam crenças, necessidades e entendimentos diferenciados e o paradigma a respeito do que tínhamos sobre a criança era compatível com a realidade do momento vivido, dirigido por um conjunto de valores, princípios

e fatores aceitos e considerados verdadeiros para cada período. Nesse sentido, a infância está sujeita às crenças e construções paradigmáticas para cada época da história como o modelo a ser adotado em uma determinada sociedade.

Figura 1 Criança na escola



Fonte: <https://pixabay.com/pt/crian%C3%A7as-pintura-rosto-facial-2050919/>

A realidade da infância que temos no século XXI é considerada uma evolução regada por profundas mudanças, produzidas pela filosofia, legislações, ciências e comportamento humano frente à Idade Média, Renascimento e Modernidade. Nos estudos realizados pelo historiador medievalista Philippe Ariès, a ideia de infância na Idade Média não existia da forma como a conhecemos em nossos tempos. Nos estudos da iconografia, foi possível à P. Ariès, identificar elementos específicos do tipo de percepção sobre a infância que havia se instaurado na sociedade medieval, antes e após o século XII, marcando períodos fundamentais da história, em que a criança era considerada um ser imperfeito e inacabado, como se fosse um pequeno animal em fase de desenvolvimento biológico.

Até por volta do século XII, a arte medie-

val desconhecia a infância ou não tentava representá-la; é difícil acreditar que essa ausência se devesse à falta de habilidade ou de competência. Parece mais provável que a infância não tivesse lugar naquele mundo. (Ariès, 1973, p. 23).

Na Idade Média encontraremos a 1ª identidade da criança, em um período que o sentimento de infância era negado, e a criança era vista como um adulto em miniatura. Não havia recursos disponíveis para a criança se desenvolver, sendo compreendida como um pequeno ser que seria destinada a atuar na sociedade, exercendo atividades precocemente. Portanto, a miniaturização da criança em forma de adulto demonstrava a falta de consciência do sentimento e compreensão da infância, bem como havia uma despreocupação com os cuidados e proteção da criança, além da constatação de maus tratos físicos e psicológicos, tendo como evidências que a criança era abandonada à atenção da sobrevivência, o que implicaria em altas taxas de mortalidade infantil para a época. Não havia roupas feitas e destinadas para as crianças, nem noções de higiene e tão pouco quaisquer instrumentalizações educacionais, que demonstrasse preocupação com os cuidados físicos, ou mesmo quanto a sua formação emocional e o seu preparo para a inserção no universo social.

A criança sem direitos era tida como instrumento de manipulação e servia à paparicação dos adultos. Assim, a criança era considerada um animal de estimação e tinha a função de distrair o adulto. Além disso, a criança na presença do adulto deveria ficar calada e seria incluída na sociedade aos 7 anos de idade, o que significava que sua dependência física estava precocemente datada. Não havia a preocupação em entender o comportamento infantil e tão pouco a criança passaria pelos estágios da infância que hoje conhecemos. Portanto, a

consciência social não admitia a existência da infância como categoria diferenciada do gênero humano.

A 2ª identidade da infância passou da ideia de adestramento e negação da infância medieval, para o conceito de educação formal dos iluministas sob a tutela do Estado. A infância foi institucionalizada pelo Estado, entre os séculos XVI e XVIII, principalmente pelos filósofos Rousseau, Diderot e outros no período do Iluminismo, a criança começaria a ser tratada com cuidados específicos para o seu desenvolvimento, deixando de ser vista como um adulto em miniatura, ou um ser subjugado socialmente.

Nesse período, as imagens das pinturas dos infantes nos quadros identificados por P. Ariès demonstrariam características laicas e não mais personagens sacras, e essas personagens infantis estariam incluídas na relação com a família, acolhidas pela mãe e pelo pai, deixando de ser uma representação meramente comunitária e passando a ter um viés particular em cada família; a criança não seria mais vista na forma de um adulto em miniatura, mas de um ser pequeno em fase de desenvolvimento físico e emocional com traços e roupas infantis, caracterizando-o como uma criança em período de crescimento. O sentimento de infância passaria a ser mais numeroso e aplicado no cotidiano com maior frequência, caracterizado pela distribuição de afetos e cuidados específicos.

A criança não seria mais vista como um pequeno selvagem ou um objeto para o divertimento dos adultos. A atenção estaria voltada aos cuidados com a sua higiene, a saúde e a educação para a formação e o desenvolvimento de seu ser e seu saber; momento em que, historicamente, a razão e o conhecimento são impulsionados por novos ideais filosóficos dos

iluministas, opondo-se às crenças medievalistas. Assim, a infância se tornaria um fenômeno histórico e cultural e não apenas natural e fisiológico, sendo movida por aspectos do pensamento e da formação cultural na sociedade. Entre os séculos XVI e XVIII veremos a concepção dos sentimentos da infância, convertidos em objeto de proteção, no período em que a criança é vista como um ser ainda irracional. Além disso, o infante necessitaria passar por uma disciplina rígida, regada de condicionantes socioculturais, para que o mesmo fosse transformado em um adulto preparado para a convivência social, e aprendesse a obedecer às normas e regras impostas.

A concepção de moralidade atingiria um alto ponto nas sociedades, refletindo na disciplina da criança, ensinando-a boas maneiras e, a seguir, as regras de etiqueta. A educação infantil passaria a ter a atenção do Estado, ocorrendo em espaços confinados e fechados, locais onde a criança ficaria enclausurada fisicamente em uma escola para obter a educação adequada, disciplinada e com a convivência regulada pela sociedade.

Portanto, o sistema de controle e vigilância seria implementado nas escolas, incluindo na educação não apenas o conhecimento racional dos iluministas, mas o “modus operandi” de agir em sociedade.

No século XVIII, o filósofo Rousseau propôs uma educação infantil em que o Estado deveria ter responsabilidades com a criança e zelar pelo seu bem-estar e educação. O próprio Rousseau tinha ciência de que as famílias precisariam ser orientadas para as noções de higiene e cuidados com seus filhos, porque essas não tinham nem a cultura e nem as noções básicas para suprir as necessidades das crianças. Dessa forma, o púlpito das igrejas era utilizado pelos padres e pastores, e durante o sermão os

pais eram orientados, principalmente as mães, sob os cuidados que deveriam ser oferecidos às crianças.

Inclusive pode-se destacar que foi a partir da primeira Revolução Industrial - época em que o recrutamento de mão-de-obra nas indústrias era feito com crianças e mulheres -, que a ideia de ter filhos foi considerada importante na sociedade. Acreditava-se que a mulher grávida era santificada pelas forças divinas. Dessa forma, a concepção de infância é amplamente valorizada tanto pelo Estado como pela Igreja; sobretudo ao se levar em consideração a Revolução Industrial e os novos ideais dos iluministas políticos, econômicos e socioculturais. Durkheim acreditava que o Estado deveria moralizar e disciplinar as crianças. Educar passaria a ser sinônimo de moralizar, seguindo três princípios básicos, sendo: primeiramente o espírito de disciplina que exigiria a obediência, segundo o espírito de abnegação que implicaria no sacrifício dos ideais individuais em prol dos ideais coletivos e o terceiro a autonomia da vontade que significaria a submissão diante da ordem social estabelecida.

A escola crê na necessidade de conhecer a criança, para que essa tenha a melhor disciplina com castigos e princípios morais rígidos; particularmente no que se refere aos fatores de correções comportamentais. Na França, por exemplo, as crianças eram separadas por idade, gênero e com o currículo específico para cada faixa etária na sala de aula. A didática surge, mas ainda a disciplina social é priorizada, e o trabalho educacional é rígido e completamente autoritário.

Entretanto, apesar dessa grande revolução de pensamento estar em andamento nas sociedades europeias, a criança pobre ou abandonada sofreria a exploração nas fábricas durante a Revolução Industrial, ou nos campos de traba-

lho em se tratando das zonas rurais.

Durante o século XIX, a criança é considerada mão-de-obra barata e excelente para a exploração do trabalho. Não há controle dessa prática por parte do Estado, seja para inibir a exploração da mão-de-obra infantil, seja para criar proteção à criança pobre com a necessidade eminente de políticas públicas, o que nos aponta para uma elitização da educação nas camadas sociais; enquanto as crianças de famílias com posses financeiras e status sociais elevados teriam as chances de passar por uma educação escolar protegida pelo Estado, as crianças oriundas de famílias pobres, sem posição social relevante, não teriam essa mesma oportunidade, o que significaria gerar a desigualdade social e a disparidade no acesso à educação infantil e na formação da criança, fomentando o desenvolvimento de uma sociedade desigual e dividida por condições de vida, nas diferenças socioeconômicas e de poderes.

Com o avanço das ciências como a psicologia infantil, sociologia, pedagogia e a própria filosofia, a infância passaria a existir em sua 3ª identidade, chamada de “sujeito de direitos”, sendo reflexo de vários debates em instituições organizadas e dos movimentos sociais na segunda metade do século XX, gerando leis, estabelecendo o reconhecimento social de proteção e de direitos da criança e do adolescente na sociedade.

A contemporaneidade marcaria a educação da criança para formar o cidadão enquanto um sujeito de direitos, regado por leis específicas, que pudessem garantir a dignidade e o desenvolvimento integral infantil. O Estado assume a responsabilidade em fornecer a educação obrigatória. É criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigos na Constituição Federal de 1.988 no Brasil, que são publicados com o intuito de defender os direitos das crian-

ças, bem como as Referenciais Curriculares Nacionais, a LDB, as RCE da E.I. Dessa forma, passam a fazer parte da legislação infantil esse conjunto legislativo, servindo como guia de reflexões e ações de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos, metodologias, didáticas e orientações socioeducativas para os profissionais que atuam com crianças, respeitando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural racial, de classe social, étnica, religiosa e demais aspectos abrangidos na cultura, situando a sociedade com relação aos cuidados e a formação, que a criança precisará ter, e ser atendida ao longo da sua formação.

Assim sendo, as legislações serviriam de certificados e amparos legais, bem como reconhecimentos sociais para a conquista do respeito com a criança, como sujeito de direitos e a compreensão do seu papel como cidadão em processo de formação individual, social e cultural atribuído pelo sistema de educação.

Leis surgiriam com o intuito de inibir a exploração da mão-de-obra infantil e criar um sistema de proteção à criança considerada oriunda da família de baixa renda, com a criação de práticas sociais, surgindo, posteriormente, as políticas públicas, ao mesmo tempo, uma maior atenção começaria a ser dedicada às crianças pela pedagogia, psicologia e sociologia, iniciada durante o berçário até à formação nos dois ciclos no fundamental e no ensino médio; assegurando, desse modo, uma formação mais adequada àquilo que a sociedade e a política do Estado compreenderiam como as melhores ações educacionais a serem praticadas pelo país para o desenvolvimento da sociedade.

A criança possui uma voracidade cognitiva, e o professor tem o papel de motivar, e servir de facilitador do aprendizado, ao invés de passar para a função de disciplinador e inibidor de suas potencialidades.

O docente precisa estar atento ao desenvolvimento das capacidades, habilidades e competências infantis. O pequeno aluno é visto como um ser ativo, comunicativo, inteligente e que experimenta o mundo em todas as suas dimensões, além de ser uma pessoa em estágio de pleno desenvolvimento de suas funções físicas, psíquicas, emocionais, mentais e sociais.

2. A sociologia da infância: surgimento do campo, situação atual das pesquisas sobre infância

Os estudos sociológicos da infância que iniciaram por volta dos anos de 1.930 são responsáveis por trazerem ao centro das discussões de alguns países o debate social da infância, o grupo de leis de direitos e de proteção à criança, posicionando essa criança como “sujeito de direitos”. Assim, foram criadas melhores condições para a formação educacional, demonstrando mais diligência com os cuidados, proteção e desenvolvimento dos infantes.

Desse modo, o princípio biológico e o desenvolvimento que concebe a infância como existência de um período de transição para a maturação da vida adulta, sem que exista uma historicidade e cultura própria da infância, é abominado pela sociologia da infância. Na visão dessa ciência, a criança passa a ser um ator social, um sujeito ativo que cria, assimila e transforma a cultura, e não mais um ser passivo, improdutivo culturalmente, que apenas aprende e reproduz aquilo que é transmitido pelos adultos.

A crítica tecida diz respeito à concepção da criança como sendo um ser considerado uma tábula rasa, totalmente dependente da direção e da cultura do adulto, implicando assim na hegemonia cultural da visão do adultocêntrico

sobre a criança.

A sociologia da infância apresenta estudos sobre a socialização da criança, refutando a ideia da imposição cultural do adulto sobre a criança e rejeitando a posição receptiva e passiva da criança com relação à cultura adulta.

Figura 2: Crianças em atividades na escola



Fonte: <https://pixabay.com/pt/crian%C3%A7as-menina-l%C3%A1pis-desenho-1093758/>

A criança torna-se um ator social, criador de sua própria cultura, influenciando diretamente a cultura e as mudanças na sociedade, desenvolvendo desse modo uma dinâmica particular na formação social que ela atua.

Nessa perspectiva, as crianças são consideradas seres sociais imersos, desde cedo, em uma rede social já estabelecida e, por meio do desenvolvimento da comunicação e da linguagem – o que possibilita uma maior interação com os outros – constroem seus mundos sociais. Associando isto ao alargamento de seu contexto de interações sociais, ampliam suas possibilidades de assimilar o mundo que as rodeia, expandindo, assim, as culturas de pares e reconstruindo a cultura adulta (SANTOS, 2014, p 08).

Reconstruir a cultura adulta a partir da cultura

infantil significa que há um enorme processo de interação entre as culturas adulta e infantil. Portanto, a criança também assimila a cultura do adulto e mistura com a sua cultura, devolvendo à sociedade suas experiências na forma de outras culturas construídas. A criança, ao participar com seus pares para a construção de sua identidade, indica que ela se apropria de informações do mundo adulto, ao mesmo tempo, gera em suas atividades lúdicas, sociais, imaginativas, criativas e emocionais informações que irão determinar a contribuição infantil ativa, para a produção cultural e a criação da convivência social, diferentemente do que há no mundo adulto pelas características *sui generis*, que movimentam o universo infantil, e não são encontradas entre os adultos.

As crianças coletivamente estabelecem regras nos jogos, criam condutas sociais para a convivência, negociam formas de brincadeiras, compartilham suas experiências, de modo a inserir elementos e experiências no contexto social de que fazem parte. As atividades rotineiras, os artefatos, os valores, os jogos e as normas para jogar, os interesses, sejam eles diferentes ou idênticos, são construídos e trocados pelo grupo, gerando uma interação social. Florestan Fernandes destaca em seu trabalho que a convivência entre os pares das crianças, implicando na socialização e convivência em seu meio cultural, representa a assimilação e permanente reconstrução da cultura, principalmente dentro do processo de construção simbólica, de sistemas representativos de realidades que a infância constrói; sobretudo, através de jogos lúdicos, do folclore e do processo imaginativo.

No conceito de William Corsaro, a respeito da reprodução interpretativa: “As crianças ativamente buscam apropriarem-se de informações da cultura adulta com o objetivo de atender aos seus interesses próprios enquanto crian-

ças” (SANTOS, 2014, p. 15).

O que significa que há certo comportamento autônomo da criança quanto à exploração do mundo e a construção de sua própria cultura em sistemas organizados e simbólicos – ainda que não totalmente independente -, representando elementos concretos e abstratos, exaltando a consciência e o inconsciente, o pensamento e o sentimento, assim apontando uma dualidade que compreende a interação entre dois mundos: o mundo objetivo e o mundo subjetivo.

A construção do mundo está na experiência que a criança vivencia, e que poderá ser intra-geracional – na interação entre crianças – e intergeracional – em relação direta com o mundo adulto. As crianças são consideradas sujeitos criativos e competentes em suas ações e formas diferentes de expressão, na maneira que elas se dispõem para o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Entretanto, as crianças e os adultos estão compreendidos em uma multiplicidade de seres em estágio de formação permanente; pois, independentemente do estágio que estamos vivendo e da nossa faixa etária, somos seres incompletos e dependentes, ficando subentendido que não há uma pessoa completamente autônoma e independente, mas vivemos em um complexo intercâmbio de troca, de relações regadas de interdependências, criando, assim, um modelo de interatividade entre adultos e crianças, estabelecendo uma nova noção de socialização.

Não obstante, o espaço e o tempo infantil precisam ser preservados e entendidos pelo adulto, como sendo próprios da infância, e que em diversos momentos não pertencemos ao mundo que uma criança perde ou ganha em seus jogos, sofre e se regozija em suas relações

emocionais, cria amizades imaginárias e estabelece vínculos afetivos com seus amigos.

O mundo infantil é singular e não pode ser invadido pelo mundo adulto, mas é possível haver uma interação entre ambos, criando laços e trocas de informações que podem estabelecer um elo de socialização e construção de identidade infantil e de identidade adulta na sociedade.

Considerações finais

Até o sec. XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tinha interesse em retratá-la. Não havia lugar, nem esteticamente, nem na realidade, para a infância neste mundo. A mortalidade infantil estava acima de 50% e a expectativa de vida de uma pessoa não ultrapassava os 30 anos de idade. A infância era um período de transição, logo ultrapassado e cuja lembrança era perdida, não havia sentimento de infância. Isso não significa que as crianças eram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, elas eram misturadas aos adultos e tomadas como adultos, a partir do momento em que tinham condições de se separarem das mães. Não haveria a distinção entre adultos e crianças a partir de então. A 1ª identidade infantil foi construída com o conceito de negação da infância, a paparicação e a concepção da criança sendo um adulto em miniatura acabavam vigorando durante a Idade Média, e sem que houvesse um projeto social que pensasse nos cuidados, atenção, proteção e formação da criança. Assim, a infância não teria a menor importância na cultura medievalista.

O sentimento de infância surgiria fora da família, pensado por legisladores, eclesiásticos, moralistas e filósofos preocupados com a disciplina e racionalização dos costumes sociais. Então, a criança que era vista como um brinquedo encantador e frágil, passaria a ser alguém que deveria ser cuidada e disciplinada,

sendo moralmente tratada durante a 2ª identidade infantil. Esse sentimento é administrado pelo Estado, e a infância torna-se institucionalizada, vinculando o sistema de educação à moralização rígida e ao disciplinamento da criança. No século XVIII, soma-se também a ideia da preocupação com a higiene e a saúde física das crianças (corpo em bom estado não leva à preguiça, moleza ou outros vícios). A criança torna-se elemento central na organização familiar.

A 3ª identidade da infância nasceria dos debates e movimentos sociais, apoiado pela ciência e legisladores, criando a infância de direitos, apresentando um conjunto de leis e vários dispositivos legais que protegeria, cuidaria e garantiria os direitos à criança, inclusive para obter a educação obrigatória e zelar pela sua formação em todas as dimensões físicas, psíquicas, cognitivas, emocionais e sociais.

Os diferentes momentos históricos caracterizam que a infância não é um produto biológico e natural, mas sim de cunho social e cultural regidos por acontecimentos históricos, e que não há uma única infância, mas diferentes infâncias, que não são, absolutamente, iguais em sua formatação cultural, e estão acontecendo na contemporaneidade em diferentes lugares e em situações diversas, como também existem crianças que vivem formas de infâncias incommuns em relação a outras crianças. A infância não é a assimilação da cultura do adulto, mas a produção de uma cultura própria, destacando que, atualmente, a área que estuda a infância conta com estudos e pesquisadores da sociologia da infância, e que procuram debater o tema sob a perspectiva da criança e não mais do adulto.

Assim, descobrimos que não há um único tipo de infância, mas múltiplas infâncias ao longo da história, e principalmente hoje em dia, com as diferenças de classes sociais, regiões com

culturas próprias, onde algumas crianças são criadas, as crenças e comportamentos peculiares das famílias, princípios diferenciados adotados pela sociedade, tipo de educação trabalhada e tantas outras variáveis, que estabelecem a diversidade da experiência na infância, marcando a criança nos tempos atuais por um conjunto de leis, métodos educativos, sistema educacional. Dessa forma, compreendendo a infância pelo olhar da ciência e dos debates dos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

ÀRIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro. Ltc, 1981.

_____. L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. Paris: Seuil, 1973.

BARBOSA, M.C.S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. Educação e Sociedade [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.1059-1083. Link <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>.

BARBOSA, M. C. S. Práticas cotidianas na educação infantil. MEC/COEDI, 2009. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf

Braga, D. (2016). A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. Angelus Novus, (10), 15-40, USP. Ver em: [file:///C:/Users/Edson/Downloads/123935-Texto%20do%20artigo-233851-1-10-20161210%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Edson/Downloads/123935-Texto%20do%20artigo-233851-1-10-20161210%20(1).pdf), acesso 21.12.2018.

CHALMEL, L. Imagens de crianças e crianças nas imagens: representações da infância iconografia pedagógica nos séculos XVII e XVIII. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 57-74, abril 2004. Ver em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a05.pdf>, acesso 21.12.2018.

FANTIN, Monica. Múltiplas faces da infância na contemporaneidade: consumos, práticas

e pertencimentos na cultura digital. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 596-617, maio/ago. 2016, Ver em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3836>, acesso 21.12.2018.

KUHLMANN, M. Histórias da Educação Infantil Brasileira. Revista Brasileira de Educação. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>

MAGALHÃES, Maria das Graças S. e BARBOSA, A. A. A concepção de infância na visão de Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. v. 1, n. 1, Roraima, UFRR, 2008. Ver em: <https://revista.ufrr.br/examapaku/article/view/1456>, acesso 21.12.2018.

MARTINS, José de Souza (org.). O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

NASCIMENTO, M. L. P Algumas considerações sobre a infância e as políticas de Educação Infantil. Educação e Linguagem. V. 04 nº 23/24. Dez, 2011. <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/2914-7523-1-PB.pdf>.

Nascimento, C., Brancher, V., & Oliveira, V. (2013). A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Revista Contexto & Educação, 23(79), 47-63. Ver em: <http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>, acesso 21.12.2018.

SANTOS, Sandro V.S. dos. Sociologia da infância: aproximações entre Willian Cosaro e Florestan Fernandes. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, UFMG, v. 5, n.1 p. 117-139, jan/jun. 2014. Ver em: <file:///C:/Users/Edson/Downloads/344-1395-1-PB.pdf>. Acesso em 21.12.2018.



INOVAÇÃO NA ESCOLA – CONCEITOS E IDEIAS

Marcos Alves da Silva¹

RESUMO

Toda e qualquer proposta de projetos e inovações no ambiente escolar precisa ser democrática, acolhendo as demandas e necessidades da comunidade escolar (professores e alunos) e, também, ter um papel significativo em relação à proposta pedagógica da instituição, ou seja, precisa fazer sentido para toda comunidade escolar, pois, só assim, as novas tecnologias e/ou propostas terão plena aceitação por todos e não terão nem caráter impositivo ou mesmo parecerão uma necessidade que vem “de cima para baixo” como, lamentavelmente, é muito comum.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância de sabermos distinguir os conceitos de inovação, tecnologia e equipamento eletrônico, evitando assim confusões e dificuldades ao implementar ações e atividades pedagógicas que envolvem a concepção de inovação na educação.

Palavra-chave: Educação, Inovação e Tecnologia.

ABSTRACT

Any and all proposals for projects and innovations in the school environment need to be democratic, welcoming the demands and needs of the school community (Teachers and Students) and also play a significant role in relation to the institution’s pedagogical proposal, that is, it needs to make sense for the entire school community, because only then will new technologies and/or proposals be fully accepted by everyone and will neither have an imposing nature nor even seem like a need that comes “from the top down” as, unfortunately, is very common.

The objective of this work is to show the importance of knowing how to distinguish the concepts of innovation, technology and electronic equipment, thus avoiding confusion and difficulties when implementing actions and pedagogical activities that involve the conception of innovation in education.

Keywords: Education, Innovation and Technology..

1 - Professor da FAEP. MBA em Administração e Gestão Escolar. Especialista em Educação para o Pensar (PUC-SP) e em Educação Valores e Cidadania na Escola (USP/UNIVESP). Geógrafo (USP) e Educador (USP). 24 anos na Educação Pública e Privada.

INTRODUÇÃO

Não há dúvida de que estamos a assistir uma rápida e acelerada necessidade de mudar/renovar a relação professor-aluno-sala de aula. Mudanças sempre foram solicitadas e fizeram parte da realidade escolar, pois a escola é uma instituição viva e que deve acompanhar as alterações que ocorrem na sociedade local e, nos dias atuais, também em ambientes que vão da escala regional para a global. Ainda assim, a escola sempre teve, ao olhar da sociedade, um papel a cumprir: a formação das novas gerações.

Para o educador Jean Piaget “o principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram”². Portanto, o papel da escola sempre foi o papel de renovação, criação e desenvolvimento humano, em outros termos, o local de inovação (renovação) entre gerações.

Desta maneira, inovar é parte natural da educação, embora pareça algo lógico e esperado por todos, não é tão simples assim. Isso ocorre porque novidades produzem medos, ansiedades e, como resposta, resistências por parte da equipe docente e discente. Nas palavras de Assmann (2005),

[...] em muitos ambientes escolares persiste o receio preconceituoso de que a mídia [e as novas tecnologias] despersonaliza, anestesia as consciências e é uma ameaça à subjetividade. A resistência de muitos (as) professores (as) a usar livremente as novas tecnologias na

pesquisa pessoal e na sala de aula tem muito a ver com a insegurança derivada do falso receio de estar sendo superado/a, no plano cognitivo, pelos recursos instrumentais da informática. Neste sentido, o mero treinamento para o manejo de aparelhos, por mais importante que seja, não resolve o problema. (p. 14³)

Superar o estranhamento em relação ao novo e às novidades no que concerne aos receios que os educadores e, evidentemente também, os estudantes possuem em relação ao uso das novas possibilidades que as tecnologias podem permitir ao processo educativo e social que ocorre na escola. Tal desafio traz à tona a necessidade de novas percepções e direcionamentos por parte da equipe gestora da escola, da coordenação e dos docentes para que exista a sinergia necessária à construção de nossas formas de pensar e fazer educação, seja dentro ou fora das salas de aula. Assim sendo, a equipe escolar também precisa ter um olhar inovador em sua abordagem em relação à comunidade escolar. Na concepção de António Amorim (2017),

O Enfoque da Gestão Inovadora exige que todos participem do processo, contribuam para a consolidação de mudanças significativas no ambiente da escola e no sistema de ensino como um todo, para criar uma cultura escolar e educacional que traga uma visão de totalidade da vida escolar, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e de competências inovadoras, que fortalecerão o trabalho do gestor, tendo a participação de equipes colaborativas e inovadoras. (p. 75).

2 - IN VECCHIA, Rodney. Educação como propósito de construir vidas plenas e livres: A educação é o principal instrumento para construir sociedades mais justas e com melhor qualidade de vida e bem-estar. Portal Administradores.com (13/07/2014).

4 - IN <https://www.gobacklog.com/blog/frases-inspiradoras-sobre-inovacao/>

Ou seja, inovar não é apenas fazer diferente, mas antes de tudo é pensar diferente.

1. Inovação – conceito

(Um produto precisa ser inovador o suficiente para se diferenciar do resto, mas não tão inovador que o usuário não entenda)

Reid Hoddman ⁴

Para muitas pessoas, principalmente nos tempos atuais, inovação é o mesmo que tecnologia avançada ou algo que se assemelha ao que vemos nos filmes de ficção científica, ou seja, algo que está muito além do alcance da maioria de nós, os “simples mortais”. Será que é isso mesmo? Vejamos o que diz o portal significados.com.br:

Inovação é a ação ou o ato de inovar, ou seja, modificando antigos costumes, manias, legislações, processos e etc; efeito de renovação ou criação de uma novidade. O conceito de inovação é bastante utilizado no contexto empresarial, ambiental ou mesmo econômico. Neste sentido, o ato de inovar significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes, aos habituais meios, para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar, sejam ideias, processos, ferramentas ou serviços⁵.

Na perspectiva de Dos Santos; Fazon e De Me-roe (2011),

Segundo Schumpeter (1988), a inovação tecnológica cria uma ruptura no sistema econômico, tirando-a do estado de equilíbrio, alterando, desta forma, padrões de

produção e criando diferenciação para as empresas. Ela representa papel central na questão do desenvolvimento econômico regional e de um país.

[...]

Tratando-se do processo de inovação, o mesmo autor dividiu-o em três fases: invenção (a ideia potencialmente aberta para a exploração comercial), a inovação (exploração comercial) e difusão (propagação de novos produtos e processos pelo mercado). (p. 5)

Inovação, conforme vimos acima, tem relação direta com ruptura, com quebra de modelos anteriormente considerados como eficientes e assertivos, mas que por alguma mudança passam a ser repensados e revistos para que novas possibilidades possam ser aceitas e realizadas. Essa ideia (a inovação como ruptura) pode ser vista como alteração do certo e conhecido, do fazer diário com o qual nos acostumamos ao longo do tempo, pelo novo, a novidade, o desconhecido. Tal percepção gera medo e insegurança para muitos, mas principalmente para aqueles que não querem e nem aceitam as rupturas, ainda que as novas possibilidades venham facilitar o nosso fazer diário. A charge abaixo ilustra muito bem essa situação:



Créditos: <https://ringabell.com.br/portfolio/a-forca-da-rotina-contra-a-inovacao/>

4 - IN <https://www.significados.com.br/inovacao/>

5 - IN <https://www.significados.com.br/inovacao/>

Inovação é facilitador. Sempre que inovamos o nosso fazer estamos buscando facilitar a realização do que já estamos realizando. Inovação não é sinônimo de equipamento tecnológico ou computador de última geração, mas é realizar algo utilizando um novo caminho. Para isso utilizaremos novos equipamentos, aparelhos eletrônicos entre outros, isso é apenas um detalhe, porque a inovação é a utilização de novos caminhos e formas de ver o que antes fazíamos de forma diferente.

2. Inovação na Escola

Atualmente, a inovação pode ser considerada um sinônimo de adaptação e, para que as empresas possam obter resultados e continuar na “batalha” no mercado empresarial, as inovações são essenciais para que possam se moldar às mudanças que acontecem nas estruturas sociais e econômicas⁶.

Isto posto, para que a implementação de novas tecnologias e inovações seja efetiva é necessário estabelecer diálogo entre todos que compõem a comunidade escolar para reduzir conflitos e resistências. Também se faz necessário, por parte da equipe gestora, realizar também o trabalho formativo dos professores, bem como criar condições reais de acolhimento e escuta das necessidades e propostas dos professores e dos alunos, pois sem a participação e a motivação dos mesmos, isto é notório, torna-se inviável a implementação real e consistência de novas inovações no ambiente escolar.

A tecnologia e a inovação devem ter sentido e, ao mesmo tempo, ser objeto de interesse por parte dos professores e dos estudantes para

que possam ser aplicados e, a partir deste ponto, fazer efetivamente parte do cotidiano escolar e não apenas uma imposição institucional. Por isto mesmo, se faz necessário também que a equipe de coordenação e gestora possa aproximar-se da realidade dos professores e assim estabelecer uma ponte que conecte os mesmos às novas possibilidades de aplicação de novas tecnologias como forma de agregar ainda mais valor ao trabalho pedagógico.

3. Inovação como possibilidade na Educação

(Toda inovação começa assim: você passa a impugnar a mesmice, cria valor e incorpora ao rol de suas atitudes, a volitiva.)

Wendel Gomes Ferri

Há ainda muitas dúvidas a respeito de qual é o efetivo papel da inovação na Educação, seja no que diz respeito à implantação da mesma nas salas de aula, a qual em muitos casos é confundida com tecnologia e equipamentos eletrônicos (computadores, tablets e entre outros) ou mesmo confundida com elevado grau de uso da informática. Devemos lembrar que inovação é fazer melhor o que já fazemos e para isso não é necessário custos elevados ou a instalação de equipamentos caros e revolucionários em sala de aula.

Isso ocorre devido porque não há clareza no que concerne ao conceito de inovação. Falta melhor comunicação entre todos nós, seja dentro quanto fora da escola, no que diz respeito à palavra inovação. Em alguns setores (principalmente o econômico e o industrial) o conceito de inovação está mais incorporado e entendido, sendo que para este setor inovação é:

6 - IN MOTA¹, Ronaldo. Olhando para o futuro: visões da educação brasileira para os próximos dez anos. Palavra do Presidente, p. 26, 2010.

• **Ideia implementada:** o primeiro destaque é o entendimento de que a inovação não para simplesmente na ideia. Certamente um insight pode ser a faísca para uma grande inovação, entretanto, sem a execução e a entrega dessa ideia, nenhum valor será gerado ou criado;

• **Gerar valor para o negócio:** em segundo lugar, não faz sentido conceituar como inovação a execução de uma ideia nova e única que não gera valor. Alguma melhoria deve ser percebida em seu processo, produto ou serviço a partir da implementação da ideia para essa se tornar uma inovação. Uma ideia nova e singular implementada sem geração de valor é apenas uma invenção⁷.

Desta forma, vemos que inovação está associada ao desenvolvimento e à ampliação dos negócios. Na educação, não é tão fácil ter essa clareza a respeito de qual é o papel da inovação na sala de aula e nas propostas realizadas pela escola. Buscando simplificar, segundo o dicionário Aurélio, temos:

Substantivo feminino

Novidade; aquilo que é novo; o que apareceu recentemente: fez inovações na maneira como cozinha.

[Jurídico] Qualquer modificação ou alteração de fato ou de direito que desperta ou incita o interesse de uma avaliação judicial do caso.

[Linguística] O que aparece de novo numa língua, não tendo surgido anteriormente. Ação ou efeito de inovar.

Etimologia (origem da palavra inovação). Do latim innovatio.onis.

Sinônimos de Inovação

Inovação é sinônimo de: aperfeiçoamento, novidade

De forma direta e simples, a inovação é aperfeiçoar o que estamos a realizar diariamente e para isso basta que a nossa forma de pensar e agir perante a nossa forma de propor as atividades em sala de aula, realização das avaliações e também o uso material que já está disponível a nós, professores e alunos. É evidente que isso não deve ser entendido como “basta fazer diferente que tudo estará resolvido”, porque nossas escolas são, em grande parte, carentes no acesso à internet e aos meios eletrônicos, os quais facilitariam muito a implementação de novas ações e realizações na escola. As salas de aula não precisam ser como as salas abaixo para que a inovação seja parte das aulas.

Imagem 1

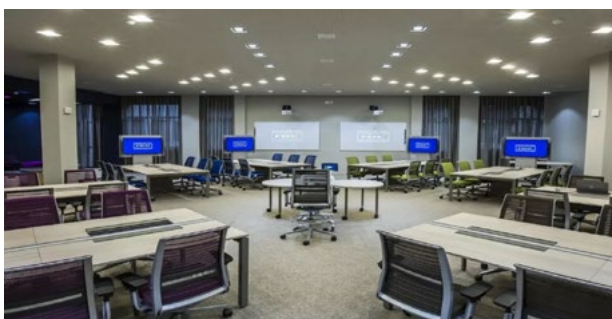


Imagem 2



O primeiro passo para que a inovação chegue efetivamente nas salas de aula, de forma mais efetiva e organizada, é a compreensão correta do conceito de inovação para, só então, passarmos para as demais etapas (planejamento,

6 - IN <https://blog.aevo.com.br/inovacao/#o-que--inovao>

implementação e avaliação).

Sem essa compreensão, infelizmente, as escolas tenderão a pensar a educação como algo que está distante por ser confundida com elevadíssimos investimentos e/ou equipamentos eletrônicos caros e para poucos. A falta de maior assertividade e compreensão acerca do que estamos a fazer e para onde estamos a ir gera esses desvios e a perpetuação de situações que já poderiam ter sido superadas com a implementação de penas, mas essenciais mudanças de rumo, ou seja, a implementação de inovações (mesmo que pequenas e pontuais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os apontamentos acima realizados, há uma forte tendência mundial em relação à necessidade de inovar na Educação. Além disso, existe também a falta de correta e clara compreensão acerca do conceito de inovação, o que agrava e dificulta a aplicação da mesma em sala de aula. Outro ponto essencial é a confusão que se faz em relação aos conceitos de tecnologia, equipamentos eletrônicos e inovação, o que infelizmente agravam e dificultam a implementação efetiva de novas e promissoras melhorias em sala de aula.

Precisamos, antes de tudo, trazer às pautas da escola o papel que as novas possibilidades (as inovações) têm para realizar o processo de ensino-aprendizagem de forma diferenciada e mais efetiva para as gerações que aqui estão, mas também para as demais que futuramente irão adentrar às escolas de todo o país.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, António. Gestor escolar inovador: educação da contemporaneidade. *Revista Lusófona de Educação*, núm. 35, 2017, pp. 67-82 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal.
- DOS SANTOS, Adriana BA; FAZION, Cíntia B.; DE MEROE, Giuliano PS. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. *Caderno de Administração*, v. 5, n. 1, 2011.
- MOTA, Ronaldo. Olhando para o futuro: visões da educação brasileira para os próximos dez anos. *Palavra do Presidente*, p. 26, 2010.
- VECCHIA, Rodnei. Educação como propósito de construir vidas plenas e livres: A educação é o principal instrumento para construir sociedades mais justas e com melhor qualidade de vida e bem-estar. IN Portal Administradores. com (acessado em 13/07/2014).



A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E O FUTURO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

THE AI REVOLUTION: CHALLENGES, OPPORTUNITIES, AND THE FUTURE OF SOCIETY AND EDUCATION

Evandro de Almeida¹

Katia Cristina Marcolino²

Resumo:

Este artigo explora os impactos da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho, na sociedade e na educação, discutindo os desafios, as possibilidades e dilemas sociais ocasionados pela adoção dessa tecnologia e seu rápido desenvolvimento. Embora as inteligências artificiais sejam ferramentas poderosas de suporte, é fundamental que seus usuários adotem uma postura crítica e questionadora em relação às informações fornecidas, a fim de utilizá-las de forma ética e responsável. As IAs são incapazes de replicar competências humanas essenciais, como criatividade, pensamento crítico, empatia e inteligência emocional, que desempenham um papel crucial. No entanto, a inteligência artificial (IA) tem o poder de enriquecer significativamente o trabalho e os estudos. No contexto profissional, a IA automatiza tarefas repetitivas e oferece insights valiosos com base em análises de dados, liberando tempo para atividades estratégicas. Na educação, a IA personaliza o aprendizado, adaptando-se às necessidades individuais dos alunos, fornecendo recursos personalizados e feedback

imediato. Porém, existe uma urgência em promover debates sobre seu uso justo, ético, inclusivo e equitativo em todo o mundo. A implementação de políticas públicas, a promoção da colaboração entre os envolvidos e a criação de programas de inclusão digital são medidas essenciais para garantir que os benefícios dessa tecnologia sejam acessíveis a todos.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial, Ética, Educação, Futuro da Sociedade, Novas Tecnologias

Abstract:

This article explores the impacts of artificial intelligence (AI) on the labor market, society, and education, discussing the challenges, possibilities, and social dilemmas caused by the adoption of this technology and its rapid development. While artificial intelligences are powerful support tools, it is crucial for users to adopt a critical and questioning stance towards the information provided in order to use it ethically and responsibly. AI is unable to replicate essential human competencies such as creati-

1 - Graduação em Relações Internacionais – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP. Especialista em Negócios e Comércio Internacional – Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Especialista em Magistério para o Ensino Superior – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP – Mestre em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica São Paulo – PUCSP. e-mail: evandrosky@hotmail.com

2 - Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados – Instituto Leonardo Da Vinci e Pedagogia – FAEP; MBA em Gestão de Pessoas e Liderança – FAEP; Pós-graduada em Gestão de Projetos e Gestão da Tecnologia da Informação – IBTA; Mestranda em Big Data e Business Intelligence – ISEP; Trinta e nove anos de atuação na área de T.I. Corporativa e onze anos na docência do Ensino Superior.. e-mail: katiacmarcolino@gmail.com

vity, critical thinking, empathy, and emotional intelligence, which play a crucial role. However, artificial intelligence (AI) has the power to significantly enrich work and studies. In a professional context, AI automates repetitive tasks and offers valuable insights based on data analysis, freeing up time for strategic activities. In education, AI personalizes learning by adapting to individual students' needs, providing personalized resources and immediate feedback. However, there is an urgency to promote debates on its fair, ethical, inclusive, and equitable use worldwide. The implementation of public policies, the promotion of collaboration among stakeholders, and the creation of digital inclusion programs are essential measures to ensure that the benefits of this technology are accessible to all.

Keywords: Artificial Intelligence, Ethics, Education, Future of Society, New Technologies

INTRODUÇÃO

Os avanços rápidos na inteligência artificial (IA) têm trazido transformações significativas em diversos aspectos da sociedade, incluindo o mercado de trabalho, a educação e a dinâmica social.

Os sistemas de IA, impulsionados por algoritmos de aprendizado de máquina e redes neurais profundas, têm demonstrado habilidades notáveis no processamento e análise de grandes volumes de dados, fornecendo insights e executando tarefas complexas com precisão crescente.

À medida que a IA continua a evoluir, é essencial compreender seus impactos e implicações para aproveitar seu potencial de forma eficaz e ética.

DESENVOLVIMENTO

O Chatgpt é a inteligência artificial mais acessada no mundo. Possui a capacidade de aprender padrões complexos de comportamento a

partir de uma base de dados e gerar textos. Foi treinada utilizando um grande volume de dados, para entender e responder em formato de diálogo com seus usuários. É capaz de compreender perguntas e entregar respostas coerentes sobre os mais diversos assuntos. Destacou-se em relação às outras inteligências artificiais pelo seu tamanho, capacidade de entender, gerar linguagem natural e sua flexibilidade em lidar com diferentes tarefas.

Em termos de tamanho, é um dos modelos de linguagem mais massivos já criados, com capacidade de processar, entender um volume gigantesco de dados textuais, possibilitando que o modelo gere respostas mais precisas e relevantes.

Chegou a marca de 100 milhões de usuários em janeiro de 2023, seu segundo mês de uso, sendo que, em dezembro já possuía 57 milhões de usuários.

Em 20 anos de internet, nunca um aplicativo teve esse crescimento, segundo a UBS Group relatou à Reuters. O TikTok demorou nove meses para atingir essa marca e o Instagram dois anos.

Essa inteligência artificial torna mais acessíveis informações que antes não seriam possíveis pelo grande volume de dados ou tempo de processamento, para toda a população mundial, incluindo comunidades de baixa renda ou locais afastados dos grandes centros urbanos. Permite a automatização de processos, podendo torná-los personalizados, após a análise de dados colhidos por ela, reduzindo margens de erro, trabalhando com maior segurança em profissões voltadas à saúde, pesquisa científica e ambientes de produção, por exemplo.

Certamente, irá impactar positivamente na eficiência em diversas áreas, como armazenamento, logística, transporte, análise de riscos e detecção de fraudes, entre muitas outras, que surgirão com os avanços tecnológicos que es-

tamos vivenciando. Serão extintas em curto espaço de tempo, funções ou tarefas mecânicas e repetitivas, em qualquer área, profissão ou nicho de mercado. Muito especula-se sobre a extinção de profissões e postos de trabalho já nos próximos anos em algumas frentes e a alta demanda para profissionais de tecnologia da informação.

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), somente no Brasil serão ofertadas 800 mil novas vagas de trabalho para, no máximo, 300 mil profissionais formados em tecnologia. Outra preocupação é a qualidade desses profissionais que estarão disponíveis no mercado.

Assim como na Revolução Industrial no século XVIII, quando houve uma grande mudança nas relações de trabalho, profissões, mercado consumidor, relações econômicas e meio ambiente, esse período de mudanças tecnológicas modificará novamente todas essas relações, porém, em uma velocidade muito maior do que vimos anteriormente.

Talvez seja muito cedo para previsões sobre o que será efetivamente positivo ou negativo nessa nova revolução, mas é certa a necessidade dessa transformação para atender as novas demandas. Uma unanimidade entre aqueles que pesquisam atualmente sobre os efeitos das ferramentas de inteligência artificial e outras tecnologias, como a Internet das Coisas (IoT), é a necessidade eminente de que todos se atualizem profissionalmente. Seja qual for a área, a profissão, o conhecimento dessas tecnologias certamente trará um diferencial competitivo, que poderá ser crucial para a permanência e sucesso nesse novo mercado de trabalho que está em transformação.

As inteligências artificiais, de forma geral, são ferramentas de apoio e que ainda estão em desenvolvimento. Nem sempre fornecem respostas completas ou precisas, cabendo aos

usuários desenvolverem um olhar mais crítico e questionador em relação às informações fornecidas pela tecnologia, para que possam usá-la de forma ética e responsável. Lembrando que suas respostas são baseadas em consultas realizadas em conteúdos encontrados em seu banco de dados, que possuem autores. Portanto, se apropriar e usar essas informações de forma indiscriminada poderá ser caracterizada como plágio.

É primordial a capacitação para a utilização dessas ferramentas, de forma assertiva, com ética, responsabilidade e atenção para a segurança e privacidade dos dados pessoais que poderão ser utilizados ou manipulados.

Precisamos, principalmente, ter clareza de suas limitações e de seu processo de aprendizado. Lembrando que o ser humano possui competências que a inteligência artificial não pode replicar como a criatividade em construir e contar histórias irreais, usar o imaginário para criar novas paisagens, culturas, países e outros mundos, construir personalidades com características complexas e envolventes para seus personagens, heróis e vilões, o senso crítico, empatia, sensibilidade, inteligência emocional entre outras competências.

O Chatgpt e as outras inteligências artificiais generativas podem, nesse momento, transformar um texto submetido a elas, tornando-o mais sofisticado ou mais lúdico, dependendo do desejo do autor, sugerir ou acrescentar novas características aos personagens criados e auxiliar na geração de diálogos. A ferramenta pode ajudar a planejar melhor a estrutura textual, dar embasamento histórico, corrigir a ortografia, por exemplo, ou prever tendências baseado em fatos e informações disponíveis nos dados que pode acessar.

Robôs tradicionais de buscas como o Google fornecem a fonte da informação, o que possibilita realizar checagens como, por exemplo, identificar se o site é uma fonte conhecida, se

as informações apresentadas normalmente são fiéis aos fatos, se é neutro no seu posicionamento. Já as ferramentas de inteligência artificial generativas conversam com o usuário como uma pessoa, o que chamamos de linguagem natural, e não apresentam tais fontes durante esse diálogo. Com isso, usuários tendem a acreditar em suas respostas, que nem sempre são precisas ou totalmente verdadeiras.

Existe uma preocupação sobre a veracidade das informações apresentadas e a credibilidade cega concedida às ferramentas, como a circulação das deep fakes, que são materiais de vídeo e áudio criados utilizando de forma indevida a imagem e a voz de pessoas, principalmente as que possuem alguma notoriedade, para passar uma mensagem falsa.

Está em discussão formas de como identificar o que é real e o que é produzido por tecnologia. Há alguns anos enfrentamos problemas relacionados às fake news propagadas em grande escala até mesmo por pessoas acima de qualquer suspeita, empresas ou entidades idôneas, algumas possuem discursos de ética, neutralidade, transparência, apregoando o compromisso com a verdade.

Um plano de educação digital e conscientização é fundamental para que a população seja capaz de aprender como checar as fontes, identificar e se proteger de falsas informações ou manipulações, sem a necessidade de condenar uma ferramenta ou meio de comunicação de origem. Educadores precisam apropriar-se dessas ferramentas e escolher as que sejam mais aderentes às suas disciplinas ou atividades em específico.

É fundamental que se sintam confortáveis e confiantes em utilizá-las, para apresentá-las e trabalhar em conjunto com seus alunos, traçando objetivos e propósitos pré-estabelecidos. Enquanto enxergá-las como inimigas ou ameaça, é impossível criar uma sinergia e seu uso não será disruptivo, como desejado, mas

contribuirá para que a aplicação da IA aconteça como uma ferramenta de busca convencional, tendo suas principais características e diferenciais subutilizados ou erroneamente aplicados.

Os alunos sempre aprenderam a ouvir, ler e responder. Foram educados para dar respostas, não para fazer perguntas, nem foram encorajados a questionar o que é proposto, os conteúdos apresentados ou as explicações dadas. Alunos sempre foram condicionados a acatar como verdade única e absoluta a informação repassada pelo professor. É o momento de quebrar esse paradigma e sair dessa zona de conforto, incentivando alunos a questionarem, desenvolverem seus sentidos críticos, criando mecanismos, técnicas de como realizar perguntas complexas para obter respostas mais assertivas e completas, utilizando essas ferramentas.

Devemos, principalmente, orientá-los a contestar, verificar as respostas apresentadas por elas, buscando, confrontado e interpretando outras fontes de pesquisa. As ferramentas de inteligência artificial deverão ser grandes aliadas na educação, transformando-se em instrumentos poderosos para colocar em prática as mudanças tão necessárias no ensino e aprendizado que discutimos incansavelmente nas últimas décadas e que pouco efetivamente foi implementado. Com elas, os alunos terão muito mais condições de transformarem-se em protagonistas do próprio aprendizado, desenvolvendo a criatividade, o senso crítico com acompanhamento, direcionamento e motivação dos professores.

A inteligência artificial deve ser oferecida para auxiliar os professores em suas tarefas diárias, como tirar dúvidas sobre trabalhos, atividades para casa e testes, monitorar o progresso dos alunos, sugerir recursos personalizados baseando-se neste monitoramento, indicando atividades diferenciadas, de acordo com as necessidades individuais de cada um. Os pro-

fessores ficarão mais livres, menos sobrecarregados das tarefas que serão desenvolvidas por estas ferramentas, incorporando na sua rotina essas novas formas de acompanhamento e métricas. Isso possibilitará que pesquisem mais, criem novas metodologias, desenvolvam e disponibilizem conteúdos personalizados com mais qualidade, em conformidade com essas análises.

Porém, o professor é muito mais do que um profissional que produz e entrega conteúdo, se fosse apenas isso, provavelmente, teria sido extinto com a popularização da educação à distância. Ele é fundamental no desenvolvimento emocional e social dos alunos, na sua motivação, no desenvolvimento de competências e habilidades como resolução de problemas, pensamento crítico, espírito de equipe, empatia, criatividade.

Nesse momento, essas habilidades ainda não conseguem ser replicadas pela inteligência artificial, nem o fato de professores serem vistos como fonte de admiração, inspiração para que muitos sintam-se estimulados a trilharem seus caminhos.

Outra preocupação dos educadores é sobre a facilidade de criação e autoria de textos produzidos através do uso de inteligências artificiais pelos alunos.

Os professores, ao longo de suas vivências, desenvolvem uma certa intuição quando o aluno apresenta um trabalho, texto ou qualquer outro tipo de material muito discrepante de seu perfil, seu vocabulário, ou momento de aprendizagem. Em casos de dúvida, é comum utilizarem para a verificação desses conteúdos ferramentas tradicionais de busca ou de plágio, que apresentam respostas decisivas para endossar ou não essa intuição. Com o apoio da inteligência artificial, surgirão novas possibilidades para auxiliá-los nessas investigações de autoria com maior acuracidade e menor tempo.

Essa tecnologia também poderá ser uma grande aliada na criação de trilhas de educação personalizadas para seus alunos. É importante que, nesse nosso país de tantos contrastes, iniciemos um debate emergencial sobre a importância de como a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes possam ser oferecidas de forma justa, inclusiva e equalitária. Serão necessárias ações de conscientização e o esforço conjunto dos governos, empresas privadas, a população, as empresas desenvolvedoras dessas tecnologias, pesquisadores, educadores, entre outros. Torna-se urgente a necessidade da criação de políticas públicas e incentivos de empresas privadas, para a capacitação de jovens e desempregados com o objetivo de atender as novas demandas do mercado de trabalho, independentemente da localização geográfica.

A definição de políticas de uso e ética das inteligências artificiais é um campo novo, complexo e desafiador, mas está em processo de construção. Talvez não esteja se desenvolvendo na mesma rapidez e alcance que suas atualizações tecnológicas e, por isso, acaba ocasionando tantas dúvidas, medos e ceticismos quanto à sua efetividade.

A criação de uma organização global regulatória poderia ser a melhor solução para a definição de padrões comuns aceitos e a necessidade de adaptação às mudanças rápidas na tecnologia, mas esbarra em muitas dificuldades como a coordenação entre os países, a harmonização de leis e regras de uso, considerando inclusive a diversidade cultural, jurídica e ética das diferentes regiões do mundo ao elaborar regulamentações globais.

É preciso mudar na mesma velocidade acelerada das tecnologias atuais ou grande parte da população poderá sofrer ainda mais com os impactos dessas mudanças, não apenas na área profissional e educação, mas na saúde, cultura, na garantia dos direitos dos cidadãos, colocando-as em condições cada vez mais frá-

geis e distantes dessa equidade.

CONCLUSÃO

Este artigo examinou os impactos da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho, na sociedade e na educação, destacando os desafios e as possibilidades oferecidas por essa tecnologia em constante desenvolvimento.

Ao longo das diferentes partes discutidas, fica evidente que a IA está trazendo mudanças significativas em vários setores, mas também levanta questões importantes que devem ser abordadas para seu uso responsável e benéfico.

No mercado de trabalho, a automação impulsionada pela IA está transformando as formas de trabalho, com a substituição de tarefas repetitivas por sistemas inteligentes. Isso exige que os profissionais se adaptem e adquiram habilidades complementares, como pensamento crítico, criatividade e habilidades sócio-emocionais, que são exclusivamente humanas e não facilmente replicáveis por máquinas.

A colaboração entre humanos e IA pode levar a um ambiente de trabalho mais eficiente e produtivo, onde a IA atua como uma ferramenta de apoio aos profissionais.

Na sociedade, a IA tem o potencial de impactar positivamente diversos setores, como saúde, transporte, segurança e governança. No entanto, é fundamental considerar as implicações éticas e de privacidade relacionadas ao uso de dados.

A implementação de medidas adequadas de segurança, transparência e governança se torna essencial para garantir que os benefícios da IA sejam aproveitados sem comprometer os direitos e a privacidade dos indivíduos.

Na educação, a IA oferece oportunidades inovadoras para transformar o processo de en-

sino e aprendizagem. Ela pode personalizar o processo de aprendizagem, adaptando-se às necessidades individuais dos alunos e fornecendo feedback imediato. No entanto, é crucial reconhecer que os professores desempenham um papel indispensável na orientação dos alunos, no desenvolvimento de habilidades críticas e na promoção de ambientes de aprendizagem engajadores.

A colaboração entre educadores e IA pode aprimorar a experiência educacional, mas não deve substituir a presença e a interação humana no processo de ensino-aprendizagem.

Para aproveitar ao máximo os benefícios da IA e minimizar seus impactos negativos, é necessário um debate urgente e abrangente sobre seu uso justo, ético, inclusivo e equitativo. A implementação de políticas públicas sólidas, que abordem aspectos como privacidade, transparência e responsabilidade, é essencial. A inclusão digital torna-se um pilar fundamental para garantir que todos tenham oportunidade de acesso às novas tecnologias.

Para isso, é necessário disponibilizar recursos, infraestrutura e capacitação adequada, especialmente para aqueles em comunidades marginalizadas ou com menos recursos. Com a inclusão digital, reduziremos as disparidades sociais, permitindo que todos possam se beneficiar do poder transformador da IA.

REFERÊNCIAS:

LACERDA, Bruno Torquato Zampier; Estatuto Jurídico da Inteligência Artificial: entre categorias e conceitos, a busca por marcos regulatórios; Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

VALDATI, Aline de Brittos. Inteligência Artificial - IA; Curitiba: Contentus 2020.



NEUROCIÊNCIA, SUPORTE INDIVIDUAL E INSTRUÇÃO DIFERENCIADA NA ESCOLA BÁSICA

Alvaro José Caselli¹

Resumo

O presente artigo pretende evidenciar as relações entre estudos da neurociência, o paradigma da inclusão e a instrução diferenciada como opção metodológica presente na proposta de Departamento de Suporte Individual (ISP), que atua em uma escola básica em São Paulo. Estão contemplados no corpo deste trabalho, a descrição de documentos utilizados para registrar as ações do referido programa de suporte individual e uma revisão de bibliografia sobre temas pertinentes à neuroeducação que apoiam tais ações.

Palavras chave: neurociência, inclusão, instrução diferenciada.

Abstract

The current article intends to show evidence of the relationship between neuroscience studies, the paradigm of inclusion and differentiated instruction as a methodological option, that is part of an Individual support programme (ISP) proposal, in an Early years and Primary school in São Paulo. The description of the documents used to record the Individual support programme actions and a bibliographical review concerning issues related to Neuroeducation studies that support

such actions, are included in the body of this work.

Keywords: Neuroscience, inclusion, differentiated instruction.

Introdução

A inclusão é um tema recorrente em discussões na área de educação, particularmente neste momento histórico em que há o reconhecimento de que as diferenças individuais aparecem na centralidade do processo de ensino-aprendizagem. Indivíduos aprendem de maneiras distintas e em diferentes ritmos, além de trazerem consigo experiências pessoais e bagagens culturais que os fazem únicos. Com a internet, os conhecimentos estão mais do que nunca universalizados e acessíveis, os interesses mais especializados e a diversidade de estímulos mais disponíveis. Tudo isso faz da sala de aula um ambiente heterogêneo e desafiador.

Em meio a esse universo de diferenças, surgem alunos que, por razões diversas, requerem suporte individual. Tal apoio pode ser baseado em paradigmas que irão influenciar a política de inclusão vigente em cada instituição escolar.

1 - Álvaro José Caselli é coordenador de Educação Física e Esporte na Escola Internacional Saint Francis, pós-graduado em Educação Física escolar pela FMU e em Neurociência na Educação pela UNISA. Mestre em Educação Física pela USP. E-mail para contato: alvaro.caselli@hotmail.com

O presente trabalho pretende descrever a sistemática de um departamento de apoio individual que coordena as ações dos educadores em relação aos alunos com necessidades especiais e que apresentam dificuldade ou distúrbios de aprendizagem, em uma escola básica particular em São Paulo. Tais ações explicitam a política inclusiva dessa instituição escolar, na medida que auxilia os professores a entenderem caso a caso e estabelecerem metas e estratégias que possam ajudar os alunos em suas vivências acadêmicas e relacionais.

Através de uma revisão de literatura e da descrição dos documentos utilizados pela escola para registrar o desenvolvimento de cada um desses alunos, pretende-se explicitar o paradigma e os principais conceitos que norteiam os profissionais envolvidos e em que medida os avanços e descobertas da neurociência embasam suas ações, em particular na seleção das estratégias utilizadas caso a caso.

Desenvolvimento

Contexto escolar:

A escola na qual este trabalho foi baseado atua nos níveis da educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio, localizada na cidade de São Paulo/SP. Trata-se de uma escola internacional particular que possui alunos de diversas etnias. A língua oficial utilizada para a comunicação entre professor-aluno, professor-professor e professor-coordenador é o Inglês. As aulas são ministradas em inglês com exceção das de línguas (português, espanhol, francês e outras) e história e geografia do Brasil.

Estrutura e funcionamento do departamento de suporte individual (ISP - Individual Su-

port Programme):

O departamento de suporte individual (ISP) coordena as ações dos professores em relação aos alunos que apresentam dificuldade ou distúrbios de aprendizagem, e a relação entre os pais, terapeutas e professores. Além disso, há um programa de suporte de língua inglesa, denominado ESL (English as a support language) para os alunos com um nível básico de compreensão, comunicação e escrita em inglês.

O ISP é formado por profissionais das áreas da psicologia, pedagogia e psicopedagogia, cujas ações baseiam-se em documentos desenvolvidos pela própria escola, a saber: 1. Inclusion Policy (Política de Inclusão); 2. Pupil's concerns form (Formulário de questões preocupantes); 3. Problem solving meeting form (Formulário de análise e proposições); 4. Support Plan (Plano de apoio); 5. Individual Education Plan (Plano educacional individual); 6. Caseload summary (Resumo geral de casos).

Segue abaixo uma breve descrição de cada um desses documentos, que estão originalmente em inglês, cujos títulos foram aqui por mim interpretados e adequados aos termos pertinentes à língua portuguesa.

Política de Inclusão:

A política de inclusão é explicitada através de um documento que contempla duas frentes de apoio individual aos alunos. A primeira, através do ISP, já citada anteriormente, se refere ao apoio àqueles alunos identificados por serem portadores de necessidades especiais, terem dificuldades ou transtornos de aprendizagem e àqueles que se encontram significativamente além das expectativas, provendo estímulos adequados. A segunda frente (ESL - English support lessons) se re-

fere ao apoio dado aos alunos cuja língua materna não é o Inglês, que conforme já citado, é a língua oficial em que o processo de ensino-aprendizagem se dá na escola. O programa de ESL é desenhado para auxiliar tais alunos a compreenderem e lidarem de forma adequada com as demandas acadêmicas em língua inglesa.

Os procedimentos (passo a passo) a serem seguidos pelo staff envolvido em cada caso de alunos que necessitam suporte individual, encontram-se neste documento na forma de link, que leva à sua íntegra. Há dois links, um para como proceder na educação infantil e ensino fundamental I e um outro para o ensino fundamental II e ensino médio.

Formulário de questões preocupantes:

Esse formulário é disponibilizado aos professores de classe e é preenchido por estes na medida em que um aluno apresenta comportamentos ou questões acadêmicas que geram preocupação. Constam no formulário diversos itens que derivam desses dois aspectos que devem ser marcados com X. Além disso, um comentário por parte do professor deve justificar tais anotações. O formulário é enviado ao departamento de ISP, que por sua vez irá observar o aluno e coletar mais informações sobre o mesmo com outros professores especialistas (Educação Física, Teatro, Dança, Língua Portuguesa) para que seja marcada uma reunião com a direção do ensino fundamental e o professor de classe. Nesta reunião, os profissionais envolvidos preenchem um próximo documento chamado Problem Solving form (Formulário de Resolução de Problema).

Formulário de análise e proposições:

Este documento propõe o estabelecimento de etapas de acompanhamento do aluno em sala de aula, mapeando detalhes sobre as

questões e evidências que levaram o professor a se preocupar com esse aluno, as metas a serem alcançadas e as possíveis estratégias de trabalho e avaliações que nortearão as ações do professor em relação às questões e metas definidas. O documento ajuda no caso de constatação de uma real dificuldade do aluno e/ou se o professor aplicou as estratégias corretas para o caso.

Uma nova reunião é marcada para que as ações sejam avaliadas e planejados os próximos passos. Caso seja verificado que, mesmo com as estratégias propostas, o aluno continua com suas dificuldades, ele passará a ser acompanhado pelo departamento de suporte individual.

Mais dois documentos surgem em função dessa avaliação, caso o aluno continue a apresentar dificuldades, a saber: Support plan (Plano de apoio), para aqueles alunos que não há um diagnóstico de transtorno, mas que necessitam de apoio individual; Individual educational plan - IEP (Plano educacional individualizado - PEI), para os alunos que chegam à escola com diagnóstico de transtorno de aprendizagem ou os que passaram pelo plano de apoio individual mas, por não terem progredido, é sugerido à família que procure uma equipe multidisciplinar para avaliação.

Plano de Apoio:

Nesse documento, plano de apoio, além das preocupações, são preenchidos alguns dados que compõem o perfil do aluno, incluindo os principais interesses e áreas em que o aluno tem sucesso. O documento estabelece as acomodações e estratégias para o processo de aprendizagem e avaliações, além de definir um plano de intervenção para cada aspecto identificado como preocupação, que contempla os pontos de dificuldade

do aluno, o objetivo relacionado à questão, formas de avaliar tais objetivos e estratégias a serem utilizadas em classe. Por último, o plano de apoio possui espaço para definição de ações de outros profissionais (professor/tutor particular, terapeuta, etc.) e dos pais do aluno, identificando o que estes podem fazer em casa, alinhando suas ações ao plano de apoio. No final do documento, há anexo um cronograma de monitoramento do progresso do aluno.

Plano educacional individualizado PEI:

O Plano Educacional Individualizado é bastante parecido com o anteriormente descrito, contendo todos os aspectos do Support plan, porém, pelo fato de ser aplicado à alunos que apresentam diagnóstico de transtorno, há um espaço reservado ao que é identificado pelo(s) terapeuta(s), no que diz respeito ao diagnóstico. Além disso, há um espaço para a descrição dos resultados das ações e para indicação de novas proposições. Esse documento é compartilhado entre escola, família e terapeutas, visando a seleção de ações para auxiliar o aluno a atingir os objetivos ali propostos.

Em relação a esse documento, é importante ressaltar que o mesmo faz parte da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que orienta as escolas a oferecerem um Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2008).

Para Pacheco (2007, apud Cruz, Mascaro e Nascimento, 2011, pg.4),

[...] a natureza prática de um Plano de Ensino Individualizado (PEI) depende tanto do ajuste educacional quanto de sua conexão ao trabalho geral da turma. As necessidades individuais do aluno são a base para a elaboração de

um PEI, que é um esboço dessas necessidades e de como elas devem ser atendidas, assim como a priorização das tarefas e os modos de avaliação. É uma preparação que exige a colaboração de muitas pessoas.

Resumo geral dos casos do ISP:

Este documento possui informações sobre todos os alunos que participam dos programas do ISP e é compartilhado com todos os professores que atuam com tais alunos. Ele é elaborado pela coordenação do departamento de ISP e revisado na medida que informações são adicionadas a ele. O case-load indica o nome do aluno, a classe, se o aluno é parte do ISP ou ESL, o tipo de apoio necessário, o nível de leitura do aluno, o nível de comprometimento do problema do aluno, necessidades ligadas às questões acadêmicas, acomodações necessárias, se há diagnóstico e se é atendido por outros profissionais fora da escola. Além disso, estabelece as metas de cada aluno durante períodos determinados (1 a 2 meses) e os resultados obtidos nesse período. O documento é revisado a cada período registrado.

Uma vez compreendida a proposta da instituição para lidar com os casos que envolvem alunos com deficiência, distúrbios ou dificuldade de aprendizagem, aqui neste estudo identificados a partir da descrição dos documentos utilizados pela escola, tentaremos relacionar tal apoio pedagógico ao paradigma da inclusão e a estudos na área da neurociência.

O paradigma da inclusão

Como já dito anteriormente, o conceito de inclusão tem sido amplamente debatido na educação, ainda que esta seja apenas uma

das várias instâncias que impactam a vida das pessoas em geral, mas, particularmente, daquelas com deficiências e necessidades especiais. Mazzotta & D'antino (2011) afirmam que a inclusão social é um processo muito mais amplo e reforçam a importância da mediação da cultura, educação e lazer como espaços limitadores ou facilitadores do desenvolvimento de pessoas, e, portanto, não devem ser vistos separadamente. Neste trabalho, o foco é a mediação do espaço escolar e ainda que a intenção não seja discutir com profundidade o conceito de inclusão, vale ressaltar a relação do programa investigado com os paradigmas da integração e da inclusão.

A distinção entre integração e inclusão pode ser entendida a partir do conceito de integração como “inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade” e a inclusão como “modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 2011, p.22).

O movimento da integração iniciou o processo de questionamento do isolamento e segregação de como pessoas com deficiências eram atendidas em centros de educação especial, levando à diferentes formas de integração, entre elas a integração desses alunos nas salas de aula comuns do sistema de ensino regular, ainda que questionados os modelos pedagógicos em que tal processo acontece (SANCHEZ, 2005).

O paradigma da inclusão no âmbito escolar prescreve um modelo que considera as diferenças individuais e busca a melhoria das condições de ensino-aprendizagem para todos os alunos, independente de terem ou não alguma deficiência, dificuldade ou distúrbios de aprendizagem, buscando eliminar

as barreiras que levam à exclusão de uma pessoa em quaisquer circunstâncias e provendo recursos, flexibilização curricular e metodológica além de formação continuada aos docentes e outros membros da comunidade escolar.

A Neurociência e a ideia de suporte individual e instrução diferenciada

A primeira grande contribuição da neurociência à educação parece ser a universalização de conhecimentos sobre o complexo funcionamento do cérebro. Este, diferentemente de um computador, sofre influência dos genes e do ambiente, da cultura, a todo momento, durante toda a vida desde que um ser humano é concebido. Ratey (2002) afirma que o ser humano pode configurar ativamente o modo como o cérebro se desenvolve, através de suas experiências, pensamentos, ações e emoções, o que ratifica a importância do papel da educação na formação das pessoas, na medida em que o educador possa compreender melhor como os alunos aprendem, e, conseqüentemente, a buscar estratégias pedagógicas mais eficazes e interessantes para os alunos.

Um exemplo simples, mas de fundamental importância, é o equilíbrio entre a estimulação do sistema nervoso autônomo simpático e parassimpático para que a tensão decorrente de algumas situações não traga prejuízo à aprendizagem. Estudos da neurociência mostram que ambientes que provocam o aumento excessivo da atividade do sistema nervoso autônomo simpático (SNAs), muitas vezes, podem levar a um nível de estresse que altera o sistema cardiorrespiratório de forma a reduzir o fluxo de sangue para o cérebro (METRING, 2011).

Exercícios de relaxamento e respiração podem contrapor tais efeitos, ativando o sistema nervoso autônomo parassimpático (SNap) e permitindo um melhor aproveitamento das funções mentais superiores (HENNEMANN, 2013).

O sistema nervoso autônomo é regulado por um mecanismo chamado de sistema de ativação reticular (SAR), que basicamente regula a entrada dos estímulos externos provenientes dos sentidos, com exceção do olfato, para o cérebro. O SAR filtra os estímulos ascendentes a partir do que é percebido como relevante. Se necessário, ele “desliga” o cérebro pensante para poder acionar mecanismos de sobrevivência, que induz o ser humano a reagir ao perigo, por exemplo, durante o sono, para que o indivíduo não acorde diante de estímulos irrelevantes.

No ambiente escolar, é comum alunos vivenciarem momentos de “apagão” (grifo do autor), em que não conseguem raciocinar e resolver questões que requerem coordenação das funções superiores. Como exemplo podemos citar situações em que o aluno é exposto a um excessivo nível de estresse como bullying social, humilhação e desrespeito. O estado físico e emocional do aluno é determinante para que ocorra a aprendizagem, portanto, é imperativo que a sala de aula seja um ambiente seguro, saudável e que o professor esteja atento às diferenças, necessidades, níveis de prontidão e interesses individuais.

Geofrey e Renate Caine (1991) afirmam que alguns tipos de aprendizagens podem ser positivamente afetadas pelo estado de relaxamento ou por atividades desafiadoras, assim como podem ser inibidos pela percepção de alguma ameaça. Estes autores afirmam que em situações cujo nível de estresse vá

além do que um aluno consegue lidar, este parece ser menos capaz de acessar o que ele sabe ou o que já aprendeu para lidar com tarefas complexas que requerem criatividade e pensamento crítico. É como se o lobo frontal, que controla as funções superiores do cérebro, desligasse e perdesse temporariamente a capacidade de fazer conexões ou buscar soluções para novos problemas. O lobo frontal é uma área de associação do neocórtex que “nos possibilita o planejamento consciente de ações, confrontando todas as informações sensoriais disponíveis, sejam atuais, sejam armazenadas na memória e de todos os programas de resposta disponíveis” (SCHIMIDEK E CANTOS, 2008).

O conceito de “flow” cunhado por Csikszentmihalyi (1991) ajuda a explicar a ideia de que estados mentais provocados pela combinação do nível de habilidade com o nível de desafio podem ser desde um profundo estado de ansiedade que, como dito anteriormente, inibem a aprendizagem, até o que ele chamou de flow, caracterizado por extrema concentração e completa absorção pela atividade experienciada.

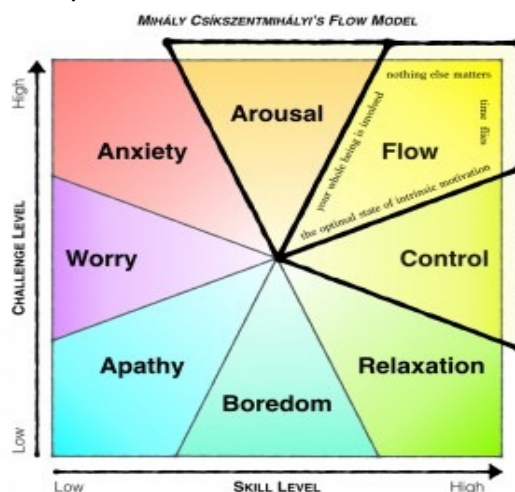


Figura 1. Infográfico: Flow model.

Fonte: <http://excitingcuriosity.com/on-hard-fun-and-flow/>

Os fatores que mais influenciam no

aprendizado elencados pela Neurociência são: EXPERIÊNCIA (ter muitas vivências, explorar diversos materiais, locais, interagir com diversas pessoas de diferentes contextos), PRÁTICA (métodos adequados, lembrar que não existe um método para tudo, cada indivíduo possui as suas sincrasias, diante de suas facilidades ou dificuldades particulares, cada um vai precisar de um método), dedicar a ATENÇÃO (para aquilo que se está fazendo, não há como fazer duas coisas ao mesmo tempo, pois nosso foco fica alternando entre uma coisa e outra) e o principal é a MOTIVAÇÃO (se o indivíduo não tiver interesse, poderá até praticar, mas o resultado não será tão eficiente) (HAN-NEMANN, 2013).

Outro aspecto fundamental em relação à aprendizagem, como objeto de estudo da neurociência e neuroeducação, é a plasticidade cerebral, ou seja, o fortalecimento das sinapses nervosas e das redes neurais na medida em que o cérebro é adequadamente estimulado a trabalhar e as crianças passam a acumular experiências refinando e consolidando suas habilidades e desenvolvendo a capacidade de observação, análise e resolução de problemas (UNISA, 2016). A neuroplasticidade nota-se com mais evidência nos casos de lesões no sistema nervoso central, onde as sinapses precisam ser reconstruídas e as malhas neuronais ampliadas para recuperar funções parcialmente perdidas (UNISA, 2016).

Todos os indivíduos possuem potencialidades que poderão ser desenvolvidas ao longo da vida, desde que sejam adequadamente estimuladas, que sejam oferecidos ambientes em que tais potencialidades possam se transformar em capacidades e habilidades

(UNISA, 2016).

A neurociência, a partir dos conceitos de neuroplasticidade e potencialidade, apoia a teoria de Howard Gardner sobre as inteligências múltiplas. Milhões de neurônios são mobilizados para as mais diversas funções regidas pelo sistema nervoso. Gardner (2011) afirma que qualquer assunto ou habilidade que se queira ensinar, não precisa ou não deve ser ensinada da mesma maneira para todos os alunos, e sim que é fundamental conhecer suas individualidades e serem considerados todos os recursos disponíveis para que tais aprendizagens ocorram de forma mais personalizada.

Diante do que foi exposto, parece claro que a velha escola que se baseia num modelo pedagógico apoiado em tarefas e avaliações iguais para todos, e com expectativas comuns a todos os alunos, pode não dar conta da complexa tarefa de educar grupos heterogêneos formados por crianças que trazem diferentes bagagens culturais, que aprendem melhor a partir de diferentes estímulos e que possuem diferentes interesses pelas coisas do mundo em que vivem.

Além disso, a escola deve considerar a inclusão de alunos que trazem em suas histórias de vida transtornos ou deficiências, o que ratifica ainda mais a urgência de processos pedagógicos que envolvam instrução diferenciada para alunos ou grupo de alunos com características em comum. Em outras palavras, o que pode ser desafiador na medida certa que estimule o interesse de alguns em relação a determinado aprendizado, pode criar um estado de ansiedade e estresse que resulte em fracasso para outros alunos, cujo estado de prontidão, concentração, nível de habilidades e desenvolvimento pessoal não lhes permitem lidar com tais desafios.

Os documentos utilizados pela escola em questão, descritos neste trabalho, evidenciam uma política que considera a instrução diferenciada como opção metodológica, em que acomodações e estratégias são discutidas e sugeridas caso a caso.

Diferenciação ou instrução diferenciada é um conceito que parte do princípio que diferentes indivíduos aprendem de formas diferentes, em ritmos diferentes, e que tais diferenças devem ser valorizadas, e, portanto, os alunos devem ter múltiplas oportunidades de explorar conceitos, formular ideias e de expressá-las. Além disso, os alunos se diferenciam uns dos outros pelas experiências vividas, cultura familiar, interesses, forma de linguagem, prontidão e velocidade como aprender determinados conteúdos, estado de confiança etc. (TOMLINSON E IMBEAU, 2010).

Além disso, a crescente complexidade da vida em sociedade, na qual basicamente inúmeras profissões e carreiras requerem um perfil de pessoas com capacidade de pensar criticamente, solucionar problemas, produzir conhecimento ao invés de apenas consumir informações (TOMLINSON E STRICKLAND, 2005).

A diferenciação é simplesmente uma abordagem de ensino-aprendizagem que reconhece a inevitabilidade da diversidade acadêmica atualmente encontrada nas salas de aula, e que auxilia os professores a tomarem decisões que atendam as diferenças entre os alunos (TOMLINSON E IMBEAU, 2010).

Há alunos que se preocupam com detalhes enquanto outros focam no todo e não nas particularidades; há aqueles que gostam de analisar um fato ou ideia existente, outros se interessam por criar algo novo; alguns

preferem trabalhar sozinhos enquanto para outros o trabalho em grupo é essencial para o crescimento pessoal; há aqueles que precisam de silêncio e há outros que lidam bem com um barulho ou música de fundo; alguns gostam de ler, apreciam gráficos e desenhos, outros aprendem melhor ouvindo o professor ou os colegas; alguns são tímidos, outros extrovertidos.

Diferenciar está, de certa forma, relacionada à inclusão, uma vez que busca nas diferenças a motivação para a aplicação de ações pedagógicas que favoreçam todos os alunos em relação a seus ritmos de trabalho, suas facilidades e dificuldades.

Para Maricato (2013)

“... o processo de aprendizagem não se dá da mesma forma em cada indivíduo, cada um tem seu ritmo, cada um tem sua habilidade, sua modalidade de aprendizagem; além das influências externas que podem ser decisivas nesse processo”.

A diferenciação também está presente na forma como o professor lida com as diferentes personalidades dos alunos, intervindo ou indicando caminhos, questionando, mais ou menos, em função do quanto cada um ou cada grupo realmente precisa.

Segundo TOMLINSON E IMBEAU (2010), os educadores deveriam se perguntar continuamente: O que este aluno precisa neste momento para conseguir aprender tais conceitos e o que eu posso fazer para que isso aconteça? Este é um processo que deve ser transversal, ou seja, aplicado a todos os alunos de uma instituição escolar, como opção metodológica por parte do corpo docente como um todo.

No caso do departamento de ISP da escola em questão, que cuida dos casos que requerem mais atenção e intervenções mais pontuais, fica mais evidente que conhecer os alunos em profundidade, envolvendo as famílias e profissionais que os acompanham, permite a elaboração e execução de um programa de suporte individual que facilitem a inclusão dos mesmos no dia a dia da vida escolar.

Considerações finais

Cada vez mais a neurociência desempenha um importante papel na área da educação, na medida em que seus estudos servem de base para as transformações da prática pedagógica nos diversos âmbitos educacionais.

O presente estudo procurou identificar a importância da instrução diferenciada como opção metodológica como um dos pilares de um departamento em uma escola básica que se ocupa com a observação, análise e proposição de apoio individualizado a partir de ações discutidas e avaliadas pelo corpo docente. Tais ações partem do princípio de que o processo de aprendizagem deve levar em consideração a cultura na qual cada criança está inserida, sua forma de linguagem e comunicação com o mundo, suas experiências pessoais e sociais, suas dificuldades e habilidades pessoais, seus interesses, preferências e motivações.

A partir dos documentos apresentados, pode-se inferir que o ISP, programa de suporte individual, comunga com os princípios da educação inclusiva, na medida que observa o comportamento dos alunos nas salas regulares, identifica de forma colaborativa em conjunto com o corpo docente e as respec-

tivas famílias, e propõe estratégias personalizadas para os alunos com deficiência, dificuldade ou distúrbios de aprendizagem. Tais ações são executadas e avaliadas periodicamente.

Estudos da neurociência sobre o funcionamento do cérebro nas mais variadas situações, pode ajudar o educador a compreender melhor como os alunos aprendem ou como se comportam em determinadas situações, e, conseqüentemente, a buscar estratégias pedagógicas mais eficazes e interessantes para os alunos.

A neuroplasticidade, o impacto do estresse excessivo sobre a capacidade de raciocinar e tomar decisões, formas de equilibrar o ambiente escolar buscando condições que possam otimizar a aprendizagem, além da ideia de que o ser humano possui inteligências em áreas diversas e portanto potencialidades a serem desenvolvidas são algumas das contribuições da neuroeducação para a educação formal e apoiam substancialmente a instrução diferenciada como opção metodológica no ensino formal.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/2007. Brasília, 2008
- CAINE, R.N., CAINE, G. Making Connections: Teaching and the Human Brain. Virginia : ASCD Publications. 1991
- CSIKSZENTMIHALYI, M. Flow: The Psychology of Optimal Experience. New York : Harper-Collins, 1990

GARDNER, H. Entrevista à RTVE, 2011, disponível em <http://www.rtve.es/television/20111209/inteligencias-multiples-educacion-personalizada/480968.shtml> Acesso em 20.11.2017

HENNEMANN, A.L., Sistema nervoso autônomo e aprendizagem. Disponível em: <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013/05/sistema-nervoso-autonomo.html> 2013, Acesso em 11.10.2017

_____, A.L., O que é aprendizagem? (na percepção da Neurociência). Disponível em <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013/05/sistema-nervoso-autonomo.html> 2013, Acesso em 19.11.2017

MARICATO, C.C. A neurociência e a aprendizagem. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-neurociencia-e-a-aprendizagem/44458> Acesso em 17.11.2017

MAZZOTTA, M. J. da S, D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. In: Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011

METRING, R. Neuropsicologia e aprendizagem: fundamentos necessários para planejamento do ensino. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED335141.pdf> Acesso em 10.11.2017

PACHECO, J et All, 2007, apud CRUZ, M. L. R. M. MASCARO, C. A. A. de C. NASCIMENTO, H. A. Plano de desenvolvimento psicoeducacional individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação - In VI Seminário Internacional – As redes educativas e as tecnologias • FE/UERJ • 6 a 9 de jun. 2011, disponível em <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/mara,%20cristina%20e%20herica%20REDES%202011.pdf>

Acesso em 18.09.2017

RATEY, J. O cérebro - um guia para o usuário: Como aumentar a saúde, agilidade e longevidade de nossos cérebros através das mais recentes descobertas científicas. Rio de Janeiro : Objetiva, 2002

SÁNCHEZ, P.A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em 10.08.2017

SASSAKI, R.K. Inclusão: O paradigma do século 21. In: INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em 12.08.2017

SCHMIDEK, W. R.; CANTOS, G. A. Evolução do sistema nervoso, especialização hemisférica e plasticidade cerebral: Um caminho ainda a ser percorrido. Revista Pensamento Biocêntrico. Pelotas - Nº 10 jul/dez 2008, pgs 181-204.

TOMLINSON, C. A.; STRICKLAND, C. A. Differentiation in Practice : A Resource Guide for Differentiating curriculum, grades 9-12. Virginia : ASCD Publications. 2005

TOMLINSON, C. A.; IMBEAU, M. B. Leading and managing a differentiated classroom. ASCD Publications, 2010

UNISA DIGITAL, 2016. Web aula 3: Aprendizagem em neuroeducação. Disponível em <http://w2.unisa.br/conteudos/13741/f713013249/aula03/index.htm#slide=3> Acesso em 20.11.2017.

UNISA DIGITAL, 2016. Vídeo aula 1: Neuroplasticidade. Disponível em <http://w2.unisa.br/conteudos/13741/f1179877890/video/index.htm> Acesso em 20.11.2017.



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Maria Simone Lameira Lima

RESUMO

O presente artigo trata de um tema relevante para provocar a reflexão sobre a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Embora a legislação educacional tenha avançado na inclusão de alunos que se constituem em público-alvo da Educação Especial, como é o caso do surdo, as instituições educativas estão apenas começando a organizar projetos pedagógicos compatíveis com as determinações nela contida. Este texto procurou realizar uma revisão da literatura referente à trajetória histórica da educação de surdos no Brasil e às propostas de inclusão da comunidade surda no ensino regular, destacando a importância da organização do Ensino Bilíngue, que envolve LIBRAS e Língua Portuguesa. Desta forma, em meio a uma diversidade de concepções sobre o tema, que transitam nos meios educacionais e na sociedade, as linhas e entrelinhas desse artigo desafiam os leitores a pensar sobre a necessidade de uma educação de qualidade para todos.

ABSTRACT

This article deals with a relevant topic to provoke reflection on Special Education, from the perspective of Inclusive Education. Although the Brazilian educational legislation has advanced in the inclusion of students who constitute

the target audience of Special Education, as is the case of the deaf, educational institutions are just beginning to organize pedagogical projects compatible with the determinations contained therein. This text sought to carry out a literature review regarding the historical trajectory of education for the deaf in Brazil and the proposals for inclusion of the deaf community in regular education, highlighting the importance of organizing Bilingual Education, which involves LIBRAS and the Portuguese language. Thus, in the midst of a diversity of conceptions on the subject, which circulate in educational circles and in society, the lines and between the lines of this article challenge readers to think about the need for quality education for all.

INTRODUÇÃO

A educação é uma abertura para mudar contextos de desigualdade social, pois contribui de forma significativa para a aprendizagem das pessoas, que se apropriam do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Os processos educativos devem formar para o exercício da cidadania e possibilitar a compreensão da responsabilidade de todos na construção da democracia em diferentes espaços sociais. Uma das principais questões que devem ser tratadas para a concretização do processo democrático é a inclusão de todos na educação

formal, portanto, será necessário enfrentar os desafios e planejar métodos de ensino para todas as pessoas que se constituem em público-alvo da Educação Especial. Neste sentido, optei por apresentar neste artigo uma revisão de literatura sobre a educação de surdos.

Para Sacks (2010), a vida da pessoa surda é marcada por representações de poder, que justificam meios e dispositivos opressores. Esta ideia explicita-se, principalmente, no grupo que defende uma corrente de pensamento denominada “ouvitismo”, na qual o mundo deve estar estruturado a partir da perspectiva do “ouvin-te”, excluindo as pessoas surdas, considerando-as “anormais” e tornando invisíveis as suas produções.

Desta forma, o surdo, minoria linguística e cultural, ficou, durante muito tempo, impedido de ter direitos e participar ativamente como cidadão, pois era negada a obtenção da língua de sinais como primeira língua, demonstrando a desvalorização do surdo e dos elementos necessários para a sua educação, em diferentes espaços e tempos.

Dentre os direitos que foram negados aos surdos, pode-se citar o acesso à educação pública de qualidade, pois a falta de compreensão da necessidade de inclusão da pessoa surda e do reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dificultaram para ela o acesso ao processo educacional e à apropriação do conhecimento.

Ao analisar documentos históricos, na trajetória educacional brasileira, pode-se observar que os surdos e seus educadores foram impedidos de opinar e de votar em defesa de uma educação de qualidade, nos processos de formulação de políticas públicas. Um acontecimento que se tornou um marco na batalha por uma educação inclusiva, que respeita as carac-

terísticas específicas dos surdos, foi o famoso “Congresso de Milão”, em 1880. Este evento, que era a primeira conferência internacional de educadores de surdos, tinha a intenção de ampliar as possibilidades de uma educação de qualidade para eles. Entretanto, os encaminhamentos e resultados deixaram uma lembrança triste para a comunidade surda, pois os professores de surdos não tiveram direito a voto e decidiu-se que a educação oral seria a melhor forma de trabalhar nas escolas que atendiam a comunidade surda (PRADO, 2021).

Portanto, a luta para garantir a educação de qualidade para os surdos foi bastante árdua, embora tenham sido alcançados alguns objetivos importantes. Porém, como argumentam Stumpf, Oliveira e Miranda (2014), embora a LIBRAS seja agora legalmente reconhecida no Brasil, muitos espaços sociais, incluindo escolas, ainda não atendem as necessidades de alunos surdos. Este cenário evidencia o desafio que o atual Plano de Educação (2014-2024) tem enfrentado para cumprir aquelas diretrizes, metas e objetivos que o plano anterior não conseguiu alcançar. Por este motivo, os educadores de surdos e os trabalhadores da educação deverão participar ativamente da construção do próximo Plano Municipal de Educação (2025 – 2035), para garantir a verdadeira educação inclusiva.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

Para entender os desafios atuais da educação de surdos, será necessário conhecer um pouco do contexto histórico que envolve a educação em geral e a educação especial. Para isto, será preciso retroceder historicamente até a Grécia antiga, identificando como os surdos eram vistos na sociedade. Aristóteles já dizia, no século IV A.C, que o surdo não poderia ser considerado humano, pois não utilizava a linguagem

falada, sendo que esta ideia permaneceu na Europa por 20 séculos (MOURA, 2000).

No Brasil, foi criado por D. Pedro II, em 1857, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atual INES). Esse instituto foi referência em toda a América Latina, pois aceitava surdos de famílias abastadas de todo o continente. Um dos ex-alunos desse instituto escreveu um livro que se tornou o primeiro livro sobre a língua brasileira de sinais: “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”. Infelizmente, alguns anos depois, em 1880, ocorreu o Congresso de Milão, no qual apenas os ouvintes votaram e o direito dos surdos de se comunicar em língua de sinais foi retirado, causando um atraso de 100 anos na organização, no aprendizado e no desenvolvimento da LIBRAS (SOUZA, 2018).

Mazzotta (2005) menciona a importância de Ernest Hüet na educação de surdos no Brasil. Ele começou o trabalho com eles em 1856 e, um ano depois, fundou a primeira escola para surdos, por ordem do imperador D. Pedro II. Inicialmente, sua meta era oferecer cursos profissionalizantes para jovens e adultos e formação literária para crianças de 7 a 14 anos, sendo que a maioria era meninos. Um exemplo de oficina que auxiliou na profissionalização dos surdos foi a que envolvia a encadernação e o douramento de livros (técnicas artísticas, personalização e decoração de livros, páginas etc.), criada para alunos surdos ao longo dos anos.

Destaca-se a importância deste centro de formação, pois foi nele que nasceu a LIBRAS, resultado da mistura da Língua Francesa de Sinais (LSF) e dos sistemas já utilizados pelos surdos em várias regiões do Brasil, sendo que, na época, foi a principal ferramenta de Hüet no processo de educação de surdos.

Não há dúvida da influência de Ernest Hüet

na educação dos surdos em nosso país, pois, embora sua presença tenha sido relativamente curta, atuou como diretor do Instituto de Surdos até 1861. Após sua saída, outras pessoas como Frei do Carmo, Ernesto do Prado Seix, Dr. Manoel Magalhães Couto e Tobias Leite lideraram o instituto, porém, a maioria não tinha experiência na área, o que deixou uma lacuna na educação dos surdos. (STROBEL, 2009).

Apenas cem anos depois, foram realizadas pesquisas sobre a educação de surdos, conduzidas por William Stokoe da Gallaudet University (EUA). A partir delas foram apresentadas argumentações e possibilidades da comunicação em língua de sinais, a qual deveria integrar a educação de surdos, de educadores e ouvintes interessados em colaborar com a inclusão da comunidade surda.

No Brasil, após a aprovação e homologação da Constituição de 1988, que trazia a ideia de inclusão escolar, a mudança na educação do público-alvo da Educação Especial começou a tomar forma. Eventos como a Conferência Mundial “Educação para Todos” de 1990 em Jomteim/Tailândia e a Declaração de Salamanca, em 1994, foram influências importantes na criação das leis para garantir a educação inclusiva, abrindo espaço para uma legislação que favorecesse a comunidade surda no Brasil. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, aprovada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e regida pelo Decreto nº 5.626/2005, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi responsável por garantir avanços significativos na direção de uma educação que respeita as diferenças da pessoa surda e proporciona maior autonomia para a utilização da primeira língua dos surdos no Brasil - a LIBRAS.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para Streiechen (2013), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), um importante marco da conquista da comunidade surda, ganhou espaço na sociedade por meio das lutas e movimentos dos surdos e de defensores dos seus direitos pela garantia de um processo inclusivo e democrático, em um exercício de cidadania. As legislações vigentes foram conquistadas por essa luta e apoiam as manifestações de diferentes grupos para garantir o seu cumprimento.

O artigo 3º da Constituição Federal adotada no Brasil em 1988 estabelece os seguintes princípios básicos:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

No seu artigo 205, 206 e 208 determina os caminhos para seguir sobre a educação:

Art. 205 A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III- atendimento educacional especiali-

zado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988)

Para atender aos objetivos da Lei Maior, a Política Nacional de Educação Especial/Inclusiva (PNEE), de 2008, direcionou os sistemas educacionais para a responsabilidade sobre a organização de serviços e recursos de educação especial como uma oferta obrigatória, que complementaria o ensino regular. (BRASIL, 2008).

Para a inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue, Língua Portuguesa/LIBRAS, deve ser integrada ao ensino escolar, sendo a Língua Portuguesa considerada como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos. Para atender a legislação, a escola precisa contar com os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa, organizando formas de garantir o ensino da Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008).

O atendimento educacional especializado é oferecido tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar junto com outros pares surdos e ouvintes que dominam LIBRAS, em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2008).

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos: do ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de aprimoramento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da uti-

lização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008).

Cabe aos sistemas de ensino organizarem a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

O Relatório da Política Linguística para o Ensino Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Português - foi publicado em 2014 e contempla o apoio à implementação de uma política linguística, que considera que a LIBRAS e a língua portuguesa devem estar juntas, introduzindo o conceito de bilinguismo, de tal forma que não seja permitido que a língua portuguesa se constitua em um fator de exclusão para alunos surdos. Desta forma, LIBRAS deve ser reconhecida por suas características linguísticas, socioculturais e históricas (BRASIL, 2014).

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. (BRASIL, 2014)

O BILINGUISMO

Para Quadros (1997), a educação bilíngue é

contrária às propostas de oralidade, pois não prioriza a linguagem falada e a estruturação da língua portuguesa, necessárias para a aquisição do surdo e para a comunicação plena. Entretanto, a perspectiva do bilinguismo é respeitar a autonomia da língua de sinais por meio da organização de um programa educacional que leve em conta as experiências psicossociais e linguísticas das crianças surdas.

No Brasil, existe o princípio de que o surdo deve aprender sua língua materna, a língua de sinais, junto com a comunidade surda, o que pode facilitar o desenvolvimento de conceitos e relacionamentos com o mundo ao seu redor. Com base nesse ponto de vista, ressalta-se que a forma natural e espontânea de LIBRAS deve ser oferecida às crianças surdas o mais precocemente possível. Já a língua portuguesa é ensinada como segunda língua na forma escrita e, se possível, na forma oral, sem que essa forma se constitua em uma prática forçada.

Para Skliar (1998), a política de educação de surdos bilíngues e biculturais, que poderia ser chamada de política de educação multilíngue e multicultural, deve lançar luz sobre o quadro descrito acima, procurando realizar ações para que todos compreendam a concepção de bilinguismo e não apenas procurando definir o uso das duas línguas e dois métodos no ensino de surdos.

Essa compreensão não significa necessariamente resolver o problema. Na verdade, embora existam essas duas línguas, a LIBRAS e a Língua Portuguesa, cada uma delas corresponde a dois grupos diferentes de pessoas e duas ou mais cosmovisões. Assim, o sistema de educação de surdos continua paralelamente com o ensino comunicativo e linguístico.

DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS A PAR-

TIR DE UMA PERSPECTIVA BILÍNGUE

Para efetivar um sistema de educação inclusivo, não basta que todos tenham acesso à educação e permaneçam nas escolas regulares, pois um desafio ainda maior é a necessidade de repensar os projetos pedagógicos das instituições educativas, de tal forma que reconheçam as especificidades e interesses de todos os alunos participantes do processo educacional, com o objetivo de criar as condições necessárias para o desenvolvimento máximo das habilidades cognitivas e sociais de todos os educandos. Sob este ponto de vista, a escola (professores, gestores e funcionários) deve estar pronta para se adequar à realidade dos educandos e dar continuidade à apropriação do patrimônio histórico e cultural por todos, atendendo às expectativas do aluno e de sua família” (QUADROS, 1997).

Atualmente, existem diferenças na inclusão de alunos surdos, porque, para alguns, uma escola especial é inadequada para a aprendizagem e para a socialização, porque os educandos estarão cada vez mais isolados e os resultados alcançados podem não corresponder às expectativas. Para outros, essa escola representa a comunidade surda, sua cultura e identidade.

Para alguns teóricos, os espaços de aprendizagem efetiva da língua promovem o desenvolvimento cognitivo do educando. Acreditam que a interação dessas duas línguas é importante para que a criança cresça e desenvolva suas habilidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independentemente do ambiente escolar em que esteja inserida. Para isso, é preciso conhecer os sujeitos em sua singularidade linguística e entender que os surdos precisam de uma educação especial. O ideal é que a criança aprenda primeiro a língua de sinais e depois o português para facilitar a com-

preensão dos saberes, já que os aprendizes de segunda língua usam a primeira língua como estratégia de aprendizagem (KUBASKI; MORAES, 2009).

Segundo Brito (1993), a comunidade surda possui uma cultura própria. Portanto, a prioridade na educação de surdos deve ser a língua de sinais, possibilitando a valorização de sua cultura, respeitando suas formas de pensar e agir e promovendo a comunicação entre os pares. Entretanto, para garantir a eficácia do ensino nesta perspectiva, é importante que os educadores conheçam a língua de sinais, o que exige uma formação adequada para os profissionais que atuam na escola regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os caminhos da política pública brasileira em relação à educação de surdos, pode-se observar que existem diversas leis que garantem a educação na perspectiva bilíngue. No entanto, as leis são limitadas ao papel e, na maioria das vezes, não são seguidas nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Embora a LIBRAS seja uma língua brasileira e reconhecida como língua oficial, juntamente com a Língua Portuguesa, ela continua sendo uma língua secundária no país, causando conflitos principalmente com a comunicação oral e escrita em Língua Portuguesa.

A LIBRAS, mesmo oficializada no Brasil e colocada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de fonoaudiologia e licenciatura do ensino superior, conforme determina o Decreto N° 5.626/2005, ainda é ignorada pela maioria da população que não tem contato com a comunidade surda. Esta falta de informação é uma das principais causas da exclusão social que os surdos ainda sofrem.

A criação de escolas bilíngues era uma reivindicação básica dos movimentos surdos. No entanto, estabelecer essas escolas é um longo processo. Ao mesmo tempo, os alunos surdos continuam seus estudos ao lado dos alunos ouvintes nas escolas regulares e têm o direito de acessar o conteúdo e todas as informações em sua língua natural.

A metodologia bilíngue foi apresentada como um modelo que, devidamente empregado, pode trazer resultados positivos na Educação de surdos, pois possibilita a interação entre as duas línguas, Libras e Português, concomitantemente e garante uma educação integral para todos, nos aspectos: cognitivos, sociais, afetivos e físicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 03 de dezembro 2022.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília (DF): Ministério da Educação, 2014.

BRITO, L. F. (1993). Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel.

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. IX Congresso Nacional de Educação, [s. l.], 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguinguismo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

MOURA, M C. O Surdo. Caminhos para uma Nova Identidade. Revinter. FAPESP,

2000, 152p.

PRADO, S. M. A.; SILVA, R. A. P. da. A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NO IFB. Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 82 - 93, 2021. DOI: 10.36732/riep.v3i2.85. Disponível em: <https://ojs.nova-paideia.org/index.php/RIEP/article/view/85>. Acesso em: 5 fev. 2023.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1. ed. 5º reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2010. Título original: Seeing voices: a journey into the world of the deaf.

SKLIAR, Carlos. Bilingüismo e biculturalismo: Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Trabalho encomendado e apresentado na XX Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1997. In: Revista Brasileira de Educação, Agosto de 1998

SOUZA, Pedro Paulo Ubarana De. Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/47071>. Acesso em: 05/02/2023 17:36

STREIECHEN, E. M. LIBRAS: aprender está em suas mãos. Curitiba: CRV, 2013.

STROBEL, K. L. Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História. 2008. 176 f.

Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.



PROCESSOS BUROCRÁTICOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS SOB A ÓTICA DE MAX WEBER NA ATUALIDADE

BUREAUCRATIC PROCESSES OF PUBLIC AND PRIVATE COMPANIES UNDER THE PERSPECTIVE OF MAX WEBER TODAY

Evandro de Almeida¹

Katia Cristina Marcolino²

RESUMO

Todas as organizações, sejam elas com ou sem fins lucrativos, administradas pela iniciativa pública ou privada, necessitam que seus processos de funcionamento, tanto no plano administrativo quanto operacionais, sejam bem organizados e de modo racionalizado. Estes requisitos organizacionais são fundamentais para que estas atinjam seus objetivos, por meio da sua sobrevivência no mercado em que elas atuam e também pela sua expansão dentro de um cenário competitivo, que envolvem não somente empresas nacionais quanto as internacionais. O presente texto demonstrará alguns conceitos sobre burocracia, sob o ponto de vista de um autor considerado um dos clássicos das Ciências Sociais, trata-se de Max Weber, cujas obras resultaram no desenvolvimento conceitual de temas ligado às empresas públicas e privadas. O presente artigo terá enfoque somente sobre o tema da burocracia, seu funcionamento e a relação destas ideias

na atualidade das organizações, pois elas contribuem até hoje como elemento norteador das práticas de gestão nas organizações.

Palavras-chave: Burocracia, Mudanças organizacionais, Estado, Gestão pública e privada, Competitividade.

ABSTRACT

All organizations, whether for-profit or non-profit, managed by public or private initiative, need their operating processes, both at the administrative and operational levels, to be well organized and rationalized. These organizational requirements are fundamental for them to reach their goals, through their survival in the market in which they operate and also through their expansion within a competitive scenario, which involve not only national but also international companies. This text will demonstrate some concepts about bureaucracy, from the point of view of

1 - Graduação em Relações Internacionais - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP. Especialista em Negócios e Comércio Internacional – Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Especialista em Magistério para o Ensino Superior - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP - Mestre em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. e-mail: evandrovsky@hotmail.com

2 - Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados e Pedagogia pela FAEP; MBA em Gestão de Pessoas e Liderança pela FAEP; Pós-graduada em Gestão de Projetos; Gestão da Tecnologia da Informação; Trinta e nove anos de atuação na área de T.I. Corporativa e onze anos na docência do Ensino Superior. Mestranda em Big Data e Business Intelligence no ISEP. e-mail: katiacmarcolino@gmail.com

an author considered one of the classics of the Social Sciences, this is Max Weber, whose works resulted in the conceptual development of themes linked to public and private companies. This article will only focus on the theme of bureaucracy, its functioning and the relationship of these ideas in organizations today, as they contribute to this day as a guiding element in the management practices in organizations.

Keywords: Bureaucracy, Organizational changes, State, Public and private management, Competitiveness.

INTRODUÇÃO

A burocracia constitui uma forma de estruturação racional dos processos administrativos de uma organização, é utilizada tanto nas empresas públicas quanto nas geridas pela iniciativa privada.

Segundo Max Weber (2002, Pp. 138-139), a burocracia consiste na racionalização dos processos institucionais, o pensador aborda seis elementos que caracterizam a administração burocrática:

I. Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas;

II. Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. Esse sistema oferece aos governados a possibilidade de recorrer de uma decisão de uma autoridade inferior para a sua autoridade superior, de uma forma regulada com precisão;

III. A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos ("os arquivos"), preservados em sua forma original ou em esboço;

IV. A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada, que é caracteristicamente moderna, pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo;

V. Quando o cargo está plenamente desenvolvido, a atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário, a despeito do fato de ser rigorosamente delimitado o tempo de permanência na repartição, que lhe é exigido;

IV. O desempenho do cargo segue regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas, e que podem ser aprendidas.

Carmo (2007, p. 84), ao se referir as ideias de Weber, demonstra que a burocracia resulta do predomínio da racionalidade sobre a tradição. Com isso, ocorre uma elevação "do interesse pela eficiência" e substitui a preocupação de valores milenares, como a ênfase no mito e na imaginação.

Para Bendix (1986, Pp 327-328), ao mencionar Weber, evidencia que a burocracia faz parte da tipologia da dominação legal. Desta perspectiva, as organizações burocráticas possuem seis princípios:

Princípio 1: Os negócios oficiais são conduzidos em bases contínuas;

Princípio 2: São conduzidos, também, de acordo com regras estipuladas em um órgão administrativo;

Princípio 3: As responsabilidades e a autoridade de todo funcionário são parte de uma hierarquia de autoridade.;

Princípio 4: Os funcionários e outros empregados administrativos não são donos dos recursos necessários para o desempenho de suas funções, mas são responsáveis pelo uso desses recursos

Princípio 5: Os ocupantes dos cargos não podem se apropriar dos mesmos, no sentido de propriedade privada que pode ser vendida ou herdada.

Princípio 6: Os assuntos oficiais são conduzidos através de documentos oficiais.

Porém, como demonstra Carmo (2007, p. 84), a burocracia não se atribui somente na responsabilidade em relação ao processo de organização e racionalização da sociedade, nos quais os homens almejam seus interesses, mas também na filosofia, religião e nas leis científicas.

Com isso, uma estrutura burocrática bem elaborada nas organizações pode promover o desenvolvimento e o crescimento das empresas na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente existem diferenças em relação à rapidez dos processos burocráticos entre as instituições públicas e privadas brasileiras. Isto se mostra evidente, através da forma que as empresas públicas alteram os seus processos burocráticos, pois toda e qualquer mudança no seu funcionamento, depende de ajustes na sua regulamentação.

As alterações burocráticas nas organizações

públicas são efetivadas pela aprovação do congresso, presidência, governadores e prefeitos, através da promulgação de novas leis, que precisam ser assinadas e publicadas em diários oficiais, muitas vezes em níveis municipais, estaduais e federais. Após este processo burocrático, as mudanças acabam sendo efetivadas de modo gradativo na sociedade.

Nas empresas privadas, a agilidade das mudanças são maiores do que nas empresas públicas. A forma de modificar as estruturas burocráticas nas primeiras se exige que seja mais rápida. Porém, os órgãos públicos dificultam as organizações privadas, devido à baixa velocidade burocrática e um alto grau de regulamentação.

Esta diferença na rapidez às adaptações burocráticas entre empresas públicas e privadas ocorre devido às transformações no mercado e na sociedade. Com a utilização de novas tecnologias, o processo de globalização se tornou intensificado e os mercados mais dinâmicos. Entre diversos fatores, dois se evidenciam: o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a alta competitividade entre as empresas.

Segundo os estudos de Figueiredo (2000, p. 320), “os avanços recentes da ciência e da tecnologia e sua transferência para os processos produtivos têm abalado as bases institucionais e as relações sociais estabelecidas e consolidadas desde a revolução industrial”, ou seja, o avanço tecnológico transforma a sociedade e a sociedade transforma a tecnologia.

Estas mudanças, conforme Figueiredo (2000, p. 320), ocorrem desde o início dos anos 1960 até a atualidade, pois:

“...os avanços da física, da biotecnologia, na informática, nas sondagens de opinião, possibilitaram mudanças significativas na face do mundo, encurtando distâncias e aproximando opostos, configurando o processo identificado como globalização. Cabe lembrar aqui que, na perspectiva weberiana, a própria civilização ocidental é, em si mesma, um exemplo de globalização. Já que nela aparecem fenômenos culturais dotados de desenvolvimento universal em seu valor e significado, como ciência, arte (especialmente música e arquitetura), burocracia, Estado, capitalismo. A atual globalização, porém – mesmo não sendo a primeira por que passamos e, certamente, também não será a última –, acompanha as redefinições profundas nas formas institucionalizadas da vida em coletividade”. (FIGUEIREDO, 2000, p. 320.).

Existem diferenças na urgência na tomada de decisões burocráticas entre instituições públicas e privadas. Para acompanhar a dinâmica do mercado e enfrentar a concorrência, muitas vezes em nível global, as empresas privadas modificam seus processos burocráticos com maior celeridade, em comparação com as empresas públicas.

Essas transformações resultam da velocidade que o mercado e a sociedade, no contexto da globalização, imprimem. Com isso, as instituições, tanto públicas quanto privadas, são obrigadas a modificar seus processos burocráticos, de forma mais rápida, para se adaptarem e sobreviverem no contexto contemporâneo, e serem mais competitivas em nível local e internacional.

Para Castells (2016, p. 179), as políticas que promovem o uso de novas tecnologias e o aproveitamento de mão de obra capacitada podem proporcionar vantagens comparativas entre países e ou a realização de projetos de cooperação de países desenvolvidos com aqueles considerados em desenvolvimento para competir no mercado mundial.

No Brasil, há um problema da baixa velocidade na tomada de decisões políticas, no que tange a transformação e modernização burocrática, nos aspectos políticos, judiciários, tributários. As empresas privadas dependem do Estado para obter maior rapidez nos seus processos burocráticos, operacionais e, conseqüentemente, reduzir custos.

Segundo Drucker (2002, p 119), apenas os governos nacionais e suas lideranças políticas podem executar as tarefas necessárias para promover mudanças, pois somente eles possuem a legitimidade.

Essa legitimidade, mencionada por Drucker, relacionada às mudanças burocráticas que as lideranças políticas devem realizar, remetem as ideias de Max Weber, especificamente a tipologia da dominação legal.

Conforme Peter Drucker (2002, p 119), o governo e qualquer outra instituição devem possuir uma capacidade efetiva de desempenho para ocorrer uma reformulação. O autor recomenda que sejam realizados três passos:

Passo 1: abandonar as coisas que não funcionam, das coisas que nunca funcionaram; das coisas que sobreviveram à sua utilidade e à sua capacidade de contribuição;

Passo 2: concentrar-se nas coisas que fun-

cionam e produzem resultados, nas coisas que melhoram a capacidade de desempenho da organização;

Passo 3: analisar os meio-sucessos, dos meio-fracassos, pois eles acabam revelando elementos de quais aspectos devem ser considerados para uma reformulação dos processos organizacionais.

De modo resumido, Peter Drucker enfatiza que reformular uma instituição, tanto estruturada por uma gestão pública quanto privada, requer o abandono de tudo aquilo que não funciona e a ênfase naquilo que realmente funciona.

Para Castells (2016, p. 179), a tecnologia se evidencia no processo de produção de forma interdependente entre as redes transnacionais de produção e as políticas governamentais. Contudo, o autor menciona que o papel dos governos “continua essencial no fornecimento dos recursos humanos (isto é, educação em todos os níveis) e infraestrutura tecnológica”, com referência nos sistemas de comunicação e informática acessíveis, de baixo custo e de alta qualidade.

Reis (2000, p. 306) demonstra a respeito de Max Weber sobre a burocracia, no qual ele aborda de forma que evidencie a importância da eficiência de forma instrumentalizada. Nesse sentido, a administração burocrática se torna sinônimo de administração racional. Desta forma:

“A padronização de procedimentos não pretende ser senão um instrumento para a maior eficiência, especialmente tratando-se de situações que vão envolver decisões rotineiras e em grande número de casos e instâncias. Afinal,

supostamente se trata, com a administração pública, de uma estrutura auxiliar e instrumental, cuja tarefa é a de colocar em prática, no ramerrão do dia-a-dia da atividade administrativa, as decisões adotadas no âmbito político do Estado, que, estas sim, dizem respeito aos fins da ação estatal, e como tal exigem necessariamente condições de maior flexibilidade.” (REIS, 2000, p. 306.).

De acordo com Figueiredo (2000, p 319), os estudos de Max Weber podem ser analisados à luz da contemporaneidade. Segundo o autor, estas ideias “tem um ar de tautologia, pois é como se fosse eternamente contemporâneo e tudo já tivesse sido dito por ela a respeito das relações entre indivíduo e coletividade, sobre as ações sociais”, estas pretendem direcionar mudanças e dão sentido à história do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, ocorreram diversas mudanças nas organizações, em relação às formas de organização do trabalho, produção, e a intensificação da globalização, manifestadas por meio de novas tecnologias, o que impactou em transformações na sociedade.

O resultado das mudanças na sociedade obrigou as empresas a adaptar seus processos produtivos, operacionais e administrativos, para tentar acompanhar o alto grau de competitividade no mercado, em nível nacional e internacional.

Na sociedade contemporânea, cabem aos profissionais de todas as áreas buscarem entender, analisar e propor soluções, numa

sociedade em transformação, através de decisões governamentais, e não deixar que estas tarefas sejam atribuídas somente aos economistas, pois segundo Santos (2000):

“O mundo contemporâneo, digamos logo com todas as letras, é o mundo em que os alquimistas do Renascimento hoje são representados pelos economistas, que supõem ter a chave do tamanho, que supõem ter o código de decifração de todos os enigmas e não passam, simplesmente, de materialistas vulgares limitados pelo conservadorismo do possível. Ora, o que Max Weber já nos havia ensinado, é algo que só se apreende ex-post, alguma coisa que só se sabe depois de uma intervenção orientada por uma reflexão”. (SANTOS, 2000, p. 282.).

Com isso, há uma urgência do Estado, por meio de decisões políticas, realizar reformas de cunho burocrático, para acompanhar as transformações decorrentes da sociedade brasileira, que está inserida no contexto da globalização, e deve se adaptar às constantes mudanças.

Deste modo, as decisões políticas deveriam proporcionar maior agilidade nos processos burocráticos, de organizações públicas e privadas, através das novas tecnologias e da redução da regulamentação estatal sobre as empresas

Essa desregulamentação pretende tornar, tanto as instituições brasileiras estatais quanto as particulares, mais competitivas, para proporcionar o desenvolvimento econômico e social do país e obter maior representatividade nos mercados internacionais.

REFERÊNCIAS

BENDIX, Reinhard. Max Weber, um perfil intelectual. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1986.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.1, A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. A sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FIGUEIREDO, Vilma. Atualidade de Max Weber. IN: A atualidade de Max Weber. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. Weber e a ciência social atual: Notas sobre três temas. IN: A atualidade de Max Weber. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sobre o racionalismo ocidental. IN: A atualidade de Max Weber. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. Burocracia. IN: GERTH, H.; MILLS, W. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.



GESTÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE CRISE - UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS AÇÕES ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

CASTRO, Hudson Augusto Silva de
MACIEL, Jonathan Araújo
FREITAS, Winstan Junior Machado de
SCHIMITH, Cristiano Descovi

RESUMO

A pandemia da covid-19 obrigou diversas micro e pequenas empresas (MPEs) a pararem seu funcionamento para atender à necessidade de isolamento social imposta pelo governo, o que evidenciou problemas como a gestão ineficiente de recursos financeiros e dificuldade para a aquisição de crédito que as mesmas enfrentam. Assim sendo, este trabalho tem o objetivo de verificar que ações estão sendo realizadas pelos governos locais e empresas privadas para dar suporte adequado e fomentar a continuidade de empreendimentos em tempos de pandemia, uma vez que as Micro e Pequenas Empresas possuem participação significativa no PIB brasileiro e na criação de emprego e renda. Para atingir tal objetivo, o trabalho foi realizado através de uma revisão na literatura, dividido nos seguintes tópicos: pandemia do coronavírus, a importância da gestão financeira nas organizações, ações realizadas para dar suporte à micro e pequenas empresas em tempos de pandemia e considerações finais. Como principal resultado verificou-se que, apesar de inúmeras ações desenvolvidas, inclusive pelo Governo Federal do Brasil, ainda existem barreiras que dificultam com que tais apoios cheguem a todas as empresas afetadas pela crise do novo coronavírus, dificultando a verificação do que vem a ser uma ação

consciente de sobrevivência.

Palavras-Chave: Gestão Financeira; Políticas Públicas; Ações Empresariais.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic forced several micro and small companies (MPEs) to stop operating in order to meet the need for social isolation imposed by the government, which highlighted problems such as the inefficient management of financial resources and the difficulty in acquiring credit that face themselves. Therefore, this work aims to verify what actions are being taken by local governments and private companies to provide adequate support and to encourage the continuity of enterprises in times of pandemic, since Micro and Small Companies have a significant participation in the Brazilian GDP and in the creation of jobs and income. To achieve this goal, the work was carried out through a literature review, divided into the following topics: coronavirus pandemic, the importance of financial management in organizations, actions taken to support micro and small businesses in times of pandemic and final considerations. As a main result, it was found that, despite numerous actions developed, including by the Federal Government of Brazil, there are still barriers that make it difficult for such support to reach all companies affected

by the new coronavirus crisis, making it difficult to verify what is a conscious action of survival. Keywords: Financial Management; Public policy; Corporate Actions.

1 INTRODUÇÃO

Com a difusão em vários países do novo coronavírus (Covid-19), a economia mundial transformou-se drasticamente. De acordo com Porsse et al.(2020), o primeiro caso da doença foi registrado na China em dezembro de 2019. A partir desse momento, o vírus espalhou-se rapidamente por vários países, atingindo o Brasil em 26 de fevereiro de 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Diante da facilidade de transmissão do vírus e a inexistência de tratamento ou vacina com eficácia comprovada para a doença, o isolamento social foi a estratégia recomendada pelas entidades de saúde (PORSSE et al., 2020).

Sobre as pessoas infectadas, há uma variação de leve a moderado e em alguns casos podem ser mais graves, demandando tratamento em Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Nesse contexto, a pandemia levou os Estados a adotarem medidas como isolamento social e a proibição de funcionamento de vários setores da economia, com o propósito de conter sua rápida disseminação. Tal atitude restringiu o funcionamento de muitas empresas consideradas não vitais para a manutenção da vida (FERRARI; CUNHA, 2020).

Muitas empresas, essencialmente as micro e pequenas (MPEs), tiveram perda significativa em suas receitas, evidenciando as dificuldades econômicas enfrentadas, tais como baixo capital de giro, ausência de reservas, dificuldade para aquisição de crédito e planejamento

financeiro deficitário (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Observando-se que as MPEs constituem cerca de 99% das empresas presentes no país, e geram 52% do total de empregos formais (SEBRAE, 2020).

Diante deste cenário, questiona-se que ações estão sendo tomadas para que tais empresas sobrevivam no mercado, uma vez que o aumento da mortalidade das mesmas prejudica a economia do país e afeta o desenvolvimento e geração de emprego e renda (FAVARIN et al., 2015).

Tendo em vista a importância que as MPEs possuem ao país e as dificuldades que as mesmas enfrentam diante da pandemia da Covid-19, este trabalho tem como objetivo verificar que ações estão sendo realizadas pelos governos locais e empresas privadas, com a finalidade de dar suporte adequado e fomentar a continuidade de empreendimentos em tempos de pandemia.

Para alcançar tal objetivo, foram identificadas medidas de apoio que estão sendo adotadas e que auxiliam na elaboração de uma gestão financeira eficiente e eficaz, além de listar ações que atendem às necessidades financeiras das organizações. Tais ações foram observadas ao longo do mês de julho de 2020.

Dessa maneira, o trabalho será explanado através de pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa a respeito da observação e estudo documental.

Como resultados foi verificado que o Governo Federal atuou criando mecanismos que vão desde a criação e ampliação de linhas de crédito à desoneração das obrigações fiscais das empresas, todos com o objetivo de combater

os efeitos da crise econômica causada pelo coronavírus nas MPes e de dar suporte financeiro emergencial para as empresas mais atingidas pela crise.

Quanto às empresas privadas, estas agiram no sentido de dar suporte às empresas que não conseguiram ter acesso às linhas de crédito lançadas pelo governo. Contudo, observou-se uma limitação para mensurar a efetividade das ações, tendo em vista que a pandemia ainda está em curso.

2 PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus, a qual foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019 (OLIVEIRA et al., 2020). No dia 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou que a Covid-19 tratava-se de uma pandemia (OLIVEIRA et al., 2020). Os pacientes acometidos pela Covid-19 podem apresentar desde infecções sem sintomas a infecções respiratórias graves (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Estatisticamente a OMS (2020) afirma que cerca de 80% dos pacientes podem ser assintomáticos, e apenas 20% dos casos podem ser mais graves, sendo que 5% dos pacientes infectados podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória em Unidade de Terapia Intensiva.

No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso da doença no dia 26 de fevereiro de 2020, e com pouco menos de um mês o Ministério reconheceu a transmissão comunitária da Covid-19 em todo o território nacional. Este fato foi um incentivo para que todos os gestores nacionais adotassem medidas para estimular o distanciamento social e evitar aglomerações (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Nesse contexto, restrições ao funcionamento de escolas, transporte público e outros locais (teatros, shoppings e estabelecimentos comerciais) considerados locais de aglomeração, foram medidas adotadas pelos gestores nacionais para diminuir o contágio da Covid-19 (OLIVEIRA et al., 2020).

Tais ações foram tomadas com o intuito de impedir o crescimento descontrolado do número de casos, o que aumentaria a demanda por serviços de saúde levando ao colapso do sistema e, por conseguinte, o aumento da mortalidade por falta de leitos de UTI (FERRARI; CUNHA, 2020).

Havia uma discordância entre os governantes acerca de colocar ou não tais medidas de restrição no âmbito comunitário: caso fossem implementadas muito cedo, o resultado poderia ser desastroso, exacerbando prejuízos de ordem econômica e social, o que questionaria o benefício para a saúde pública, e por consequência, levaria a um possível desgaste junto à população. Por conseguinte, se tais medidas fossem implementadas após a disseminação em larga escala da doença, seriam consideradas tardias, podendo gerar prejuízos de toda ordem, tornando indispensável a adoção de um plano de ação assertivo (OLIVEIRA et al., 2020).

Assim, para impedir o crescimento súbito no número de casos, a intervenção do Estado precisaria ocorrer de maneira eficiente e eficaz. No Estado do Pará, o primeiro caso da Covid-19 foi confirmado em março, quando o Estado só contava com apenas 03 (três) leitos de UTI específicos para o tratamento de pacientes diagnosticados com a nova doença.

Quanto à retomada de algumas atividades econômicas, o governo adotou protocolos que dispuseram sobre o abrandamento de proibi-

ções relacionadas a atividades comerciais de municípios paraenses. Esses protocolos estabeleceram a retomada gradual de atividades consideradas não essenciais em determinadas cidades do Estado (COELHO, 2020).

No Brasil, citando os impactos econômicos causados pela crise provocada pelo novo coronavírus, mais de 10 milhões de empresas nacionais não puderam funcionar presencialmente durante a quarentena (SEBRAE, 2020). Dessas, pelo menos 600 mil MPes decretaram falência e cerca de 9 milhões de empregados foram demitidos (BROTERO, 2020).

O que difere a crise econômica causada pela Covid-19 das demais crises do mundo capitalista é a sua procedência. Diferente da crise de 2008 (causada pelo mercado financeiro), esta se originou de fatores sanitários e da consequente diminuição de demanda, provocada pelo isolamento social, seguida pela limitação da oferta causada pela redução na produtividade de setores atingidos pelo lockdown (FERREIRA JUNIOR; RITA, 2020).

Nesse sentido, os micros e pequenos empreendimentos são os mais afetados em momentos de crise, devido a fatores como perda de clientela, baixo aporte financeiro, ausência de reserva e dificuldade para adquirir empréstimos (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Conforme dados do Sebrae (2015), as MPes no país (cerca de 9 milhões) são responsáveis por 27% do PIB brasileiro. É essencial que essas empresas sejam prioridade para o socorro econômico do governo (CARVALHO et al., 2020). No âmbito regional, esse dado pode ser atestado através da participação das MPes na economia, uma vez que no Estado do Pará são responsáveis por volume considerável da criação de renda e emprego, além de internalizar a riqueza gerada no Estado (CHAVES et

al., 2017).

Relacionando esses dados à crise provocada pela pandemia do coronavírus, observou-se um aumento da dificuldade que as micro e pequenas empresas enfrentam para sobreviver no país, o que elevou os critérios dos bancos para concessão de crédito às mesmas (CARVALHO et al., 2020). Em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2020), foi identificado que cerca de 30% das MPes tiveram que recorrer a créditos para manter a empresa funcionando, porém, 59,2% tiveram seus pedidos negados.

Dada a importância que as MPes exercem no desenvolvimento da economia nacional e regional (VIEIRA, 2002), faz-se necessário que o Estado programe ações que ajudem, de maneira mais abrangente e efetiva, os setores que mais precisam de suporte em crises como esta, a fim de diminuir as consequências econômicas causada pela Covid-19 (CARVALHO et al., 2020).

3 GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES

A globalização tornou o ambiente empresarial mais complexo e competitivo, o que comprovou a relevância da gestão financeira para sobrevivência das empresas no mercado (MORAES; OLIVEIRA, 2011). Tal importância é evidenciada a partir da necessidade de saber gerir os recursos financeiros a fim de honrar com as obrigações e manter a empresa em funcionamento, além de utilizar o capital para investir no crescimento e desenvolvimento da organização (CASALI; TRETER, 2015).

Pode-se definir a gestão financeira como um conjunto de ações com o objetivo de potencializar os resultados financeiros obtidos por uma organização (BITTENCOURT; PALMEIRA, 2012). A gestão financeira da empresa é essencial para a tomada de decisões assertivas, tendo em vista que decisões errôneas podem

colocar em risco a continuidade das mesmas (RASOTO et al, 2012).

Uma boa gestão financeira depende do controle de variáveis como custo de produção, volume comercializado, lucro ou prejuízo e capital de giro suficiente para honrar as despesas da empresa (RASOTO et al, 2012). Para isso, torna-se fundamental a adoção de medidas com a finalidade de manter o controle de capital suficiente para garantir a solvência da empresa (FORMENTI; MARTINS, 2015).

O planejamento e organização financeira são importantes para que a empresa tenha resultados satisfatórios. Assim sendo, os gestores financeiros precisam se preocupar com a rentabilidade (resultados obtidos pela empresa), a liquidez (capacidade de honrar com as obrigações) e a geração de caixa, para que a empresa tenha reservas financeiras suficientes para a sua subsistência (GONÇALVES; LOSILLA, 2011).

Os problemas financeiros enfrentados pelas organizações é o que mais contribui para o insucesso organizacional (MINELLO et al, 2013). Os principais problemas financeiros enfrentados pelas empresas que não possuem planejamento financeiro são baixo capital de giro, dívidas excessivas e incapacidade de controlar o fluxo de caixa (MINELLO et al, 2013; CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Assim sendo, a relevância de uma gestão financeira eficiente e eficaz nas MPEs não é diferente, tendo em vista que essa gestão é essencial para assegurar a saúde financeira da empresa diante de situações adversas (FAVARIN et al., 2015). Tal importância é confirmada em estudo realizado por Favarin et al. (2015), onde a gestão ineficiente de capital de giro (inerente a gestão financeira) é considerada, entre outras causas, o principal motivo que le-

vou as empresas localizadas no Rio Grande do Sul à falência.

Este fato foi ratificado por pesquisa realizada pelo Sebrae (2013), a qual apontou a falta de capital de giro e lucro como o principal motivo para a falência das MPEs. Em outro estudo, o Sebrae (2019) define como capital de giro a reserva financeira que empresas devem ter para proporcionar a continuidade das mesmas.

Dessa forma, visando a longevidade e solvência das micro e pequenas empresas, faz-se necessário que seja feita uma gestão eficiente do fluxo de caixa, capital de giro e outros aspectos financeiros para que estas empresas permaneçam no mercado (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016).

Em consequência das problemáticas apontadas no contexto global atual, torna-se imprescindível a adoção de técnicas ousadas de gestão financeira (CONTI, 2020). Ademais, existe a possibilidade de se ter implicações em praticamente todos os setores da economia, visto que há evidências que esta pandemia tem gerado um elevado grau de incerteza conjuntural, mais chamativo que em pandemias passadas (CONTI, 2020).

Diante dos mais diversos problemas de ordem social e econômica gerados pela citada crise, é iminente que sejam adotadas ações de combate, elaboradas na tentativa de suscitar e, conseqüentemente, alavancar os níveis de investimento e crescimento das empresas, para que as mesmas tenham suporte adequado para se manter e gerar receitas que as possibilitem honrar com seus compromissos e ter condições para manter a empregabilidade em seu corpo funcional (MELLO; GUILHERME et al., 2020).

4 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo da pesquisa, que é verificar que ações estão sendo realizadas pelos governos locais e empresas privadas, com a finalidade de dar suporte adequado e fomentar a continuidade de empreendimentos em tempos de pandemia, foi realizada uma busca eletrônica durante o mês de julho de 2020, a fim de encontrar ações governamentais e privadas que visassem, direta ou indiretamente, dar assistência às micro e pequenas empresas

no sentido financeiro. Tais dados foram coletados de forma direta e não participativa.

As ações encontradas foram tabuladas e suas características, objetivos e resultados previstos foram confrontados com a literatura existente acerca do tema, o que dá a este estudo uma abordagem qualitativa.

O Quadro 1, a seguir, consolida as ações que foram analisadas nesta pesquisa.

Quadro 1 – Ações realizadas durante a pandemia da Covid-19

AÇÃO	EMPRESA	SITE	POSTAGEM
Ação Ame Digital	Ame Digital	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020
Ação da empresa Olist	Olist	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020
Ajude um Buteco	Cervejaria Bohemia	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020
Apoie um Restaurante	Stella Artois, Chefs Club, Nestlé e Nespresso	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020
Belém Trânsito	Belém Trânsito	https://twitter.com/belemtransito	29/07/2020
BNDES Crédito Pequenas Empresas	Governo Federal	https://www.bndes.gov.br	22/03/2020
Estímulo 2020	Estímulo 2020	https://www.estimulo2020.org	*
Fampe	Caixa e Sebrae	https://m.sebrae.com.br	*
Função shops nas redes sociais facebook e instagram	Facebook	https://www.b9.com.br	19/05/2020
Fundo de assistência à restaurantes	Ifood	https://propmark.com.br	19/03/2020
Fundo Esperança	Governo do Pará	http://investpara.com.br	21/04/2020
HOMA Design	HOMA Design	https://homadesign.com.br	20/03/2020
LaPag	LaPag	https://canaltech.com.br	01/05/2020
Mercado Preto é Saúde	Festival Exu e a Rede Paraense de Afroempreendedores	https://www.romanews.com.br	13/07/2020
O Governo Federal desobrigou as instituições de elevarem o provisionamento para repactuação de operações de crédito.	Governo Federal	https://m.sebrae.com.br	22/04/2020
Parceiro Magalu	Magazine Luiza	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020
Proger Urbano	Governo Federal	https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com	10/04/2020
Programa Emergencial de Suporte a Empregos	Governo Federal	https://m.sebrae.com.br	22/04/2020
Pronampe	Governo Federal	https://www.sebrae.com.br	02/07/2020
Push do Bem	Claro	https://www1.folha.uol.com.br	23/04/2020

*Não foi identificada data na publicação.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 AÇÕES REALIZADAS PARA DAR SUPORTE ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

As MPEs comumente estão entre as mais atingidas pela recessão econômica (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016). Levando em conta a relevância que essas empresas exercem na economia, o Estado deve implementar ações para dar suporte a tais empresas (VIEIRA, 2002).

Nesse contexto, entre as medidas de apoio à economia brasileira para enfrentamento dos problemas econômicos advindos da crise cau-

sada pela pandemia do novo coronavírus, o Estado brasileiro desobrigou as instituições de elevarem o provisionamento para repactuação de operações de crédito, disponibilizando mais capital ao sistema financeiro (SEBRAE, 2020).

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), uma lista de grandes instituições bancárias do País (Bradesco, Banco do Brasil, Caixa, Santander e Itaú) terão a possibilidade de espaçar, por até 60 dias, dívidas de micro e pequenas empresas e também de pessoas físicas (SEBRAE, 2020).

Cada instituição definirá quais linhas estarão disponíveis para prorrogação, assim como os critérios para contratação. Tal iniciativa dá condições aos pequenos empreendedores para que tenham suporte de adequar o fluxo de caixa de seu negócio, em um momento em que estes não estão faturando devidamente (SEBRAE, 2020).

Diante do cenário de crise, gerado pela epidemia da Covid-19, o Governo Federal autorizou medidas que visam socorrer a economia brasileira, dentre elas há a Medida Provisória (MP) nº 944, datada de 03 de abril de 2020.

A MP nº 944 dispõe sobre o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que tem por finalidade disponibilizar suporte através de linhas de crédito para as MPE'S brasileiras, assegurando por certo período o pagamento da folha salarial dos colaboradores (SEBRAE, 2020).

Essas linhas de crédito estarão disponíveis para empresários, sociedades cooperativas e sociedades empresárias. Poderão pleitear o recurso as empresas que tiveram receita entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões de reais no exercício de 2019. O capital é destinado com viés de exclusividade para pagamento da folha de funcionários pelo período de 2 meses (SEBRAE, 2020).

Fica impedido o empregador de demitir o funcionário no período decorrido entre a contratação da linha e o sexagésimo dia após o recebimento da parcela final, exceto se a demissão se der por justa causa. Uma quantidade de 15% dos recursos será custeada pelas instituições financeiras participantes e 85% pela união; a taxa de juros anual será de 3,75% e o prazo será de até 36 meses, a linha de crédito conta com carência de até 6 meses para início dos pagamentos, com capitalização de juros

(SEBRAE, 2020).

A MP nº 944 contribui positivamente para a manutenção de empregos, haja vista que a medida visa permitir o cumprimento das obrigações das empresas com folha salarial, através da contratação de recursos advindos da união (MONTEIRO, 2020; DARSE JR, 2020).

Ademais, ao possibilitar que funcionários que recebem até um salário mínimo tenham suas atividades suspensas por até 2 meses com pagamento assegurado pelo seguro-desemprego, a medida contribui para que esses funcionários tenham certa estabilidade, visto que a MP anterior pressupunha paralisação dos contratos trabalhistas e pagamento de salários por até quatro meses (MONTEIRO, 2020).

O Governo Federal instituiu no âmbito do Proger Urbano, a linha de crédito Proger Urbano Capital de Giro (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2020). A modalidade visa a disponibilidade de crédito voltado para a manutenção dos empregos e dos negócios, atendendo as empresas que faturam até R\$ 10 milhões anuais e que demandam por capital de giro que possa ser financiado (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2020).

Nesta linha, a empresa poderá financiar itens relativos ao seu ciclo operacional. O valor financiado poderá ser de até R\$ 500 mil. O crédito poderá ser pago em até 48 meses e conta com carência de até 12 meses. Nesse sentido, as empresas que conseguem empréstimos desse programa mantêm sua capacidade de honrar com as suas obrigações pecuniárias (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2020).

Nessa conjuntura, o Governo Federal também concebeu o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Os recursos para esta linha de crédito são disponibilizados pelas próprias

instituições operadoras e a garantia vem do Fundo Garantidor de Operações (FGO), e tem aporte inicial de R\$ 15,9 bilhões de reais (SEBRAE, 2020).

Podem ter acesso aos empréstimos do Pronampe as MPE's e as empresas de porte pequeno que receberam comunicado da receita federal. Para que o crédito possa ser concedido, as empresas contratantes têm a obrigação contratual de manter inalterado o número de funcionários pertencente ao quadro por até 60 dias após o embolso da última parcela do empréstimo. A taxa de juros aplicada será anual de 1.25% + Taxa Selic, o prazo para quitação será de até 36 meses. O tomador contará com carência para o início dos pagamentos de até 8 meses (SEBRAE, 2020).

O Governo Federal, alinhado com as linhas de crédito citadas, expandiu linhas já existentes, como o programa BNDES Crédito Pequenas Empresas, que inicialmente era destinado ao capital circulante de micro e pequenas empresas e agora se destina, também, para empresas que faturam durante um ano até R\$ 300 milhões. Diante disso, as empresas podem pleitear crédito de até R\$ 70 milhões, contando com carência de 24 meses para começar os pagamentos (BNDES, 2020).

Os recursos disponibilizados pelo banco foram totalmente emprestados, beneficiando cerca de 15 mil empresas em todo o Brasil, o que levou o mesmo a estender o prazo para a solicitação de empréstimos até dezembro de 2020, disponibilizando mais R\$ 5 bilhões (VALIM, 2020).

Diante do aumento das exigências feitas pelos bancos para a concessão de crédito às MPEs, o Sebrae, em parceria com a Caixa Econômica Federal, teve que atuar na elaboração de uma linha de crédito, cujo objetivo da criação foi fa-

cilitar o acesso a empréstimos para financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas (CARVALHO et al., 2020).

Trata-se do Programa Fampe, um fundo financeiro que tem como objetivo complementar as exigências dos bancos para a concessão de crédito às MPEs com dificuldade de comprovar todas as exigências que os mesmos fazem para liberação dos empréstimos. Assim, as microempresas podem emprestar até R\$ 75 mil, com taxa mensal de 1,39%, concomitantemente com as pequenas empresas que podem pleitear até R\$ 125 mil de crédito, com taxa de 1,19% ao mês (SEBRAE, 2020).

Tão importante quanto a criação de novas linhas de crédito é a expansão das já existentes, pois isso pode possibilitar que as empresas consigam recursos financeiros para manter sua solvência e, ao mesmo tempo, estimula o crescimento do país, uma vez que com mais crédito disponível há um aumento do consumo das famílias e dos investimentos das empresas (SCHOTI, 2006).

No Estado do Pará, o governo criou o Fundo Esperança, que tem como objetivo diminuir as implicações desta crise econômica no Estado (CARRERA, 2020). Este programa visa oxigenar o fluxo de caixa das MPEs no estado. O crédito vem de uma parceria entre o Banco do Estado do Pará (Banpará), o Sebrae Pará e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) (CARRERA, 2020). O fundo dispõe de R\$ 200 milhões e cerca de 100 mil trabalhadores informais e empreendedores já efetivaram suas inscrições junto ao Banpará. O crédito, cujo teto é de até R\$ 15 mil, poderá ser pleiteado por pessoas jurídicas que tiverem CNPJ ativo, que não tenham pendência com o programa Credcidadão, não estejam inadimplentes no sistema do Banpará, não tenham registro no Cadastro de Emiten-

tes de Cheque sem Fundos (CCF) e não sejam aposentados. O crédito é direcionado para os Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), além das cooperativas (CARRERA, 2020).

A taxa de juros mensal será de 0,2%, o prazo máximo será de até 36 meses, e a carência para início dos pagamentos poderá ser de até 90 dias (BELÉM.COM.BR, 2020).

A criação de novas linhas de créditos é considerada uma das alternativas para manutenção das atividades das empresas, porém é necessário que os empreendedores tenham conhecimento de todas as linhas existentes para, dessa forma, analisar se adquirir empréstimos bancários é a melhor solução para a realidade da sua empresa, tendo em vista que no Brasil considera-se que os bancos cobram taxas de juros muito elevadas (RAMOS FILHO; NAVA HEY, 2018).

Baseando-se nas principais linhas de crédito concedidas pelo Governo Federal, foi elaborada uma nota técnica contendo considerações a respeito de determinadas ações do governo no tocante à crise. Frente a elevada volatilidade atual do mercado, ocorre a ascensão do risco de crédito e consequentemente o aumento no rigor das avaliações para disponibilização de crédito, isso faz com que as condições para acesso ao crédito fiquem pouco atraentes para as MPEs, pois exigem garantias pouco acessíveis para grande parte das empresas (CARVALHO et al., 2020).

Pode ser tomado como exemplo o compromisso da garantia de manutenção do emprego, caso que se aplica no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído através da MP nº 944, em que o empresário pode ter que decidir entre fechar as portas de seu estabele-

cimento ou utilizar o crédito que disponibiliza apenas uma ajuda momentânea, o que não dá o suporte adequado para a manutenção dos negócios no transcorrer da crise e ainda faz com que o empresário assuma uma dívida e tenha um compromisso oneroso com o empregado (CARVALHO et al., 2020).

Verificou-se que os objetivos de salvaguardar as MPEs não estão sendo alcançados de forma satisfatória e novas medidas precisam ser implementadas com o objetivo de complementar de forma abrangente os programas já existentes. A inoperância do fator trabalho prejudicou grande parte do setor produtivo e por consequência colocou em risco a sustentação do capital, colocando a economia nacional em um cenário muito volátil. Assim, a situação enfrentada pelas MPEs requer uma intervenção urgente do Estado, no sentido de assumir o ônus e socorrer de maneira categórica os maiores atingidos pela eminente crise (CARVALHO et al., 2020).

Apesar da maioria das linhas de crédito e as possíveis perdas decorrentes de inadimplência serem custeadas pela União, as despesas com recuperação de crédito serão responsabilidade das instituições financeiras participantes. Essa característica, somada à delicada conjuntura econômica e o elevado risco de falência das empresas, faz com que aja endurecimento da avaliação de riscos para liberação de crédito (CARVALHO et al., 2020).

Foi realizada uma pesquisa pelo Sebrae, em que foram ouvidos empresários que estavam pleiteando o crédito disponibilizado pelo Programa Emergencial de Suporte a Empregos, 59,2% dos empreendedores entrevistados não obtiveram sucesso ao solicitar o crédito, clarificando a dificuldade apontada por Carvalho et al. (2020).

Embora o Governo Brasileiro tenha elaborado diversas linhas de crédito para ajudar as MPes, a efetividade dessas ações é questionável. Entre as MPes que solicitaram empréstimos, apenas 18% conseguiram o crédito para continuar funcionando. Diante dessa dificuldade, diversas ações foram criadas por empresas privadas para dar suporte a essas empresas (INGIZZA, 2020).

As ferramentas digitais são essenciais para a sobrevivência de muitos negócios em tempos de crise, uma vez que elas contribuem para a manutenção dos empregos a partir do momento que dão continuidade em suas atividades empresariais (HERMÓGENES et al., 2020).

Nesse sentido, ações como da plataforma de pagamento online Ame Digital, que criou uma plataforma em que empresas de pequeno e médio porte podem divulgar tickets de descontos dos seus produtos para serem utilizados após a pandemia; e da empresa brasileira Olist, que trabalha com marketplace, a qual isentou a taxa de adesão e as três primeiras mensalidades para as MPes que quiserem mostrar seu spoiler de produtos nessa plataforma, têm o objetivo de dar suporte digital às MPes que certamente são as empresas mais afetadas pela crise (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016; TEIXEIRA, 2020).

Empresas como a Claro, que criou o projeto Push do Bem e a Magazine Luiza, que criou o Parceiro Magalu, buscaram facilitar a divulgação de produtos de MPes de todo o Brasil, fornecendo um espaço online para que empreendedores possam continuar vendendo diante da situação global e, por conseguinte, manter capital de giro suficiente para continuar funcionando (TEIXEIRA, 2020).

No mesmo sentido, a empresa Facebook criou a função shops nas redes sociais face-

book e instagram, como forma de alavancar as vendas de pequenas empresas proibidas de abrir suas lojas físicas. A ferramenta funciona como uma loja virtual, que atinge milhões de usuários das redes sociais. Dessa forma, as empresas proibidas de funcionar podem usar a visibilidade dessas redes sociais para divulgar seus produtos e continuar obtendo receita para arcar com suas despesas (ALVES, 2020).

Nesse contexto, em que se observou a necessidade de utilizar as ferramentas digitais para continuar vendendo, foi criada, no estado do Pará, a ação “Mercado Preto é Saúde”, idealizado pelos organizadores do Festival Exu e a Rede Paraense de Afroempreendedores, com o intuito de ajudar os empreendedores negros nos impactos advindos da crise no cenário de pandemia da Covid-19 e alertar para o combate ao racismo. A campanha conta com seu próprio aplicativo chamado Afromap, por meio do qual são vendidos kits de produtos e serviços feitos de maneira artesanal e que utilizam matéria-prima da região (ASSUNÇÃO, 2020).

O patrocínio para a campanha veio da Fundação Cultural de Belém e do Fundo Enfrente. Os kits poderão ser entregues pelos correios em todo o território nacional e os empreendedores receberão lucro integral pelas vendas, sem cobrança de taxas (ASSUNÇÃO, 2020).

Além disso, a página Belém Trânsito, que explora questões de mobilidade na cidade de Belém e conta com cerca de cinquenta e um mil seguidores, decidiu aproveitar a grande visibilidade de suas páginas no Twitter e Instagram para que micro e pequenos negócios da região pudessem divulgar seus produtos e serviços. Os stories de cerca de 90 empreendimentos obtiveram mais de 1,6 milhões de visualizações, sendo que cada anúncio obteve em média 10 mil visualizações (BELÉM TRÂNSITO, 2020).

Diante do não aporte do governo em dar suporte às MPEs afetadas pela crise, as empresas têm enfrentado dificuldade para obtenção de crédito. Por este motivo, foi idealizado o programa “Estímulo 2020”, que tem como objetivo ajudar as MPEs localizadas em São Paulo (CARVALHO et al., 2020; INGIZZA, 2020). Para isso, o programa arrecada doações financeiras e oferece empréstimos, a juros de 4% ao ano, para as MPEs que tiveram suas atividades afetadas pela Covid-19 (CNN BRASIL, 2020).

As empresas selecionadas para receberem o crédito são obrigadas a participar de cursos voltados para gestão financeira e marketing, tendo em vista que além da ajuda financeira, saber gerir esses recursos é vital para que as mesmas sobrevivam durante a crise (ESTÍMULO 2020, 2020).

Nesse contexto, a cervejaria Bohemia criou o projeto “Ajude um Buteco”, que tem como objetivo ajudar as pequenas empresas desse segmento a manterem capital de giro para honrar suas despesas. Dessa forma, os consumidores poderão comprar vouchers das empresas cadastradas com desconto de 20% para serem usados após o fim da pandemia (TEIXEIRA, 2020). Os estabelecimentos receberão o valor integral da compra e a cervejaria arcará com os 20% de descontos oferecidos aos consumidores (BEER ART, 2020).

No mesmo sentido, a empresa Ambev, em parceria com as empresas Stella Artois, Chefs Club, Nestlé e Nespresso, criou o projeto “Apoie um Restaurante”, que tem como objetivo ajudar cafeterias, bares, restaurantes e confeitarias através da divulgação de vouchers com descontos de 50%, pagos aos comerciantes pela empresa Stella Artois (TEIXEIRA, 2020). Os vouchers poderão ser utilizados até o final de 2020 (TEIXEIRA, 2020).

A empresa Ifood doará, através de um fundo de assistência à restaurantes, 50 milhões de reais para pequenos empreendimentos afetados pela pandemia (TEIXEIRA, 2020). Em complemento, a empresa ainda antecipará os recebimentos aos empreendedores sem custo extra, para que estes se mantenham durante o período em que estiverem impedidos de atuar com vendas presenciais (PROPMARK, 2020). A correta gestão das finanças das MPEs é essencial para que as mesmas tenham resultados satisfatórios; contudo, essa gestão geralmente é realizada de maneira inadequada, sem controle e planejamento, o que torna difícil a sobrevivência das mesmas em tempos de crise (GONÇALVES; LOSILLA, 2011).

Outras empresas, como a LaPag, especializada em gestão de salões de beleza, disponibilizou a sua ferramenta de gestão gratuitamente, além de oferecer especialistas em gestão financeira que poderão dar consultoria no segmento em que atuam os pequenos empresários (MACIEL, 2020).

Utilizando-se dessa mesma iniciativa, a HOMA Design, que atua com serviços de consultorias de negócios, criou a mentoria gratuita e online para MPEs que residam na cidade de Florianópolis, com o objetivo de auxiliá-las no sentido de tomarem as melhores decisões para se manter no mercado. Esse tipo de ação tem sua importância, pois dá assistência para as MPEs e dá ajuda na elaboração de um planejamento adequado; que dê suporte financeiro para que essas empresas continuem suas atividades em tempos de crise (HOMA, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo verificar que ações estão sendo realizadas pelos governos locais e empresas privadas com o objetivo de dar suporte adequado e fomentar a continuidade de

empreendimentos em tempos de pandemia, considerando a recessão econômica provocada pela pandemia da Covid-19.

Como resultado, observou-se que, embora o Governo Federal tenha criado e expandido diversas ações no âmbito fiscal e econômico com o intuito de ajudar as empresas em dificuldade, a burocracia, o aumento de critérios do setor bancário para a concessão de crédito e o histórico de restrições de algumas empresas no SFN (Sistema Financeiro Nacional), dificultaram que esse apoio chegasse a muitas das empresas afetadas.

Dada a relevância das MPEs e o papel que refletem na concepção de trabalho e renda, surgiram diversas iniciativas de empresas privadas para dar apoio às empresas que não alcançaram as linhas de crédito bancário. Tais iniciativas variam desde consultoria com especialistas, a fim de ajudar os empreendedores a tomarem melhores decisões, até a criação de projetos que visam a divulgação dos produtos de empresas que não possuíam visibilidade nas ferramentas digitais.

A dificuldade para aquisição de crédito e a administração pouco eficiente do capital financeiro são os principais fatores que levam à falência das MPEs. Dessa forma, as ações realizadas pelas empresas privadas contribuíram para o preenchimento da lacuna deixada pelo poder público e mitigaram os efeitos da crise nessas empresas.

No entanto, os problemas gerados por uma crise mundial insólita ainda são incontáveis, levando em conta que o estado, a sociedade e grande parte dos empreendimentos não possuem instrumentos adequados para saírem ilesos de uma recessão tão severa.

Este trabalho não teve como objetivo esgotar a análise de todas as ações realizadas pelo governo e empresas em geral, uma vez que foram muitas as ações que surgiram na tentativa de

salvaguardar e atenuar toda uma problemática causada pela crise do novo Coronavírus. Portanto, escolher e classificar estas ações foram as principais dificuldades encontradas nesse artigo.

Durante a realização da pesquisa foram encontradas diversas ações que não foram comentadas, sugestionando-se que sejam citadas em trabalhos futuros, observando a efetividade das ações que foram apresentadas no decorrer da pesquisa, a fim de dar suporte e maior conhecimento sobre o assunto às MPEs.

Ademais, apesar das inúmeras ações de sobrevivência citadas, não foram apresentados os resultados efetivos de tais ações, pois ainda se vive o processo pandêmico, o que se mostra dificultoso mensurar e analisar a sobrevivência de MPEs apenas com o levantamento de ações, surgindo a necessidade da realização de entrevistas com gestores para verificar as percepções acerca do que vem a ser uma proposta consciente de sobrevivência.

Por fim, por meio do levantamento realizado, verificou-se que, em um contexto pandêmico, falar na efetiva sobrevivência das organizações é algo utópico. Entende-se que esta mensuração só será possível caso seja realizada com maior robustez durante os próximos anos, em uma compreensão mais efetiva acerca das ações que possibilitaram tal sobrevivência (ou não) das organizações.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. Facebook lança shops, recurso para ajudar empresas durante a pandemia. Disponível em: www.b9.com.br. Publicado em 19/05/2020. Acesso em: 17 jul. 2020.

ASSUNÇÃO, F. 'Mercado preto é saúde': campanha fortalece empreendedores negros paraenses afetados pela pandemia. Disponível em: www.romanews.com.br. Publicado em 13/07/2020. Acesso em: 01 ago. 2020.

BEER ART. Cervejaria Bohemia cria plataforma ajude um buteco. Disponível em: <https://revistabeerart.com>. Publicado em: 16/04/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

BELÉM TRÂNSITO. Nossa campanha de apoio aos pequenos empreendedores cumpriu sua missão. Disponível em: <https://twitter.com>. Publicado em: 29/07/2020. Acesso em: 01 ago. 2020.

BELÉM.COM.BR. Empreendedores do Pará podem buscar crédito no Fundo Esperança. Disponível em: <https://belem.com.br>. Publicado em 24/03/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

BITTENCOURT, M.; PALMEIRA, E. M. Gestão financeira. Revista acadêmica de economia. Rio Grande do Sul, p. 1-11, 2012.

BNDES. BNDES lança primeiras medidas para reforçar caixa de empresas e apoiar trabalhadores que enfrentam efeitos do coronavírus. Disponível em: www.bndes.gov.br. Publicado em 22/03/2020. Acesso em: 22 jul 2020.

BROTERO, M. Mais de 600 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas com coronavírus. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br. Publicado em 09/04/2020. Acesso em: 23 jun 2020.

CARRERA, J. Fundo Esperança injeta R\$ 59 milhões em créditos na economia local. Disponível em: <http://investpara.com.br>. Publicado em 21/04/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

CARVALHO, J. F.; OLIVEIRA, J. L. A relevância da gestão do capital de giro para a sobrevivência das micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil. Revista Cesumar – Ciências humanas e

sociais aplicadas, Paraná, v. 21, n. 1, p. 81-96.

CARVALHO, S. S.; NOGUEIRA, M.; SILVA, S. P. Socorro governamental às pequenas unidades produtivas frente à atual pandemia. R C IPEA – Repositório do conhecimento do IPEA, Brasília, n. 63, p. 7-15.

CASALI, M. S.; TRETER, J. A importância da utilização da gestão financeira em microempresas da cidade de cruz alta. Unicruz, Cruz Alta, p. 1-25.

CHAVES, M. S.; SILVA, D. C. C.; PIRES, G. R.; SILVA, E. S. A importância das micro e pequenas empresas paraenses na geração de emprego no estado. Revista IBICT, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 71-82.

CNN BRASIL. Programa "estímulo 2020" ajudará empreendedores em meio à crise de covid-19. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br. Publicado em 01/05/2020. Acesso em: 22 jul. 2020.

COELHO, R. Governo atualiza números da Covid-19 e esclarece mudanças no 'Retoma Pará'. Disponível em: <https://agenciapara.com.br>. Publicado em 19/06/2020. Acesso em: 21 jun. 2020.

CONTI, THOMAS V. Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br>. Publicado em: 06/04/2020. Acesso em: 11 jul. 2020.

DARSE JUNIOR. CNI considera aprovação da MP 944 fundamental para o setor enfrentar a crise. Disponível em: <https://noticias.portal-daindustria.com.br>. Publicado em 26/06/2020. Acesso em: 18 out. 2020.

ESTÍMULO 2020. Cursos gratuitos. Disponível em: www.estimulo2020.org. Acesso em: 22 jul. 2020.

_____. Quem somos. Disponível em: www.estimulo2020.org. Acesso em: 22 jul. 2020.

FAVARIN, E. V.; SANTINI, S.; NOGUEIRA, M. A.; OLIVEIRA, M. L.; RUPPENTHAL, J. L. Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. REEN - Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 146-169.

FERRARI, A.; CUNHA, A. M. A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia. Publicado em 28/03/2020. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 05 mai. 2020.

FERREIRA JUNIOR, R. R.; RITA, Luciana. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. Revista Teste, Alagoas, v. 13, n. 2, p. 459-476.

FORMENTI, M. C. L.; MARTINS, I. C. S. Análise da Gestão Financeira nas Micro e Pequenas Empresas de Osasco. Remipe - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, Osasco, v. 1, n° 1, p. 40-61.

GONÇALVES, D.; LOSILLA, M. A. Controladoria empresarial: gestão financeira em micro e pequenas empresas. Revista Hórus, v. 6, n. 2, p. 01-17.

HERMÓGENES, L. R. S.; SANTOS, M.; NASCIMENTO, P. F.; TEIXEIRA, L. F. H. S. B. A. A importância das digital skills em tempos de crise: alguns aplicativos utilizados durante o isolamento social devido à Pandemia do covid-19. Revista Augustus, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 198-218.

HOMA. Covid-19: mentoria online e gratuita. Disponível em: <https://homadesign.com.br>. Publicado em 20/03/2020. Acesso em: 22 jul. 2020.

INGIZZA, C. Apenas 18% das PMEs conseguiram crédito na pandemia. Disponível em: ht-

[tps://exame.com](https://exame.com). Publicado em 16/07/2020. Acesso em: 02 set. 2020.

MACIEL, R. 15 startups com tecnologias que ajudam micro, pequenas e médias empresas. Disponível em: <https://canaltech.com.br>. Publicado em 01/05/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

MELLO, G.; OLIVEIRA, A. L. M.; GUIDOLIN, A. P.; CASO, C.; DAVID, G.; NASCIMENTO, J. C.; GONÇALVES, R.; SEIXAS, T. A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. Cecon - Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, n. 9, p. 2-23.

MINELLO, I. F.; ALVES, L. C.; SCHERER, L. A. Fatores que levam ao insucesso empresarial: uma perspectiva de empreendedores que vivenciaram o fracasso. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 19-31.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional. Disponível em: www.saude.gov.br. Publicado em 20/03/2020. Acesso em: 19 jun. 2020.

MONTEIRO, S. Coronavírus. Revista Conjuntura Econômica, v. 74, n. 4, p. 36-49, 2020.

MORAES, R. C.; OLIVEIRA, W. A importância da gestão financeira nas empresas. Revista Unar, Araras (SP), v. 5, n. 1, p. 51-58.

OLIVEIRA, W. K.; DUARTE, E.; FRANÇA, G. V. A.; GARCIA, L. P. Como o Brasil pode deter a Covid-19. Epidemiologia e Serviços de Saúde [online], Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-8.

PORSSE, A. A.; SOUZA, K. B.; CARVALHO, T. S.; VALE, V. A. Impactos econômicos da covid-19 no Brasil. Nota técnica NEDUR-UFPR, Paraná, n. 1, p. 4-21.

PORTAL DA INDÚSTRIA. PROGER URBANO – capital de giro. Como as micro, pequenas e

médias empresas podem se beneficiar. Disponível em: <https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com>. Publicado em abr. 2020. Acesso em: 18 jul. 2020.

PROPMARK. IFood cria fundo de assistência em apoio aos pequenos restaurantes. Disponível em: <https://propmark.com.br>. Publicado em 19/03/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

RAMOS FILHO, J. O. P.; NAVA HEY, L. A. A importância das linhas de crédito para as empresas. FESPPR - Faculdade de Educação Superior do Paraná, Paraná, v. 2, n. 3, p. 2-16.

RASOTO, A.; GNOATTO, A. A.; OLIVEIRA, A. G.; ROSA, C. F.; ISHIKAWA, G.; CARVALHO, H. A.; LIMA, I. A.; LIMA, J. D.; TRENTIN, M. G.; RASOTO, V. I. Gestão financeira: enfoque em inovação. RIUT – Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, p. 11-144.

SCHOTI, C. Saiba porque o aumento da concessão de crédito favorece a economia. Disponível em: www.infomoney.com.br. Publicado em 30/06/2006. Acesso em: 18 out. 2020.

SEBRAE. Conheça as medidas do governo para diminuir o impacto do coronavírus. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Publicado em 22/04/2020. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2020.

_____. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. O que é e como funciona o capital de giro. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2020.

_____. O que você precisa saber sobre o Famp. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>.

Acesso em: 22 jul. 2020.

_____. Pequenos negócios em números. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. Saiba tudo sobre o PRONAMPE. Disponível em: www.sebrae.com.br. Publicado em 02/07/2020. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. Sebrae e caixa criam linha de crédito para micro e pequenas empresas. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 22 jul. 2020.

_____. Sebrae e caixa vão ampliar o acesso de pequenos negócios a créditos. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SESPA. Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará. Coronavírus. Disponível em: www.saude.pa.gov.br. Acesso em: 21 jun. 2020.

TEIXEIRA, C. Empresas criam iniciativas para ajudar pequenos negócios; saiba como se beneficiar. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Publicado em 23/04/2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

VALIM, C. E. BNDES pode salvar as empresas. Disponível em: www.istoedinheiro.com.br. Publicado em 10/07/2020. Acesso em: 22 jul. 2020.

VIEIRA, F. R. Dimensões para um diagnóstico de uma gestão estratégica voltada para o ambiente de empresas de pequeno porte. Repositório Institucional da UFSC, Florianópolis, 221f, Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, p. 13-211.



O ENSINO NA NOVA REALIDADE VIRTUAL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Simone Aparecida Fernandes Rosa

RESUMO

O presente estudo aborda acerca da formação docente na sociedade atual, demonstrando como ficará a educação atrelada ao processo de ensino e aprendizagem mediante os avanços tecnológicos observados na sociedade atual, bem como os aspectos referentes a qualificação profissional exigidas para estas mudanças. O estudo justifica-se devido ao avanço tecnológico que tem modificado inúmeros fatores na sociedade, influenciando significativamente na forma como o conhecimento é passado. A temática desenvolvida neste estudo tem por finalidade compreender as questões pertinentes aos avanços tecnológicos e como os docentes estão lidando com os mesmos. É notável que nos últimos anos, as tecnologias afetaram a forma de trabalhar, especialmente para os docentes, a respeito da eficiência da utilização de ferramentas tecnológicas no sistema educacional. Por meio deste estudo foi possível identificar a importância das discussões que cercam professores, avanços tecnológicos e alunos, advertindo que os profissionais da educação devem buscar a capacitação necessária para se adequarem aos novos modelos de ensino e aprendizagem. Diante do observado ao longo do presente estudo, podemos dizer que ferramentas tecnológicas oferecem importantes subsídios que auxiliam significativamente no processo de

ensino e aprendizagem, quando utilizados de forma correta.

Palavras-chave: Avanços tecnológicos. Qualificação Profissional. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study deals with teacher training in today's society, demonstrating how education will be linked to the teaching and learning process through the technological advances observed in today's society, as well as the aspects related to the professional qualification required for these changes. The study is justified due to the technological advance that has modified countless factors in society, significantly influencing the way knowledge is passed on. The theme developed in this study aims to understand issues related to technological advances and how teachers are dealing with them. It is notable that in recent years, technologies have affected the way of working, especially for teachers, regarding the efficiency of using technological tools in the educational system. Through this study, it was possible to identify the importance of discussions surrounding teachers, technological advances and students, warning that education professionals must seek the necessary training to adapt to the new models of teaching and learning. Given what was observed throughout the present study, we can say that

technological tools offer important subsidies that significantly help in the teaching and learning process, when used correctly.

Keywords: Technological advancements. Professional qualification. Teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

É papel da escola formar pessoas criativas e inovadoras, que possuam pensamento analítico e crítico. Para tanto se faz necessário um corpo docente com qualificação adequada. O presente texto visa discutir sobre a atuação do professor no século XXI frente aos avanços tecnológicos que permeiam a sociedade atual. Podemos dizer que o perfil das escolas tradicionais já não se adequa às demandas correntes, pois a escola não detém mais o monopólio de informações, uma vez que as tecnologias disponibilizam tudo isso de uma forma rápida e acessível. A lógica hoje é de uma escola flexível, que valorize e desenvolva as diferenças e compartilhe o desafio de aprender o que fazer e quais práticas adotar, atendendo às exigências atuais. Os professores devem basear o seu fazer pedagógico reconhecendo e desenvolvendo as diferenças, valorizando os estilos de aprendizagem.

Este estudo têm como objetivo analisar os avanços tecnológicos na área da educação na atualidade, bem como a utilização na sala de aula destas tecnologias. Neste contexto, o texto está dividido em dois tópicos: discutir os avanços tecnológicos no século XXI e analisar a importância da utilização destes para o crescimento do processo de ensino-aprendizagem na escola e em especial para o professor.

Ser docente no cenário atual da sociedade é conviver com mudanças constantes, que são resultados da dinâmica social contemporânea. Diante deste contexto, o presente estudo propôs-se a refletir acerca de alguns desafios

que envolvem a formação docente, atrelados à formação docente, sua inclusão no ambiente escolar bem como as tecnologias de informação e comunicação. A formação inicial dos docentes é considerada o primeiro passado do longo caminho a ser percorrido, considerando que a cada dia os professores são desafiados com novas situações e experiências construídas através da interação com aqueles que formam a comunidade escolar na sociedade contemporânea.

Mediante os avanços tecnológicos, tem-se a existência da realidade virtual. O potencial uso da realidade virtual na educação vem sendo exaltado desde sua pré-história em que a mesma não possuía essa denominação. Contudo, para ser empregada de forma adequada é de suma importância que haja pesquisas em diversas áreas, não apenas no ensino e na computação, devendo abranger diversos setores de aplicação e diversas disciplinas associadas.

Muitas iniciativas de utilização da Realidade Virtual no ensino ainda são realizadas de forma improvisada, sem planejamento nem pesquisa, eventualmente por modismo ou curiosidade, sem avaliação de resultados e sem respaldo científico. Falhas e decepções são comuns, o que, ao invés de corroborar na expansão da utilização da realidade virtual no ensino, acabam por refreá-la. Outro obstáculo encontra-se na necessidade de haver pesquisas voltadas para a realidade e cultura, assim como as necessidades e diferenças regionais sociais.

Busca-se, então, entender como a tecnologia interfere neste processo, discutindo se o mesmo pode ser considerado positivo ou não. Buscou-se, portanto, através de uma revisão integrativa da literatura, entender como vem ocorrendo todo este processo evolutivo na área educacional, além da utilização da realidade virtual neste processo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Nos dias atuais, as salas de aula possuem um modelo pedagógico estatístico e bastante restrito, em que os discentes e docentes vivem em uma realidade presa a livros didáticos puramente expositivos. Este modelo de aprendizagem, comprovadamente, encontra-se ultrapassado, pois a sociedade atual precisa estar preparada para um futuro cada vez mais tecnológico e digital. Logo, deve-se reconhecer a importância dessa mudança na educação, especialmente na Matemática, pois as tecnologias serão capazes de divulgar informações, novas descobertas científicas, diminuir distâncias, e, conseqüentemente, proporcionar uma maior facilidade no processo de ensino e aprendizagem e melhor qualidade na educação (CABRAL, 2012).

Cabe destacar que a presença isolada e desarticulada dos computadores nas escolas não é, e nunca será, sinal de qualidade de ensino. Logo, é preciso que os mesmos sejam utilizados por profissionais qualificados, para que possam ser considerados como uma ferramenta de auxílio ao processo de ensino e aprendizagem (SEWLYN, 2017).

Diante do poder e fascínio que as Novas Tecnologias podem promover no ensino, levando o aluno a um conhecimento rápido, fácil e interativo, acompanhado de um raciocínio lógico, tanto o professor como os alunos necessitam acompanhar essa evolução tecnológica e, assim, inserir-se na sociedade que encontra-se cada vez mais globalizada (ACEVEDO, 2018). Atualmente, os professores, precisam assumir o papel de mediador do saber, ou seja, deve demonstrar aos alunos como buscar o conhecimento, desenvolvendo assim, no discente, a

capacidade de se auto educar e utilizar a internet como uma ferramenta auxiliar no processo de ensino das mais diversas disciplinas (ACEVEDO, 2018).

As Novas Tecnologias voltadas para o processo de ensino e aprendizagem devem ser usadas como aliadas para a construção de um conhecimento verdadeiro, preparando os alunos para uma vida social e profissional plana, por meio do ambiente de aprendizagem virtual, tornando possível, aos alunos de hoje, um processo de aquisição de conhecimento de forma mais fácil e prazerosa, levando em consideração que as atuais gerações estão cada vez mais conectadas (SEWLYN, 2017).

2.2 A PROFISSÃO DOCENTE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO SÉCULO XXI

Para ser docente na sociedade atual é necessário que saibamos nos adaptar às inúmeras mudanças pelas quais a sociedade vem passando, mudanças estas que ocorrem frequentemente, sendo necessário assim um auto poder adaptativo por parte dos docentes. O marco mais evidente desta modificação, na qual a sociedade vem sendo imposta, é a utilização da tecnologia digital nas diversas áreas da sociedade, inclusive na área educacional. Neste processo, a educação passar a ser considerada um instrumento transformador, para que acompanhe as mudanças sociais, que implicam, portanto, em uma nova concepção de ação e da estrutura das indistinções educacionais bem como os programas que promovem a formação inicial e continuada dos professores.

Desde o final do século XIX, a sociedade vem passando por inúmeras transformações, oriundas principalmente da revolução tecnológica, tanto na esfera da comunicação como na informação, denominada de TICs, que além de afetar o cotidiano da sociedade, atingiu três

grandes eixos do Ensino Superior Brasileiro, sendo eles a construção e a socialização do conhecimento, a valorização do processo e aprendizagem e a formação de profissionais e cidadãos componentes (MASETTO, 2015, p. 779).

Os avanços tecnológicos, especialmente os de comunicação, desde quando surgiram, vieram para mudar inúmeros pontos em vários setores da vida diária. É um mecanismo que concede liberdade de expressão, contribui de forma eficaz em pesquisas, dentre outras possibilidades. Quando utilizada de maneira correta, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem, tanto para a educação à distância, quanto para a educação presencial.

Diante do panorama educacional atual, os avanços tecnológicos vão auferindo cada vez mais possibilidades ao docente, que pode usar a tecnologia como mecanismo multidisciplinar para facilitar o acesso do aluno ao conhecimento. Esta nova fase proporciona uma oportunidade de revisão metodológica e de uma ressignificação do papel do professor no sistema escolar. A inserção das tecnologias de informação pode contribuir para a construção da escola, sobretudo no desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas, habilidades e competências de forma a acompanhar estas transformações.

É imprescindível, portanto, que os profissionais estejam preparados para os novos desafios impostos pela sociedade, buscando atrelar o desenvolvimento tecnológico ao processo de ensino, fazendo com que esta seja uma ferramenta auxiliadora no processo de ensino.

Clock et al. (2018, p.81) salientam que:

O mundo contemporâneo é perpassado

por mudanças que afetam as estruturas sociais, contexto no qual se insere a escola. O professor inserido nessa totalidade necessita adequar-se às novas formas de educação relacionadas à transformação de suas práticas educativas e pedagógicas, pois a sociedade intervém com muitas demandas e, conseqüentemente, muitos desafios recaem sobre o trabalho do professor

Ao discorrermos sobre o papel desempenhado pelos professores, mediante a utilização das ferramentas digitais, é imprescindível que todo o contexto que a mesma está inserida seja analisado, para que os mesmos tenham total domínio acerca de como atrelar a ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, facilitando assim a inserção desta ferramenta no seu cotidiano. Assim sendo, não se pode negar que as instituições educacionais estão inseridas em um contexto cada vez mais digital, considerando ainda o fato de que os alunos fazem parte desta “geração mais tecnológica” e intensa influencia desta nas suas atividades diárias, mesmo que a disponibilidade de ferramentas tecnológicas não ocorra de forma igualitária para todos os cidadãos.

Masetto (2015, p. 778) reforça essa ideia ao afirmar que:

Isto supõe que o professor ao invés de preparar uma aula expositiva, ele planeje uma sequência de atividades orientando os alunos sobre a temática que será abordada em aula, preparando-a com indicação de um texto básico a ser lido e estudado, destacando pontos principais do mesmo, ou respondendo a algumas perguntas, ou formulando perguntas sobre ele.

A evolução da tecnologia nos apresenta avan-

ços, mas, de igual modo, estabelece mudanças e desafios. Aderir aos avanços tecnológicos na educação significa para o docente investir em si mesmo e permitir ao outro o acesso à informação. Cabe ao professor iniciar a sua nova metodologia com uma mudança de postura, buscar qualificação, entender das inovações e usar os meios acessíveis ao seu favor, consciente do seu compromisso com a sociedade e em especial com o aluno.

É notório que a inserção da tecnologia no sistema educacional traz consigo desafios que o estudante deve assimilar.

Libâneo (2012, p.17) aduz que:

A escola continuará durante muito tempo dependendo da sala de aula, do quadro-negro, cadernos. Mas as mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na educação escolar e na vida cotidiana. Os professores não podem mais ignorar a televisão, o vídeo, o cinema, o computador, o telefone, o fax, que são veículos de informação, de comunicação, de aprendizagem, de lazer, porque há tempos o professor e o livro didático deixaram de ser as únicas fontes do conhecimento.

Assim, podemos dizer que o professor tem um papel fundamental, devido a isto, é relevante pensarmos na postura adotada pelo mesmo, em face da utilização de ferramentas tecnológicas, especialmente no ambiente escolar, visto que o docente desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem neste ambiente.

No século XXI, a tecnologia já é entendida pelo corpo docente como uma ferramenta adjuvante no processo de ensino, ou seja, um instrumento considerado como um suporte para o desempenho das atividades em sala de aula.

Mediante as transformações oriundas do uso da tecnologia, torna-se necessário que o corpo docente esteja cada vez mais preocupado com capacitação, bem como sua formação teórica, sendo necessária atualização constante, para que o mesmo se adeque às novas necessidades da sociedade.

Há grandes desafios nos novos meios de aprender. Para o professor, é a possibilidade de transformar uma aula estática e expositiva em uma prática mais dinâmica, possibilitando captar a atenção e engajar os alunos nas práticas pedagógicas, fazendo assim com que haja uma maior interação coletiva e construção mútua do conhecimento.

Neste contexto, de acordo com Cunha (2009, p. 21), cabe aos professores:

Uma formação que proporcione, para além do desenvolvimento das chamadas competências técnicas, um conjunto de competências transversais e sociais, que promovam: capacidades, qualidades pessoais, o sentido da responsabilidade, a flexibilidade, a criatividade, o desenvolvimento integral do formando e o que o torna aberto a mudança, ou seja, que lhe dê a conhecer os elementos fundamentais do seu campo de trabalho para que possa encetar com o mínimo de segurança no seu percurso profissional.

No entanto, apesar de todas as dificuldades encontradas pelo corpo docente, tanto no que diz respeito aos meios tecnológicos quando na falta de condições ofertadas por muitas instituições de ensino, há uma consciência por parte destes profissionais que é necessária uma capacitação constante, visando, assim, atender as necessidades dos alunos da atualidade, fazendo assim com que as ferramentas tecnológicas tornem-se importantes aliadas

no processo de ensino e aprendizagem.

2.3 OS BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DA REALIDADE VIRTUAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O interesse em aplicar a Realidade Virtual no ensino já foi muito discutido, especialmente porque a Realidade Virtual promove ao usuário o sentimento de estar presente no contexto em que é inserido, além de proporcionar a manipulação virtual de objetos (DE PAIVA, 2013).

Em contextos em que estar presente fisicamente seria muito perigoso, de alto custo, ou impossível, utilizar a realidade virtual mostra-se obter diversos benefícios, bem como no treinamento de habilidades cirúrgicas, ou de pilotos e astronautas (WEN, 2016).

Ademais, a Realidade Virtual promove o engajamento maior e interatividade entre discente e material didático a ser estudado, estimulando a construção colaborativa do conhecimento, apresentando tarefas mais contextualizadas, instruções menos abstratas e pode ofertar a prática reflexiva. Com a utilização da Realidade Virtual, pode-se reproduzir e gerar diversos contextos tanto de apresentação de informações, de manipulação de objetos, quanto de resolução de problemas, o que permite sua utilização de forma vasta na Educação.

No que concerne à Educação básica, pode-se citar o desenvolvimento de habilidades sociais e noções espaciais (GOTARDO, et al., 2013). Já no Ensino Superior, para desenvolver habilidades cirúrgicas em cursos de Medicina, Odontologia, e no ensino de metodologia para engenheiros (CARVALHO, 2013; BRUZAMOLIN, et al., 2020; AGUNE, et al., 2019). No âmbito da Educação Especial, para analisar como alguns estímulos afetam no desempenho cognitivo como também no registro e armazenamento

do desempenho motor e cognitivo dos alunos (LORENZO, 2015).

Embora o uso da Realidade Virtual tenha evoluído de forma significativa e se expandido bastante, ainda não há muitos obstáculos das pesquisas que envolvem a RV e o ensino/aprendizagem. Além das soluções tecnológicas para as especificidades das demandas educacionais, em geral desenvolvidas por pesquisadores da área da Tecnologia, há questões pedagógicas de avaliação e de desenvolvimento de conteúdos e narrativas. A Realidade Virtual já é um campo altamente interdisciplinar e complexo. Juntamente na Educação, esses obstáculos são exponencialmente maiores.

3 CONCLUSÃO

No presente estudo, buscou-se demonstrar que a sociedade atual, cada vez mais conectada, pode associar o desenvolvimento tecnológico ao processo de ensino e aprendizagem, inserindo neste contexto o uso da internet como ferramenta facilitadora do processo.

Ademais, pode-se concluir que a Realidade Virtual trata-se de um instrumento eficiente no processo de ensino e aprendizagem e sua utilização é ampla. A aplicação da Realidade Virtual se estende aos diversos saberes e por meio da mesma é possível realizar tarefas características de diversas maneiras, unindo o real ao imaginário, captando o mundo real por meio do virtual ou, até mesmo, explorando ambientes e situações, apresentando conteúdos e propondo atividades que validem o conhecimento. Portanto, a Realidade Virtual revoluciona a prática acadêmica tornando o aprendizado mais dinâmico e plausível.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-ZAPATA, Sandra. Revisão da educação e tecnologia de um olhar pedagógico. *Pedagogía y saberes*, n. 48, p. 97-110, 2018.

AGUNE, Pedro et al. Gamificação associada à Realidade Virtual no Ensino Superior. *Science*, v. 128, n. 119, p. 11, 2019.

ALKHATEEB, Mohammad Ahmad; AL-DUWAIRI, Ahmed Mohammad. The Effect of Using Mobile Applications (GeoGebra and Sketchpad) on the Students' Achievement. *International Electronic Journal of Mathematics Education*, v. 14, n. 3, p. 523-533, 2019.

AUGUSTO, Douglas. *A História Da Realidade Virtual*. Clube de Autores, 2019.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Penso Editora, 2015.

BRUZAMOLIN, Carolina Dea et al. Uso de realidade virtual no ensino da Odontologia: um projeto piloto. *Revista da ABENO*, v. 20, n. 2, p. 131-136, 2020.

CABRAL, Zuleica Aparecida; CORREA, Djane Antonucci. Letramento Digital na prática docente. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 6, n. 1, p. 22-47, 2012.

CARVALHO, Antonio José Melo Junior et al. Inserção de técnicas de Gamificação e Realidade Aumentada para auxílio no ensino de Medicina. 2013.

CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano; RIOS, Míriam Benites. *AS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO*. CIET: EnPED, 2018.

CLOCK, L. M.; PEREIRA, A. L.; LUCAS, L. B.; MENDES, T. C. Profissão docente no século XXI: concepções do professor sobre seu papel na sociedade contemporânea. *Revista Conjectura: Filosofia e Educação*, v. 23, n. 1, p. 77-96, Caxias do Sul, PhilPapers, 2018.

CUNHA, M. J. dos S. Formação de professores: um desafio para o século XXI. In: *X Congresso Internacional Galego-Português De Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 1048-1056.

DE PAIVA GUIMARÃES, Marcelo; MARTINS, Valéria Farinazzo. Desafios a serem superados para o uso de Realidade Virtual e Aumentada no cotidiano do ensino. *Revista de Informática Aplicada*, v. 9, n. 1, 2013.

GOTARDO, Reginaldo et al. Realidade aumentada aliada aos materiais didáticos na educação básica. In: *Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação*. 2013.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LORENZO, Suelen Moraes de; BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. Realidade virtual como intervenção na síndrome de Down: uma perspectiva de ação na interface saúde e educação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, p. 259-274, 2015.

MASETTO, M.T. Desafios para a docência no ensino superior na contemporaneidade. In: CAVALCANTE, M. M. D.; SALES, J. A. M. de; FARIAS, I. M. S. de F.; LIMA, M.do S. L. (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola e formação de professores e a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015, v.4, p. 779-795.

SELWYN, Neil. *Educação e tecnologia: questões críticas*. 2017.

WEN, Chao Lung. Homem Virtual (Ser HUMANO VIRTUAL 3D): a integração da computação gráfica, impressão 3D e realidade virtual para aprendizado de anatomia, fisiologia e fisiopatologia. *Revista de Graduação USP*, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2016.

TORI, Romero; DA SILVA HOUNSELL, Marcelo. Introdução a realidade virtual e aumentada. *Interação*, v. 7, p. 11, 2020.

PROJETO

EMPREGABILIDADE



Foco no aluno e no seu futuro profissional!

Saiba mais em: faep.edu.br/projeto-empregabilidade

Normas para publicação de trabalhos

A Comissão Editorial da Revista **Educação Integral** do grupo Educacional Ineq torna público aos interessados que receberá textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias das Ciências humanas e Sociais Aplicadas, resultantes ou não de pesquisas empíricas. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Resumo em Língua Portuguesa, contendo de 100 palavras, referências do autor (instituição, cargo, titulação e endereço eletrônico);
2. Resumo em inglês ou espanhol;
3. Palavras-chave: até cinco;
4. Redação em língua portuguesa, digitação em folha formato A4, word for Windows, fonte Time New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior com 2 cm;
5. As entrevistas deverão ter, no máximo 04 (quatro) laudas; as traduções de documentos e textos clássicos e os artigos científicos, de 08 (oito) a 16 (dezesesseis) laudas, as resenhas até 03 (três) laudas e os relatórios de trabalho de campo até 15 (quinze) laudas, incluindo-se nessas delimitações as tabelas, quadro, gráficos, figuras, fotografias e referências bibliográficas que fizerem parte dos textos;
6. Apresentar notas de rodapé (se necessário) numeradas em algarismos arábicos;
7. As citações e referências bibliográficas devem obedecer ao padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (a mais atualizada), para referenciamento de livros, revistas, suportes eletrônicos e outros multimeios, disponíveis no site www.abnt.org.br;
8. Os textos encaminhados à Comissão

Editorial da Revista Educação Integral do Grupo Educacional Ineq serão apreciados por três membros desta comissão, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos como: coerência textual, encadamentamento lógico, normas da ABNT vigentes, problemática enunciada e desenvolvida, introdução, referencial teórico, considerações finais e referência bibliográficas;

9. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados;

10. Os Autores que tiverem trabalhos publicados terão acesso ao arquivo digital da Revista Educação Integral, não sendo pagos direitos autorais;

11. O conteúdo dos textos deve passar por criteriosa revisão textual, que é de responsabilidade de seus autores;

12. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial;

13. Informações sobre o periódico podem ser solicitados aos editores, no Núcleo de Desenvolvimento de Atividades Pedagógicas do Grupo Ineq ou via e-mail;

14. Os trabalhos deverão ser enviados somente por e-mail para o endereço: educacaointegral@ineq.com.br com o devido comprovante de pagamento do artigo. **Não enviaremos para revisão, antes de identificar o pagamento.**

CONHEÇA A

FAEP SOCIAL

**UMA AÇÃO PRESENTE COM IMPACTO
NO FUTURO**

acesse

WWW.FAEP.EDU.BR/FAEP-SOCIAL





Exame Social
com bolsa de até

100%

Para participar,
leia o QR CODE:



DA MENSALIDADE
nos cursos de graduação

do primeiro semestre, consulte o regulamento

 (11) 94709-2594

 www.faep.edu.br

Rua Cordeiro da Silva, 143, Taipas-SP